

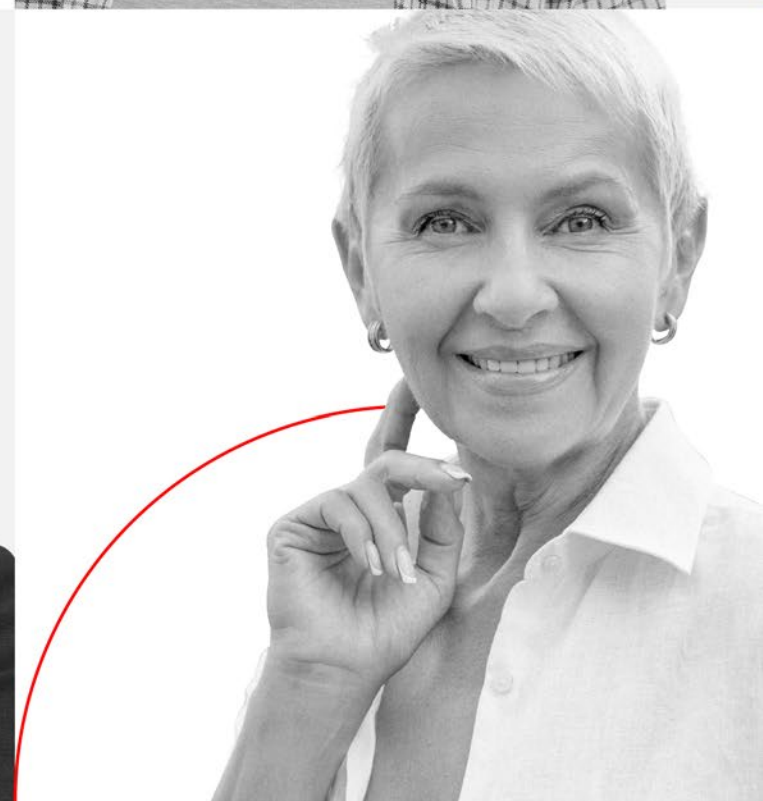


RELATÓRIO DE
GESTÃO

2 0 2 5



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



Diretor-Presidente

Enylson Flávio Martinez Camolesi

Diretor de Infraestrutura Tecnológica

José Rodrigues Gonçalves Júnior

Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização

Pedro Pinheiro Cardoso

Diretor de Tecnologias de Identificação

Eder Eustaquio Alves

Diretora de Planejamento, Orçamento e Administração

Cristina Pinheiro Castilho Portela

Procurador Federal Chefe

Alexandre Munia Machado

1

Visão Geral Organizacional
e Ambiente Externo (PÁG. 03)



Riscos, Oportunidades
e Perspectivas (PÁG. 21)

2



SUMÁRIO



3

Governança, Estratégia
e Desempenho (PÁG. 26)



Informações Orçamentárias,
Financeiras e Contábeis (PÁG. 95)

4



MENSAGEM DO DIRETOR

PRESIDENTE

Em 2025, o ITI direcionou seus esforços para ampliar o alcance dos serviços digitais de confiança e fortalecer as bases da certificação digital, da identificação civil e da segurança das transações eletrônicas no País. Foi um exercício marcado por conquistas expressivas, que preparam a Autarquia para celebrar seus 25 anos de atuação como guardião da confiança digital no Estado brasileiro.

No campo das assinaturas eletrônicas avançadas, atualmente o serviço mais acessado do Gov.br, foram realizadas mais de 214 milhões de assinaturas em 2025, crescimento de cerca de 90% em relação ao ano anterior. Ainda como resultado do trabalho conduzido em 2025, o ITI publicou a Instrução Normativa nº 35/2026, que incorpora algoritmos pós-quânticos à cadeia da ICP-Brasil, com impactos também sobre a assinatura avançada. A expectativa é de que as primeiras assinaturas com a nova tecnologia ocorram ainda no 1º semestre de 2026.

No âmbito da ICP-Brasil, foram emitidos 11,7 milhões de certificados digitais, reafirmando o papel da certificação digital como pilar de segurança em sistemas sensíveis e estruturantes do País, a exemplo do Sistema de Pagamentos Brasileiro e do Open Banking, com destaque para o Pix, do sistema tributário, nas transações relacionadas à Nota Fiscal Eletrônica, do Passaporte Eletrônico Brasileiro, do Processo Judicial Eletrônico, e do Sistema de Comércio Eletrônico Internacional, entre outros. Avançamos, ainda, na regulamentação da AR Eletrônica e na migração integral da Rede de Carimbo do Tempo para protocolo aberto e auditável, com manutenção do selo de conformidade WebTrust.

No campo da pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), destacam-se a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), a publicação da Política de Inovação do ITI, as parcerias com a AgSUS e o Ministério da Saúde e a cooperação com o LabSEC da Universidade Federal de Santa Catarina. No plano internacional, avançaram as tratativas com a União Europeia para o reconhecimento mútuo de assinaturas e certificados digitais, com vistas a ampliar, em outros países, o reconhecimento de documentos assinados no âmbito da ICP-Brasil, a exemplo do que já ocorre no Mercosul e na ALADI.

Na agenda de identificação civil, o País emitiu 24,7 milhões de Carteiras de Identidade Nacional (CIN) em 2025, elevando o total acumulado para mais de 42,6 milhões de documentos emitidos naquele ano. Atualmente, esse volume já alcança 48 milhões de emissões. Nesse contexto, o ITI consolidou sua atuação como gestor operacional do Serviço Biométrico Federal e avançou na estruturação do ecossistema da CIN, com destaque para a interoperabilidade entre os órgãos de identificação civil e a elaboração do regime definitivo de credenciamento de gráficas de segurança.

A oferta de 50 vagas no CPNU 2 representa um marco histórico, ao permitir, pela primeira vez, a constituição de um quadro próprio de servidores, essen-

cial aos projetos de PD&I e à sustentabilidade técnica do Instituto. Soma-se a esse avanço a mudança para a nova sede, nas dependências da Anatel, com apoio do Programa ColaboraGov/MGI. A iniciativa deverá gerar economia estrutural estimada em R\$ 3,7 milhões e consolida um ciclo mais amplo de modernização organizacional. Em 2025, o ITI também ampliou a presença feminina em posições de liderança, com mulheres ocupando 36,8% dos cargos de chefia e presentes nesses espaços em 4 das 5 diretorias do Instituto.

O ano de 2025 também foi marcado por outras entregas relevantes

- ✓ **Pesquisa de clima organizacional** da Fundação Instituto de Administração (FIA)
- ✓ Mais de **39,8 milhões de validações realizadas pelo VALIDAR**, crescimento de 56,47% em relação a 2024
- ✓ **Redução de 71% no tempo de detecção de fraudes e de 45% no volume de ocorrências** na cadeia da ICP-Brasil
- ✓ **Criação do Comitê de Governança Estratégica** e de seus subcomitês especializados
- ✓ **84% da pontuação máxima** no Modelo de Maturidade em Integridade Pública da CGU
- ✓ **99,99% de execução** do orçamento 2025
- ✓ **Proposição, regulamentação e implementação do Modelo Informacional da CIN (MI-CIN)**, em conjunto com outros órgãos governamentais
- ✓ **Três novas listas de confiança regionais** (Brasil, Chile e Paraguai) integradas ao ecossistema
- ✓ **Aprovação do Plano de Transformação Digital 2025-2027**, do Plano de Dados Abertos 2025-2027, da Política de Privacidade e da Política de Segurança da Informação (POSIN)
- ✓ **2,53 pontos de 3 no Modelo de Maturidade** em Integridade Pública da CGU



Os resultados alcançados em 2025 demonstram que o ITI segue ampliando sua capacidade de responder a desafios complexos com solidez técnica, visão institucional e compromisso público. Em um momento que antecede a celebração dos 25 anos da ICP-Brasil, o Instituto reafirma seu papel estratégico na promoção da confiança, da segurança e da integridade das relações digitais no Estado brasileiro.

Agradeço à equipe do ITI, aos colegas do MGI, à Ministra Esther Dweck e a todos os parceiros que contribuíram para os resultados alcançados em 2025. Para 2026, renovamos o compromisso de seguir avançando com excelência, em favor de um Brasil mais seguro e digitalmente soberano.

Diretor Presidente do ITI

Enylson Camolesi



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

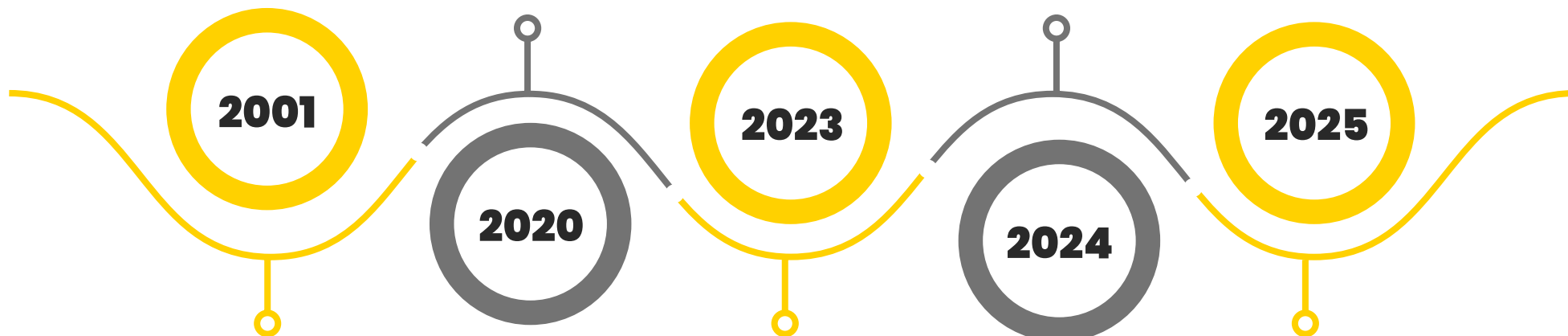
CAPÍTULO 1



Identificação

Em 2020, passou a ser responsável pelo provimento da Solução de Assinaturas Eletrônicas Avançadas da plataforma Gov.br, conforme **Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020.**

Em 2024, o ITI passou a integrar a estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), com nova organização institucional voltada ao atendimento das competências ampliadas e aos avanços tecnológicos do Governo Federal, consoante aos **Decretos n.º 12.102, de 8 de julho de 2024 e n.º 12.103, de 8 de julho de 2024.**



O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) é uma autarquia federal, criada pelo art. 12 da **Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001**, com sede e foro no Distrito Federal, designada como Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Em 2023, recebeu atribuições de órgão executor do Serviço de Identificação do Cidadão, assumindo a operacionalização dos processos de credenciamento, homologação, auditoria e fiscalização de sistemas biométricos e de personalização vinculados à expedição da Carteira de Identidade Nacional (CIN), nos termos do **Decreto n.º 11.797, de 27 de novembro de 2023.**

Em 2025, o Instituto fortaleceu a governança e a segurança dos serviços sob sua responsabilidade, com a atualização do arcabouço normativo da ICP-Brasil, o aprimoramento dos procedimentos de auditoria e conformidade dos prestadores de certificação digital e a implementação de ações de transparência ativa, incluindo a aprovação do Plano de Dados Abertos 2025-2027, consolidando seu papel na promoção da confiança digital e da identidade cidadã no âmbito da Administração Pública Federal. Momento esse também em que sua estrutura organizacional passa a ser reforçada com o advento do **Decreto n.º 12.661, de 7 de outubro de 2025.**



Identidade Estratégica



MISSÃO

Direciona esforços para consolidar-se como referência nacional e internacional em tecnologias de identificação, segurança e confiança digital, contribuindo para a transformação digital do Estado e para a ampliação do acesso da sociedade a serviços públicos seguros e confiáveis.



VISÃO

Orienta sua atuação para o fortalecimento da confiança digital no país, por meio da inovação, da regulação e do provimento de soluções tecnológicas que asseguram a identificação, a segurança e a validade jurídica de documentos e transações eletrônicas.



VALORES

Essa atuação é sustentada por valores organizacionais que norteiam a gestão e as entregas institucionais, destacando a ética, a diversidade e a inclusão, a transparência, a integridade, a responsabilidade social, a segurança, a busca permanente pela inovação e o compromisso com a validade jurídica e a confiabilidade dos serviços prestados à Administração Pública e à sociedade.



Estrutura Organizacional

A estrutura básica do ITI foi estabelecida no momento de sua transformação em autarquia federal, a partir da **Medida Provisória nº 2.200-2**, de 24 de agosto de 2001.

Com a ampliação das competências e o aumento da complexidade de suas atribuições, a estrutura organizacional foi reformulada por meio do **Decreto nº 12.103**, de 8 de julho de 2024, promovendo o fortalecimento de áreas estratégicas essenciais ao adequado funcionamento do ITI. Posteriormente, em 2025, a publicação do **Decreto nº 12.661**, de 7 de outubro de 2025, consolidou e ampliou esse processo de fortalecimento institucional.



Acesse a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 [clikando aqui](#).



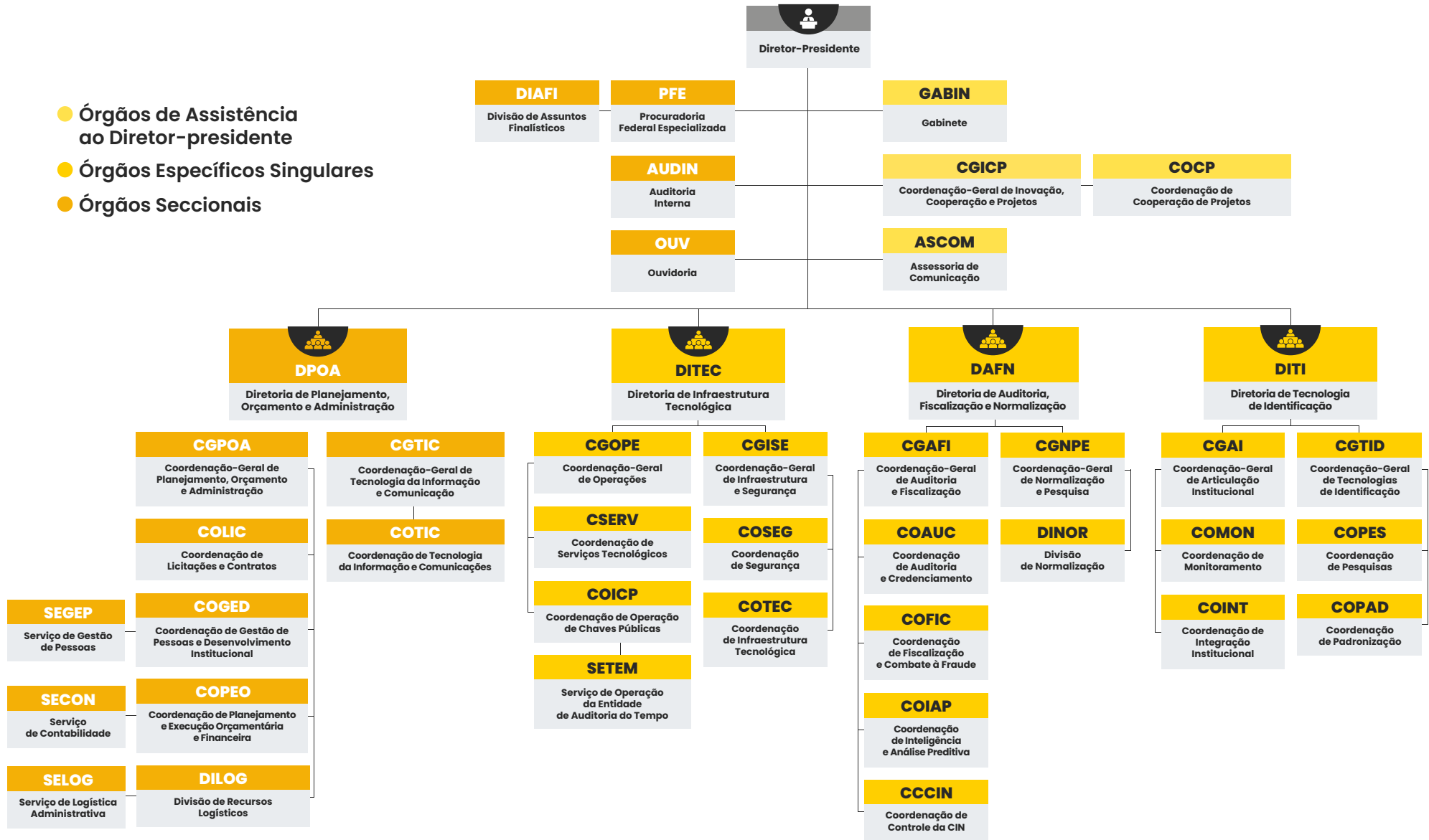
Saiba mais sobre o Decreto nº 12.103, de 8 de julho de 2024 [clikando aqui](#).



Fique por dentro do Decreto nº 12.661, de 7 de outubro de 2025 [clikando aqui](#).

Organograma

- Órgãos de Assistência ao Diretor-presidente
- Órgãos Específicos Singulares
- Órgãos Seccionais





Estrutura de Governança

Com o objetivo de fortalecer uma administração moderna, integrada e preparada para os desafios da transformação digital e da segurança da informação, foi publicada, em setembro de 2025, a **Portaria nº 52**, de 11 de setembro de 2025, que instituiu a estrutura de governança do Instituto.

A instância máxima de governança do ITI é o Comitê de Governança Estratégica (CGE), responsável por orientar, coordenar e integrar as ações de governança institucional, abrangendo o planejamento estratégico, a governança digital, a gestão de riscos e a segurança da informação. O CGE atua como fórum de deliberação estratégica e é composto pelos titulares das diretorias do Instituto, exercendo papel decisório e de avaliação dos resultados da governança institucional e digital.



Acesse a Portaria nº 52, de 11 de setembro de 2025 [clikando aqui](#).

No âmbito do CGE, foram instituídos os seguintes subcomitês:





Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação (SGDSI): responsável por articular e acompanhar as ações de governança digital e de segurança da informação no Instituto.

Subcomitê Gestor de Planejamento Estratégico (SGPE): responsável por acompanhar e fortalecer o planejamento estratégico institucional, bem como a gestão de riscos, a integridade e os controles internos.

Modelo de Negócios

O modelo de negócios do Instituto estrutura-se em uma cadeia de valor que integra infraestrutura tecnológica, governança, inovação e relacionamento institucional, assegurando a prestação de serviços digitais essenciais ao Estado e à sociedade.

A atuação é orientada por três dimensões estratégicas: Resultados, voltada à entrega de valor público; Desafios internos, focada no aprimoramento de processos e da governança; e Alicerce, direcionada ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica, da segurança da informação, da inovação e da comunicação institucional.

Em síntese, o modelo de negócios do ITI baseia-se na provisão de confiança digital ao Estado e à sociedade, sustentado por infraestrutura tecnológica robusta, regulação, governança, inovação e serviços especializados, alinhado aos objetivos e recomendações da **Estratégia Federal de Governo Digital - EFGD**, que visam à desburocratização, à inovação, à transformação digital e à participação do cidadão. Adicionalmente, esse modelo contribui para a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, para a ampliação do acesso à justiça e para o fortalecimento de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, conforme os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, em cumprimento à Agenda 2030 no Brasil, estabelecida no âmbito do acordo multilateral das Nações Unidas.



Fique por dentro da Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD)

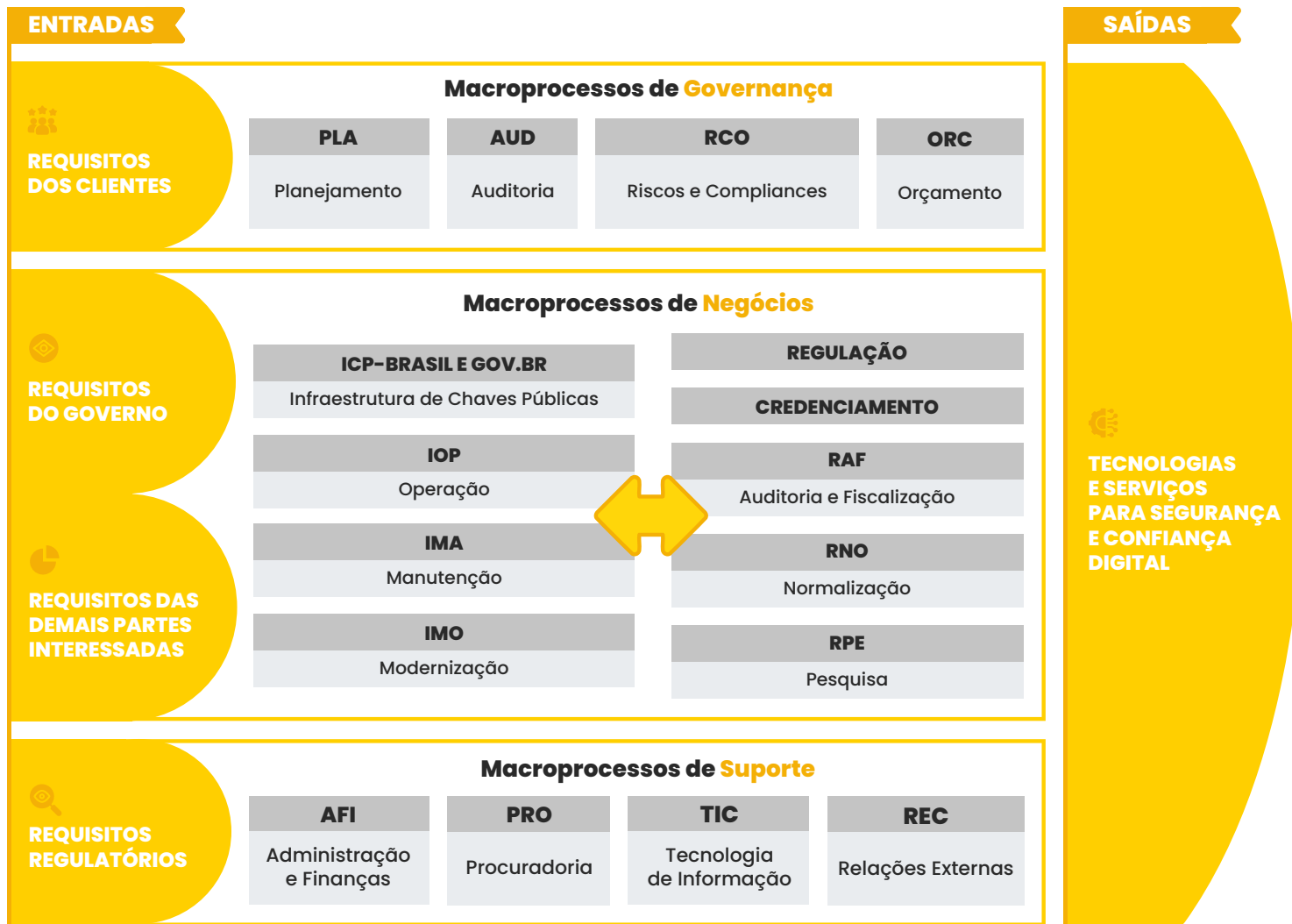


Saiba mais sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Cadeia de Valor

A cadeia de valor do ITI parte de bases tecnológicas e de gestão, passa por processos de governança, credenciamento, fiscalização e operação das infraestruturas digitais e culmina na entrega de confiança, segurança jurídica e serviços digitais confiáveis à sociedade e ao Estado brasileiro.

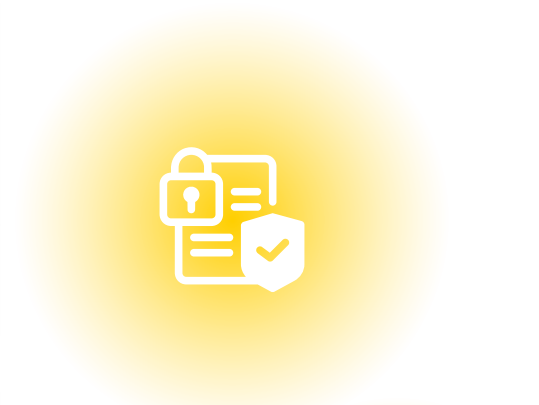




Resultados e Valor Público Gerados

No exercício de 2025, o ITI consolidou avanços nas áreas de certificação digital, assinaturas eletrônicas e identificação civil, contribuindo para a ampliação da segurança, da confiabilidade e do acesso aos serviços digitais.

PRODUTOS	11,7 milhões de certificados emitidos.
	121 sistemas integrados às assinaturas avançadas.
	42,6 milhões de CIN emitidas.



RESULTADOS	9,03% de crescimento na certificação digital.
	85% de expansão integrados às assinaturas avançadas.
	20,06% de cobertura da população com a CIN.



VALOR PÚBLICO	Ampliação do acesso a serviços digitais seguros.
	Fortalecimento da segurança jurídica e da eficiência administrativa.





Destinatários de Bens e Serviços

O ITI mantém um diálogo transparente e aberto com a sociedade, com o objetivo de assegurar uma comunicação eficiente e acessível. Essa troca de informações ocorre, principalmente, por meio da Ouvidoria, do portal institucional, de eventos promovidos pela autarquia, da participação da sociedade civil no Comitê Gestor da ICP-Brasil e da realização de consultas públicas.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) desempenha papel essencial na consolidação de uma gestão pública transparente, participativa e eficiente. Como órgão responsável por desenvolver e coordenar a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), o ITI reconhece a importância de manter um canal institucional permanente de escuta ativa, diálogo e interação com os cidadãos e usuários de seus serviços.

Atuando como ponte entre a sociedade e a administração pública, a Ouvidoria do ITI promove a transparência ao receber, examinar e encaminhar manifestações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios relacionados às atividades da Instituição. Sua atuação contribui para o alinhamento das ações do ITI às expectativas da sociedade, fortalecendo a eficiência da gestão da tecnologia da informação no País.

Além de sua função mediadora, a Ouvidoria exerce papel estratégico na prevenção de conflitos, na identificação de oportunidades de melhorias e no fortalecimento da responsabilidade institucional. Ao assegurar um ambiente seguro e acessível para a manifestação dos usuários, a Ouvidoria


reforça o compromisso do ITI com a ética, a excelência e a melhoria contínua dos serviços públicos.

Os valores da ouvidoria são:				
Respeito ao cidadão	Ética	Integridade	Transparência	Diversidade

A estrutura da Ouvidoria foi consolidada com a designação formal do Ouvidor, nos termos da **Portaria nº 68**, de 23 de outubro de 2025. Esse contexto evidencia o contínuo amadurecimento institucional do Instituto, refletindo diretamente no aperfeiçoamento dos procedimentos de apuração e tratamento das demandas recebidas. Tal avanço favorece uma articulação cada vez mais eficiente entre as áreas envolvidas, assegurando o cumprimento dos prazos regulamentares para a conclusão das manifestações registradas por meio da Plataforma Fala.BR. Ao disponibilizar um canal seguro, transparente e acessível para a manifestação dos cidadãos,



a Ouvidoria do ITI reafirma o compromisso da autarquia com a excelência na gestão pública, a ética e a responsabilidade no exercício de suas atribuições.

 **Acesse a Portaria nº 68, de 23 de outubro de 2025 [clikando aqui.](#)**

DEMANDAS RECEPCIONADAS PELA OUVIDORIA			
Tipo de Solicitação	Em 2025	Em 2024	%
Demandas de Ouvidoria e Acesso à Informação	680	752	-9,6%
Registro Inapropriado	202	188	7,4%
TOTAL	882	940	-6,2%

Na tabela acima, estão registradas as manifestações recebidas ao longo de 2025 por meio do sistema Fala.BR. Tais registros refletem a interação dos cidadãos com o ITI, contemplando pedidos de esclarecimento, reclamações, sugestões, elogios e solicitações de acesso à informação.

DEMANDAS MENSALMENTE RECEPCIONADAS PELA OUVIDORIA - 2025		
Mês	Quantidade Recepcionada	%
Janeiro	75	9%
Fevereiro	71	8*
Março	73	8%

Abril	65	7%
Maio	74	8%
Junho	79	9%
Julho	93	11%
Agosto	97	11%
Setembro	72	8%
Outubro	73	8%
Novembro	64	7%
Dezembro	46	5%
TOTAL	882	100%

Destaca-se que parte das manifestações recebidas foi classificada como registro inapropriado, caracterizado por assuntos que não se inserem no âmbito de competência do ITI. Nesses casos, as demandas foram devidamente encaminhadas aos órgãos da administração pública responsáveis pela matéria, em conformidade com os procedimentos estabelecidos. Esse fluxo de redirecionamento contribui para que as manifestações sejam tratadas de forma adequada e para que os cidadãos recebam respostas pertinentes, reforçando os princípios da eficiência, da transparência e da boa governança no atendimento ao público.

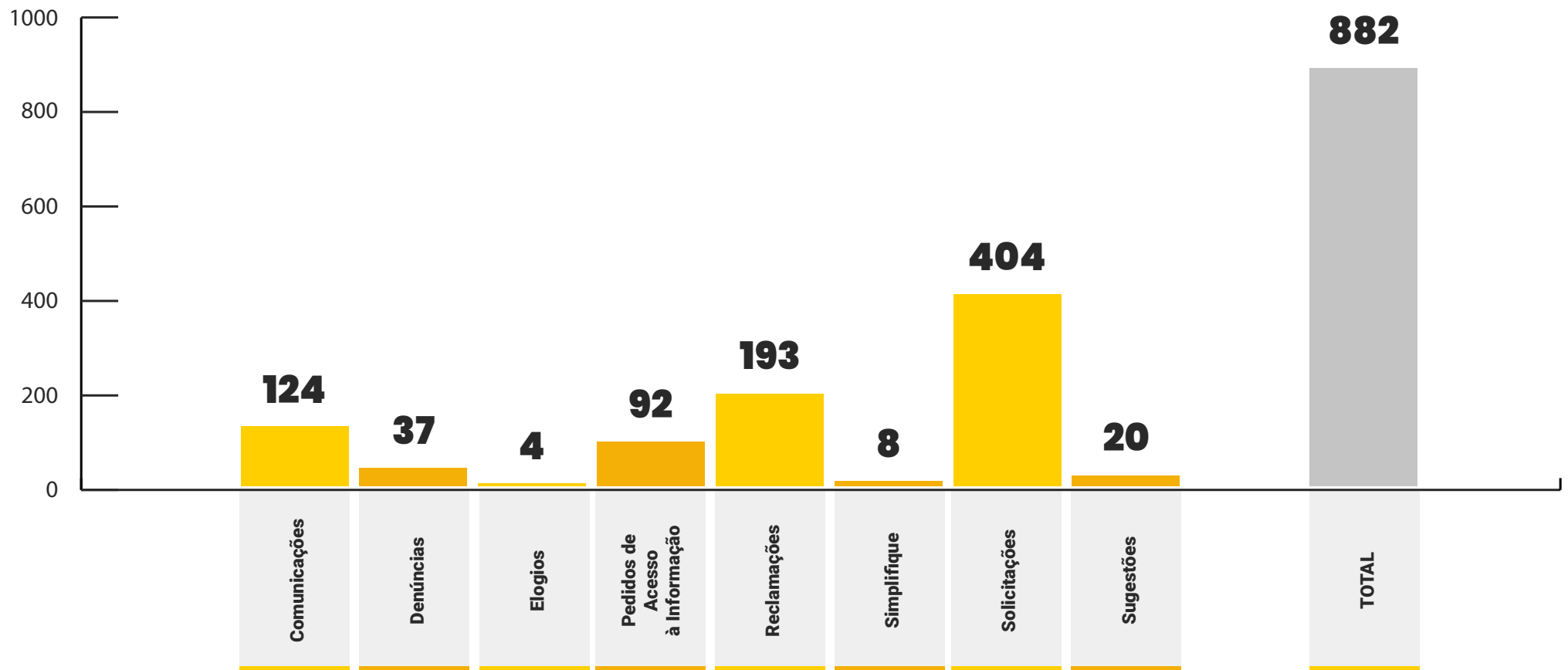
O volume de 882 manifestações registradas em 2025 demonstra o grau de engajamento da sociedade com os canais de atendimento do ITI, evidenciando a Ouvidoria como um mecanismo estratégico de participação



social, transparência institucional e subsídio ao aprimoramento dos processos e serviços oferecidos.

As manifestações recebidas em 2025 encontram-se distribuídas conforme apresentado na tabela a seguir, o que possibilita uma análise mais detalhada dos tipos de demandas encaminhadas à Ouvidoria. Essa segmentação

evidencia as áreas de maior interesse, recorrência e necessidade de atuação por parte dos usuários dos serviços do ITI, constituindo importante subsídio para o aprimoramento da gestão e o direcionamento de ações institucionais.





Observa-se a predominância das solicitações, que totalizam 404 manifestações, representando a maior parcela do total recebido. Esse dado indica elevada procura dos usuários por informações, orientações ou providências administrativas relacionadas aos serviços prestados pelo ITI. Em seguida, destacam-se as reclamações, com 193 registros, revelando pontos sensíveis na prestação de serviços ou nos processos institucionais que merecem análise e adoção de medidas corretivas ou preventivas.

Os pedidos de acesso à informação, que somam 92 manifestações, demonstram a relevância da transparência ativa e passiva no relacionamento entre o Instituto e a sociedade, reforçando a importância do cumprimento das normas de acesso à informação. As comunicações, com 124 registros, também possuem expressiva representatividade, indicando a utilização da Ouvidoria como canal de interação institucional.

As denúncias, com 37 manifestações demandam especial atenção, considerando seu potencial impacto administrativo e disciplinar, exigindo tratamento criterioso, técnico e tempestivo. Já os elogios, com 4 registros, embora em número reduzido, refletem percepções positivas pontuais sobre os serviços prestados.

No que se refere à análise por assunto, a classificação temática das manifestações constitui relevante instrumento de gestão, pois permite identificar padrões recorrentes, áreas críticas e oportunidades de aprimoramento. Essa abordagem subsidia a tomada de decisões, orienta ações de melhoria contínua e contribui para o fortalecimento da transparência, da eficiência

administrativa e da qualidade dos serviços ofertados pelo ITI. A seguir, apresenta-se a distribuição das manifestações por assunto, detalhando os principais temas demandados ao longo do exercício de 2025.

Assunto da Manifestação	Quantidade
Autoridade Certificadora - AC	3
Acesso à informação	60
Acordo Mercosul	3
Agente de Registro	1
Assinador ITI	94
Atendimento	90
Auditoria	2
Carteira de Identidade Estudantil - CIE	5
Certificado Digital	89
Carteira de Identidade Nacional - CIN	13
Concurso Público Nacional Unificado - CNPU	6
Comunicação	43
Credenciamento	20
Denúncia	22
Fiscalização	2
Gov.BR	80
ICP-Brasil	8
Legislação	2
Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD	1
Plugin Pades	1
Receitas Médicas	5
Relação Comercial	69
VALIDAR	243
Verificador de Conformidade	20
TOTAL	882

Observa-se que as demandas se concentram predominantemente no serviço VALIDAR, que contabilizou 243 manifestações, representando o assunto mais recorrente. Esse resultado reflete a ampla utilização da ferramenta gratuita disponibilizada pelo ITI para verificação da autenticidade de documentos eletrônicos, além de evidenciar a confiança dos usuários quanto à sua segurança, confiabilidade e relevância no contexto da transformação digital.

Também se destacam as manifestações relacionadas ao Assinador ITI, com 94 registros; Atendimento, com 90 registros; e Certificado Digital, com 89 registros, indicando a centralidade dos serviços de certificação e assinatura digital na interação do Instituto com a sociedade. Tais temas evidenciam a crescente demanda por soluções digitais seguras e a necessidade contínua de aprimoramento dos canais de atendimento e de orientação aos usuários.

As manifestações referentes ao Portal Gov.br, que somaram 80 registros, merecem destaque específico, uma vez que, embora recorrentes, não se inserem no escopo de competência do ITI. Nessas situações, as demandas são devidamente tratadas e redirecionadas ao órgão responsável por meio do sistema Fala.BR, assegurando o encaminhamento adequado e a observância dos fluxos institucionais.

Os demais assuntos, embora com menor incidência, contribuem para a compreensão do amplo espectro de demandas recebidas e reforçam a importância da Ouvidoria como canal de escuta qualificada e de apoio à

gestão.

Em síntese, a análise por assunto constitui instrumento essencial para o direcionamento de ações estratégicas, o aprimoramento contínuo dos serviços e o fortalecimento da transparência e da eficiência administrativa do ITI, permitindo à gestão identificar prioridades e oportunidades de melhoria com base nas demandas da sociedade.


No que se refere aos pedidos de acesso à informação, observa-se desempenho satisfatório da Ouvidoria do ITI no cumprimento das disposições da **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação – LAI) e das normas complementares aplicáveis. Durante o período avaliado, 100% dos pedidos foram devidamente respondidos, evidenciando o compromisso institucional com a transparência e com o direito fundamental de acesso à informação. Desse total, 98,85% das respostas foram encaminhadas dentro do prazo legal, demonstrando elevado nível de conformidade com os prazos estabelecidos na legislação vigente. O tempo médio de resposta registrado foi de 16,3 dias, indicador compatível com os parâmetros previstos na LAI, considerando o prazo inicial de até 20 dias, prorrogável mediante justificativa. Esse resultado reflete a eficiência dos fluxos internos de tratamento das demandas e a atuação integrada das áreas envolvidas.

No período, foram interpostos 17 recursos administrativos, os quais foram devidamente processados nos termos legais, assegurando ao cidadão o pleno exercício das instâncias recursais previstas na legislação. No âmbito do ranking de transparência e acesso à informação, o ITI posicionou-se na

142ª colocação entre 320 órgãos e entidades avaliados, indicando desempenho intermediário e apontando oportunidades de aprimoramento contínuo, especialmente no fortalecimento da transparência ativa e na redução do tempo médio de resposta.

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação e às diretrizes do Guia de Transparência Ativa (GTA), elaborado pela Controladoria-Geral da União (CGU), o ITI buscou a plena conformidade com as obrigações de transparência ativa. No exercício de 2025, foram avaliados 49 itens do GTA, todos cumpridos integralmente, atingindo 100% de conformidade, o que evidencia o compromisso da autarquia com a transparência, a governança e o acesso à informação pública.

Em síntese, os resultados apresentados demonstram a conformidade da atuação da Ouvidoria do ITI com a legislação vigente, tanto no atendimento aos pedidos de acesso à informação quanto na implementação das práticas de transparência ativa, ao mesmo tempo em que reforçam a importância da adoção de medidas contínuas de aperfeiçoamento dos processos, visando à melhoria dos indicadores, ao fortalecimento da governança e à ampliação da transparência institucional.

 **[Acesse aqui](#) a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).**

Portal Institucional

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) reafirma seu compromisso com os princípios da administração pública transparente por meio da manutenção constante e do aprimoramento contínuo de seu Portal Institucional. Este canal digital constitui instrumento essencial de comunicação e de prestação de contas à sociedade, proporcionando acesso amplo e democrático às informações sobre as atividades, os projetos estratégicos e os serviços oferecidos pelo Instituto.

Por meio do Portal, os cidadãos podem acompanhar detalhadamente o desempenho institucional, acessar documentos normativos, publicações oficiais, relatórios de gestão, notícias atualizadas e informações sobre eventos relevantes. A plataforma foi concebida para garantir transparência ativa, permitindo que qualquer interessado consulte dados completos sobre a atuação do ITI, seus resultados e iniciativas em andamento.

Além de cumprir com as exigências legais de divulgação, o Portal do ITI consolida-se como ferramenta estratégica de governança aberta, facilitando o controle social e fortalecendo os mecanismos de integridade na gestão pública. A organização intuitiva dos conteúdos e a atualização permanente das informações refletem o esforço institucional para manter um diálogo transparente com todos os stakeholders, promovendo a *accountability* e o acesso à informação de qualidade. das informações refletem o esforço institucional para manter um diálogo transparente com todos os stakeholders, promovendo a *accountability* e o acesso à informação de qualidade.



7.423.331
de visualizações



3.554.558
de visitas



Conheça o Portal Institucional do ITI, [clcando aqui.](#)



Eventos













O ITI também promove e contribui com eventos como seminários, workshops, palestras e encontros técnicos, visando a troca de conhecimento, o fortalecimento de parcerias e o engajamento com a sociedade. Por meio desses eventos, o Instituto proporciona oportunidades de capacitação e atualização para profissionais, estudantes e cidadãos interessados em temas relacionados ao nosso negócio.

Comitê Gestor	Congresso Cidadania Digital 2025	WorkFAZ	ITI Tech
<p>Durante o ano, o Comitê Gestor da ICP-Brasil reuniu-se em três ocasiões, nos meses de janeiro, março e outubro. O colegiado tem por finalidade atuar na formulação e no controle da execução das políticas públicas relacionadas ao tema, incluindo a normatização e os procedimentos administrativos, técnicos, jurídicos e de segurança que compõem a cadeia de confiança da ICP-Brasil.</p>	<p>Entre os dias 23 e 25 de setembro, foi realizado o Congresso da Cidadania Digital 2025, cujo tema central foi “Integração Nacional”. O evento foi organizado pela Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital (ABRID), com apoio institucional do ITI. Com uma programação diversificada, o congresso contou com painéis de alto nível, reunindo especialistas nacionais e internacionais para discutir os desafios e os avanços nas áreas de identificação digital, segurança da informação, inovação e cidadania digital.</p>	<p>No dia 24 de setembro, o ITI participou da 2ª edição do Workshop sobre a Modernização da Certificação Digital e das Autoridades Fazendárias do Brasil (WorkFAZ). O encontro teve como foco a modernização dos sistemas fazendários e a implantação do Selo Eletrônico da ICP-Brasil. Promovido pela Associação Nacional de Certificação Digital (ANCD), o evento reuniu representantes da Receita Federal, das Secretarias Estaduais de Fazenda, entidades do setor de certificação digital e empresas de tecnologia que desenvolvem soluções voltadas a serviços fiscais.</p>	<p>No dia 28 de dezembro, o ITI realizou a terceira edição do ITI Tech. Nesta edição, as discussões foram conduzidas pelos representantes da Thales, Sebastian Arenas, Cassiano Garcia e Rodrigo Gutler, tendo como eixos temáticos “Futuro da Identificação Civil” e “Soberania Nacional de Dados”. A iniciativa integra a agenda de debates da Autarquia e tem como objetivo promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre tecnologias emergentes, reunindo especialistas de diversas partes do mundo.</p>



Redes Sociais

Com foco na governança participativa combinada à facilidade de uso das mídias sociais, o ITI está presente nas principais plataformas, de forma que o conteúdo relevante seja disponibilizado de maneira dinâmica e faça parte do dia a dia do cidadão:

	I N S T A G R A M	9.587 Seguidores	
	F A C E B O O K	10.000 Seguidores	
	X	1.969 Seguidores	
	Y O U T U B E	4.750 Inscritos	
	L I N K E D I N	24.704 Seguidores	
	T E L E G R A M	149 Inscritos	



RISCOS, OPORTUNIDADES
E PERSPECTIVAS

CAPITULO 2




Gestão de Riscos

Em 2025, o ITI consolidou sua estrutura de governança institucional com a publicação da **Portaria nº 52**, de 11 de setembro de 2025, que instituiu o Comitê de Governança Estratégica (CGE) como instância máxima de governança, além dos Subcomitês de Governança Digital e Segurança da Informação (SGDSI) e de Gestão do Planejamento Estratégico (SGPE). Esses colegiados são responsáveis por apoiar a implementação e o monitoramento do programa de integridade, da gestão de riscos e dos controles internos.

A gestão de riscos foi conduzida de forma articulada ao Programa de Integridade, com acompanhamento do **Plano de Integridade 2023–2025**. O monitoramento periódico das ações permitiu avaliar a implementação de medidas de mitigação de riscos institucionais, o fortalecimento dos controles internos e a prevenção de conflitos de interesse e desvios de conduta.

Destaca-se a participação da Unidade de Gestão de Integridade em instâncias externas de governança, especialmente no Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação e Riscos (CITARC), no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, contribuindo para o alinhamento do ITI às diretrizes da Administração Pública Federal.

 Para acessar a Portaria nº 52, de 11 de setembro de 2025, [clique aqui](#).

 Conheça melhor o Plano de Integridade 2023 - 2025, [clique aqui](#).

Monitoramento e Estratégias Adotadas

O monitoramento das ações de integridade evidenciou a incorporação gradual de práticas de conformidade e controle às rotinas organizacionais, com evolução na implementação de normativos, procedimentos e ferramentas voltadas à mitigação de riscos operacionais, administrativos e de integridade.

De forma relevante, no âmbito da segurança da informação, a área de Tecnologia da Informação manteve monitoramento contínuo de acessos a sistemas e pastas de rede, com uso de ferramenta de controle de chamados, autenticação centralizada por *Active Directory* e política periódica de troca de senhas, assegurando rastreabilidade, controle de privilégios e mitigação de riscos de acessos indevidos.



Resultados e Perspectivas

O acompanhamento do Plano de Integridade em 2025 demonstrou avanços na consolidação da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) participou da autoavaliação com base no Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP), realizada entre junho e agosto de 2024. O MMIP é um instrumento de diagnóstico e avaliação da maturidade organizacional em integridade pública, estruturado em cinco níveis progressivos. O modelo descreve os estágios de desenvolvimento da integridade nas organizações e está dividido em três áreas avaliadas.

Voltado à Administração Pública federal, incluindo órgãos da administração direta, autarquias e fundações, o MMIP orienta a gestão da integridade com base em princípios, métodos e procedimentos que visam fortalecer a governança e gerar valor público. Sua aplicação permite identificar oportunidades de melhoria e consolidar práticas que promovam a integridade institucional.

Em maio de 2025, o ITI recebeu o Resultado da **Autoavaliação de Integridade Pública**, que indicou nota geral de **2,53**, em um máximo de 3 pontos.



Considerando que é necessário atingir 100% para que um nível seja considerado plenamente cumprido, o ITI alcançou o Nível 1 – Pleno de maturidade, evidenciando a consolidação dos requisitos iniciais de integridade e a existência de bases estruturadas para o avanço aos níveis subsequentes.

As unidades do ITI demonstraram comprometimento com a cultura de prevenção, transparência e conformidade administrativa, com perspectiva de conti-



nidade no aprimoramento dos mecanismos de integridade institucional.

Para 2026, projeta-se a elaboração e a publicação de novas diretrizes e de um novo escopo de trabalho, a partir do novo Plano de Integridade, já alinhado à realidade e à maturidade institucional, na perspectiva de um Programa de Integridade destinado à prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes, desvios, corrupção e irregularidades, fortalecendo a governança e a confiança institucional.

Controles Internos

A estrutura organizacional do ITI contempla as unidades de Auditoria Interna e Ouvidoria, em conformidade com os [Decretos nº 12.103](#), de 8 de julho de 2024, e [nº 12.661](#), de 7 de outubro de 2025, bem como a Unidade de Gestão da Integridade, instituída pela [Portaria nº 1, de 24 de janeiro de 2019](#), alocada e coordenada pela Coordenação de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Institucional (COGED).

[Acesse aqui](#) o Decreto nº 12.103, de 8 de julho de 2024.

[Acesse aqui](#) o Decreto nº 12.661, de 7 de outubro de 2025

A [Portaria nº 52](#), de 11 de setembro de 2025, instituiu o Comitê de Governança Estratégica (CGE), responsável pela estrutura de governança do Instituto, composta pelo Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação (SGDSI) e pelo Subcomitê Gestor do Planejamento Estratégico (SGPE). Entre as competências do SGPE, destacam-se a promoção e o acompanhamento da implementação de medidas, mecanismos e práticas organizacionais e administrativas relacionadas à gestão de riscos, bem como a proposição de iniciativas voltadas à melhoria contínua do planejamento institucional e à integração entre gestão de riscos, controles internos e demais temas correlatos à atuação do CGE.

[Acesse aqui](#) a Portaria nº52, de 11 de setembro de 2025.



A Política de Gestão de Riscos do ITI foi instituída pela **Portaria nº 40**, de 28 de junho de 2018, alinhada às diretrizes da **Instrução Normativa Conjunta** MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016. Atualmente, o SGPE atua na elaboração de plano voltado ao aprimoramento da metodologia e ao mapeamento dos riscos institucionais.



[Acesse aqui](#) a Portaria nº 40, de 28 de junho de 2018.



[Acesse aqui](#) a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº1, de 10 maio de 2016.



GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA
E DESEMPENHO

CAPÍTULO 3



Planejamento Estratégico

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) possui Planejamento Estratégico vigente para o período 2023–2026, que orienta sua atuação e o cumprimento de suas competências como Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). O instrumento estabelece diretrizes, objetivos, indicadores e projetos estratégicos, alinhados às políticas de Governo Digital e às boas práticas de governança pública, como o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

A execução do Planejamento Estratégico é sustentada por uma estrutura de governança que envolve a alta administração e as lideranças, assegurando o alinhamento das ações institucionais, o monitoramento do desempenho e a avaliação de resultados.

Em 2025, foi realizado o I Workshop sobre o Planejamento Estratégico, com foco na gestão por projetos, com o objetivo de avaliar metas, entregas e desafios institucionais. Na ocasião, o portfólio estratégico foi ampliado de 24 para 30 projetos, em razão da incorporação da iniciativa intitulada Tá na Mão.

As ações contribuíram para o fortalecimento da gestão orientada a resultados e para o aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e de tomada de decisão.

Mapa Estratégico

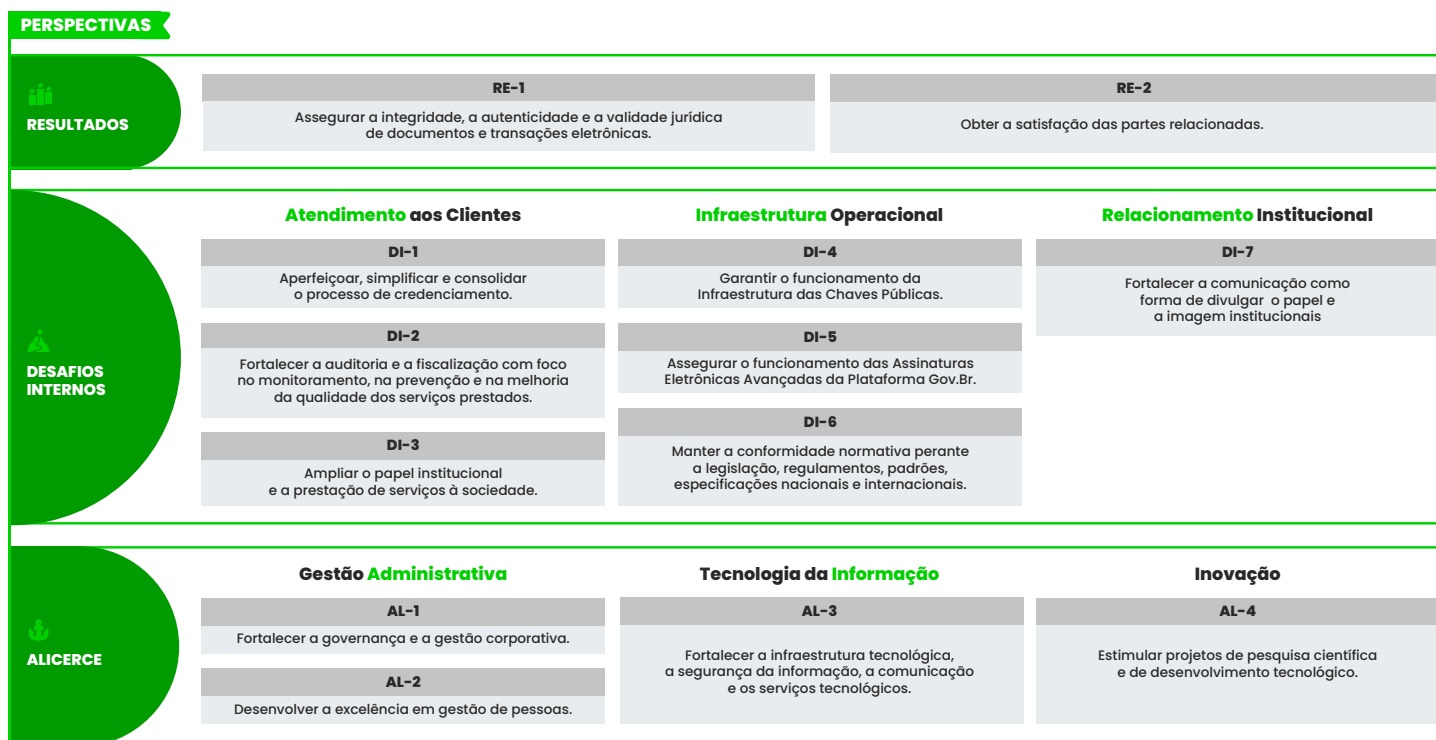
O Mapa Estratégico do ITI está estruturado para orientar a atuação do Instituto no período de 2023 a 2026, alinhando, de forma integrada e orientada ao desempenho, sua missão institucional, a governança, os objetivos e os resultados esperados. O principal foco estratégico é a excelência na execução de sua missão como Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e na oferta de apoio técnico e de serviços públicos especializados em criptografia, assinatura eletrônica, identificação eletrônica e tecnologias correlatas.

Organizado em três perspectivas fundamentais, alicerce, desafios internos e resultados, o Mapa Estratégico do ITI reflete uma lógica orientada à geração de valor público.



Resultados	Desafios Internos	Alicerce
Direcionada às partes interessadas, com objetivos e indicadores alinhados à produção de resultados tangíveis. Seu propósito é orientar as iniciativas para a efetiva geração de valor público, garantindo que os impactos institucionais correspondem às demandas e expectativas da sociedade. Assim, o Instituto assegura que suas ações estejam continuamente focadas na entrega de benefícios concretos.	Com ênfase no gerenciamento dos processos críticos e seus respectivos indicadores de desempenho, com a finalidade de promover a excelência na execução das atividades. Essa perspectiva busca aprimorar continuamente a capacidade finalística do ITI, criando as condições necessárias para a sustentabilidade de suas entregas estratégicas ao longo do tempo.	Representa a base estrutural que sustenta a atuação institucional, através de melhorias de infraestrutura e na construção de maturidade de gestão. Busca garantir não apenas a solidez operacional atual, mas também a capacidade de adaptação e inovação contínua, preparando o Instituto para os desafios futuros e sustentando todas as demais perspectivas estratégicas.

Objetivos Estratégicos





Resultados do Planejamento Estratégico 2025

O ITI realiza o monitoramento e a avaliação sistemática de indicadores, projetos e iniciativas estratégicas, com foco no acompanhamento do desempenho institucional, na melhoria contínua da gestão e no uso eficiente dos recursos públicos.

Em 2025, esse processo possibilitou a análise dos resultados alcançados e a identificação de pontos fortes e de oportunidades de aprimoramento, contribuindo para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico 2023–2026.

Indicadores - Perspectivas | Resultados

RE-1 | Assegurar a integridade, a autenticidade e a validade jurídica de documentos e transações eletrônicas.

IEM | Índice de efetividade da missão institucional

O indicador mede o conjunto de indicadores estratégicos tendo como meta alvo a efetividade dos respectivos indicadores.

Meta 2025: 100% | **Resultado 2025:** 128,6%

RE-2 | Obter satisfação das partes relacionadas

ISA | Índice de satisfação das partes relacionadas

O indicador mede o nível de satisfação mediante aplicação de pesquisa junto aos usuários dos serviços do ITI no Sistema de avaliação do Portal Gov.br.

Meta 2025: 4,37% | **Resultado 2025:** 4,34%

Indicadores - Perspectivas | Desafios Internos

Atendimento aos Clientes



DI-1 | Aperfeiçoar, simplificar e consolidar o processo de credenciamento

ITC | Índice de tempo médio de credenciamento

O indicador mede o tempo médio de credenciamento apurado ao longo do exercício em comparação ao tempo de credenciamento definido em norma.

Meta 2025: 171 dias | **Resultado 2025:** 119,5 dias

DI-2 | Fortalecer a auditoria e a fiscalização com foco no monitoramento, na prevenção e na melhoria da qualidade dos serviços prestados

IFR | Índice de fiscalização realizada

O indicador mede a realização de fiscalizações realizadas pelo ITI, comparadas com o planejamento realizado para o exercício.

Meta 2025: 97% | **Resultado 2025:** 103,96%

IAR | Índice de auditoria realizada

O indicador mede a realização de auditorias realizadas pelo sistema ICP-Brasil. (IAR = Auditoria operacionais realizadas / Entidades obrigadas a realizar auditoria).

Meta 2025: 764 | **Resultado 2025:** 798

Indicadores - Perspectivas | Desafios Internos

Gestão Operacional

DI-4 | Garantir o funcionamento da infraestrutura das chaves públicas

IDC | Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil

O indicador mede a disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira IPC-Brasil, nos termos do DOC-ICP-01 e relatório de disponibilidade.

Meta 2025: 99,99% | **Resultado 2025:** 99,99%



ATP | Acurácia do Tempo Provido pela Entidade de Auditoria do Tempo

O resultado mostra a precisão em milissegundos do tempo fornecido pelos sistemas da EAT em relação a Escala UTC fornecida pelo BIPM (Bureau International des Poids et Mesures).

Meta 2025: $10^{-3} = 1\text{ms}$ | **Resultado 2025:** $<1\text{ms}$

IEL | Indicador de eficácia na publicação de lista de Confiança

O indicador mede a eficiência na publicação das Listas de Confiança dentro da janela de atualização esperada pelos sistemas ICP-Brasil.

Meta 2025: 100% | **Resultado 2025:** 116,50%

DI-5 | Assegurar o funcionamento das assinaturas eletrônicas avançadas da plataforma Gov.Br

IDA | Índice de disponibilidade da Infraestrutura de assinatura avançada mantida pelo ITI

O indicador mede a disponibilidade recomendada da Infraestrutura de Assinatura Avançada mantida pelo ITI, nos termos da Portaria Conjunta ITI/CC/PR SGD/SEDGG/ME Nº 1, de 8 de setembro de 2021.

Meta 2025: 99,5% | **Resultado 2025:** 99,53%

IGRGC | Índice geral de requisições de geração de certificado

O indicador mede a porcentagem das requisições de geração de certificado sem erros frente ao total de requisições.

Meta 2025: 98% | **Resultado 2025:** 98%

IGRA | Índice geral de requisições de assinatura

O indicador mede as requisições de geração de certificado.

Meta 2025: 98% | **Resultado 2025:** 98%



DI-6 | Manter a conformidade normativa perante a legislação, regulamentos, padrões, especificações nacionais e internacionais

NCA | Nível de conformidade da AC-Raiz

O indicador mede o nível de risco a que a AC Raiz estiver exposta. O indicador considera a atribuição do conceito geral acerca do nível de risco para os controles internos da AC Raiz, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto da vulnerabilidade identificada. Utilizando-se a escala: NCA = 1 para Adequado, 2 para Aceitável, 3 para Deficiente, 4 para Inadequado e 5 para Inaceitável.

Meta 2025: 2 (Aceitável) | **Resultado 2025:** 2 (Aceitável)

IEN | Indicador de eficiência normativa

Manter a conformidade normativa perante a legislação, regulamentos, padrões, especificações nacionais e internacionais. O indicador mede a realização das atividades de Normalização dentro dos prazos estabelecidos na legislação pertinente.

Meta 2025: 95% | **Resultado 2025:** 100%

Indicadores - Perspectivas | Desafios Internos

Relacionamento Institucional

DI-7 | Fortalecer a comunicação como forma de divulgar o papel e a imagem institucionais

IEC | Índice de exposição em canais de comunicação

O indicador mede a exposição do ITI em redes sociais através da quantidade de postagens em redes sociais realizadas no período.

Meta 2025: 108 publicações | **Resultado 2025:** 389 publicações

Indicadores - Perspectivas | Alicerce

Gestão Administrativa

AL-1 | Fortalecer a governança e a gestão corporativa



EOR | Percentual da execução do orçamento

O indicador mede a execução do orçamento autorizado ao longo do exercício. É uma medida de eficiência quanto à aplicação dos recursos necessários ao desenvolvimento do ITI.

Meta 2025: 99% | **Resultado 2025:** 100%

AL-2 | Desenvolver a excelência em gestão de pessoas

CLI | Avaliação de clima organizacional

O indicador mede o grau de satisfação da força de trabalho com relação ao clima organizacional e a qualidade de vida no trabalho.

Meta 2025: 80% | **Resultado 2025:** 73%

COM | Quantidade de áreas mapeadas

O indicador mede a quantidade de áreas mapeadas com vista ao desenvolvimento de competências.

Meta 2025: 16 | **Resultado 2025:** 38

Indicadores - Perspectivas | Alicerce

Tecnologia da Informação

AL-3 | Fortalecer a infraestrutura tecnológica, segurança da informação, comunicação e serviços tecnológicos

IAD | Índice de atendimento às demandas de TIC

O indicador mede o processo “COTIC 2 – Realizar suporte tecnológico” e mede as demandas por atendimento ao usuário e por suporte à Infraestrutura de TIC conforme o Nível de Serviço (SLA) definido em contrato.

Meta 2025: 99,8% | **Resultado 2025:** 99,5%



ISU | Índice de satisfação de usuários

O indicador afere a satisfação dos atendimentos como ruim, regular, bom e ótimo.

Meta 2025: 90% | **Resultado 2025:** 100%

O Comitê de Governança Estratégica (CGE), por meio do Subcomitê Gestor do Planejamento Estratégico (SGPE), é responsável pelo monitoramento e pela avaliação do Planejamento Estratégico do ITI.

O principal instrumento utilizado nesse processo é o Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico (RDPE), que consolida informações sobre o desempenho dos indicadores e dos projetos estratégicos, sendo disponibilizado periodicamente no portal institucional.

Em 2025, os resultados evidenciaram avanços no cumprimento do Planejamento Estratégico 2023–2026, com indicadores que demonstram eficiência operacional, estabilidade tecnológica, conformidade normativa e fortalecimento da governança. Os projetos apresentaram progresso consistente, com entregas alinhadas ao planejamento, contribuindo para a consolidação das atividades finalísticas e para o aprimoramento da gestão institucional.

Índice de Governança, Sustentabilidade e Gestão – iESGo

O CGPE aprovou, em 7 de junho de 2024, a adoção do iESGo como instrumento para aferir o nível de maturidade da governança e da gestão do ITI. O indicador, criado pelo TCU, avalia a governança organizacional sob a perspectiva ESG, substituindo o antigo Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG). Considerando que o iESGo possui aplicação bienal e foi realizado em 2024, não houve mensuração em 2025.

Os resultados do ciclo 2024 indicam que o ITI se encontra em estágio de maturidade inicial em governança, gestão e sustentabilidade. Os melhores desempenhos foram observados nas áreas de tecnologia da informação e gestão orçamentária, e maiores desafios estão em gestão de pessoas e sustentabilidade ambiental e social.



Os achados evidenciam avanços na estrutura de governança e, ao mesmo tempo em que apontam oportunidades de aprimoramento em áreas estratégicas, visando ao fortalecimento do sistema de governança organizacional e à elevação da maturidade institucional.

Resumo da Autoavaliação | IGG - 2021

76

IdBase | Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

Indicador		Valor
iGG	Índice integrado de governança e gestão públicas	38,60%
iGovPub	Índice de governança pública	37,90%
iGovPessoas	Índice de governança e gestão de pessoas	28,10%
iGestPessoas	Índice de capacidade em gestão de pessoas	15,60%
iGovTI	Índice de governança e gestão de TI	37,50%
iGestTI	Índice de capacidade em gestão de TI	37,90%
iGovContrat	Índice de governança e gestão de contratações	45,10%
iGestContrat	Índice de capacidade em gestão de contratações	51,90%
iGovOrcament	Índice de governança e gestão orçamentária	38,10%
iGestOrcament	Índice de capacidade em gestão orçamentária	48,50%

Resumo da Autoavaliação da Organização | IESGO - 2024

76

IdBase | Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

Indicador		Valor
iESGo	Índice ESG	35,90%
iES	Índice integrado de sustentabilidade ambiental e social	11,80%
iGovSustentAmb	Índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental	12,50%
iGovSustentSocial	Índice de governança e gestão da sustentabilidade social	11,20%
iGG	Índice integrado de governança e gestão públicas	40,10%
iGovPub	Índice de governança pública organizacional	40,70%
iGovPessoas	Índice de governança e gestão de pessoas	11,60%
iGestPessoas	Índice de gestão de pessoas	15,40%
iGovTI	Índice de governança e gestão de tecnologia da informação e de segurança da informação	42,80%
iGestTI	Índice de gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação	53,00%
iGovContratações	Índice de governança e gestão de contratações	41,20%
iGestContrat	Índice de gestão de contratações	36,10%
iGovOrcament	Índice de governança e gestão orçamentárias	53,70%
iGestOrcament	Índice de gestão orçamentária	57,10%



Resultados das Áreas Finalísticas e da Gestão

Em 2025, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) manteve o foco no fortalecimento de suas atividades finalísticas e no aprimoramento da gestão institucional, em alinhamento às diretrizes da ICP-Brasil e às políticas de transformação digital do governo federal.

As ações desenvolvidas contribuíram para a ampliação e a qualificação dos serviços de certificação digital, para o fortalecimento da governança, da transparência e dos controles internos, bem como para a melhoria contínua dos processos e dos resultados organizacionais.

Os resultados obtidos refletem o compromisso do ITI com a eficiência, a inovação e a prestação de serviços públicos digitais seguros e confiáveis à sociedade.



Diretoria de Infraestrutura Tecnológica - DITEC

ICP-Brasil

Durante o exercício de 2025, a Diretoria de Infraestrutura Tecnológica (DITEC) garantiu a continuidade da cadeia de confiança da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), por meio da operação da Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz). No âmbito das atividades desenvolvidas, destacam-se a realização de Cerimônias e Publicações, conforme apresentado na tabela a seguir.

Cerimônias e Publicações realizadas em 2025

+1

Cerimônia de emissão de certificado para a AC-Raiz.

+8

Cerimônias de emissão de certificados para a AC subsequente à AC-Raiz.

+0

Cerimônia de revogação para certificados da AC-Raiz.



+4

Cerimônias de revogação de certificados de AC de nível subsequente à AC RAIZ.

+6

Cerimônias de emissão de LCRs da AC RAIZ.

+4

Publicação de políticas de assinatura.

+2

Publicação de listas de prestadores de serviço de confiança.

De acordo com a Tabela acima, é possível constatar que foram conduzidas atividades referentes à operação da AC Raiz com a realização de procedimentos de revogação de certificados e de emissão de Listas de Certificados Revogados (LCRs). Adicionalmente, para garantir a interoperabilidade e conformidade dos agentes que operam na ICP-Brasil, foram publicadas Listas de Políticas de Assinatura e Listas de Prestadores de Serviço de Confiança.

Melhoria de Processos e Governança de TI

Para assegurar que os sistemas suportassem o crescimento do número de usuários, foi promovida a ampliação da infraestrutura tecnológica da Diretoria de Infraestrutura Tecnológica (DITEC), com o objetivo de preparar o serviço de Assinaturas Eletrônicas Avançadas e demais serviços para expansão com desempenho, estabilidade e disponibilidade. Na prática, as melhorias implementadas garantem que, mesmo com aumento simultâneo de acessos, o sistema continuará funcionando de forma rápida e estável, assegurando a continuidade dos serviços e uma experiência mais confiável e de maior qualidade para todos.

Adicionalmente, foram executadas ações de reestruturação regimental da Coordenação de Serviços Tecnológicos (CSERV/CGOPE), visando ao alinhamento estratégico da unidade, bem como a análise e o refinamento de processos de trabalho, com ganhos de eficiência e a documentação de procedimentos operacionais.

No eixo de Governança e Maturidade de Software, a DITEC realizou diagnósticos internos para elevação do nível de maturidade organizacional e prospecção de novos métodos de trabalho. Também foram conduzidas atividades contínuas de análise e monitoramento de vulnerabilidades, com aplicação



sistemática e tempestiva de correções e atualizações em toda a infraestrutura da ICP-Brasil, reduzindo a superfície de ataque e fortalecendo a postura de segurança institucional, com foco na evolução da gestão contínua de vulnerabilidades e na adoção de uma abordagem preventiva de segurança.

Para o fortalecimento da Gestão de Ativos e Capital Intelectual, foram formalizadas parcerias estratégicas que resultaram no reforço da equipe técnica, com a alocação de servidora especializada em gestão de projetos, por meio de convênio Startup com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI), e de especialista em arquitetura e desenvolvimento, via parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para análise e apropriação do código-fonte das soluções críticas “VALIDAR” e “Assinador Gov.br”.

Complementarmente, no âmbito da Capacitação Técnica, a equipe manteve-se alinhada às tendências do mercado e às boas práticas do setor público, mediante participação em eventos de referência, como o CBSOFT 2025 (focado em Engenharia de Software acadêmica e prática) e o Agile Trends GOV 2025 (focado em gestão ágil e efetividade no setor público).

Operação e Modernização do Centro de Certificação Digital | CCD

No exercício de 2025, o Instituto priorizou o fortalecimento da resiliência e a continuidade de serviços essenciais, com a conclusão da contratação para a modernização do Centro de Certificação Digital (CCD), em Brasília. Essa iniciativa assegurou que a infraestrutura crítica, projetada de forma redundante e resiliente, opere em conformidade com os requisitos de segurança e com o nível de disponibilidade de 99,99% previsto nos normativos da ICP-Brasil.

Houve também o fortalecimento da segurança do perímetro mediante a contratação de solução de segurança de borda no modelo Zero Trust, destinada à proteção tanto da infraestrutura da ICP-Brasil quanto do ambiente de Assinaturas Avançadas.

No âmbito da governança e da conformidade operacional, em aderência aos requisitos da ICP-Brasil e aos referenciais internacionais de WebTrust, foi realizada auditoria externa por empresa de auditoria independente, a Moreira e Associados, cujos resultados asseguraram a manutenção do selo internacional WebTrust for Certificate Authorities, atestando que a operação do CCD segue rigorosos padrões nacionais e internacionais exigidos.

Também foi priorizada a disponibilidade e a qualidade dos serviços, por meio do atendimento contínuo às demandas de infraestrutura e segurança da informação, incluindo a análise e a implementação de acessos internos e externos, bem como o monitoramento e o aprimoramento do desempenho dos



serviços da AC Raiz da ICP-Brasil e das Assinaturas Eletrônicas Avançadas. Essas ações asseguram índices de disponibilidade em conformidade com a “Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz” (DOC-ICP-01) da ICP-Brasil e com a **Portaria Conjunta** ITI/CC/PR SGD/SEDGG/ME nº 1/2021 (de 8 de setembro de 2021).



[Acesse aqui](#) a Portaria Conjunta ITI/CC/PR SGD/SEDGG/ME nº 1/2021 (de 8 de setembro de 2021).

Soluções Tecnológicas (Assinatura Eletrônica, Tempo, Criptografia, Identificação Civil e Biometria)

Em relação à infraestrutura de processamento, foi concluída a adesão à ata de registro de preços para aquisição de servidores, com vistas à modernização e à sustentação da infraestrutura crítica, substituindo equipamentos obsoletos e expandindo a capacidade computacional para suportar o crescimento da demanda da ICP-Brasil e das Assinaturas Eletrônicas Avançadas.

No âmbito da sustentação das Assinaturas Avançadas, providas aos entes governamentais a partir da autenticação realizada no Gov.br, registrou-se um crescimento expressivo na oferta do serviço, com a integração de 121 novos sistemas, representando uma expansão superior a 85% em relação ao ano anterior, além da manutenção contínua de credenciais de acesso.

Destacam-se, ainda, as novas funcionalidades incorporadas ao serviço de Assinaturas Eletrônicas Avançadas que ampliaram a usabilidade, a segurança e a rastreabilidade da aplicação:

- I** Histórico de Assinaturas que permite ao cidadão visualizar os detalhes das assinaturas realizadas na plataforma, possibilitando ao próprio usuário auditar suas interações com o sistema;
- II** Disponibilização da possibilidade de realização de assinaturas qualificadas, ou seja, com o uso de certificados ICP-Brasil em nuvem através de integração via API dos órgãos integrados, mediante acesso aos Prestadores de Serviço de Confiança (PSC) da ICP-Brasil;



- III -** Aprimoramento dos mecanismos técnicos de auditoria, a exemplo do registro do endereço IP e a porta de comunicação da janela que recebe o PIN do usuário para a confirmação da assinatura, garantindo a rastreabilidade necessária à identificação de fraudes;
- IV -** Registro automático da data de criação das credenciais de acesso à aplicação para melhor controle dos serviços prestados e garantia de rastreabilidade das ações;
- V -** Publicação do Aviso de Privacidade para garantir conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- VI -** Monitoramento do tempo de resposta dos Prestadores de Serviço de Confiança (PSC) da ICP-Brasil para fins de garantia da qualidade do serviço;
- VII -** Otimização da consulta realizada ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Receita Federal do Brasil (RFB) para garantir sustentabilidade da expansão dos serviços, destacando-se uma economia de aproximadamente 66% nos aspectos computacional e financeiro associados ao uso do serviço provido pelo SERPRO.

Foi concluída a migração da Rede de Carimbo do Tempo, responsável por prover a Fonte Confiável de Tempo para o sincronismo de todos os entes da ICP-Brasil, com o desligamento de protocolos legados (DS-NTP e BRy-NTP) em 2025, passando a operar integralmente (100%) em um novo protocolo aberto e auditável.

Em continuidade à cooperação com o INMETRO no âmbito da Referência Mundial de Tempo, o ITI instalou e colocou em fase de homologação um novo oscilador de átomos frios de rubídio, equipamento de precisão superior aos relógios atômicos de césio, elevando a qualidade da escala de tempo institucional.

Por fim, foi concluída a adesão à ata de registro de preços para aquisição de solução de processamento de alto desempenho, voltada ao uso em Inteligência Artificial, com o objetivo de impulsionar a transformação digital e inovação no âmbito dessa tecnologia. Esta infraestrutura viabilizará a comparação eficiente e precisa de biometrias digitais e faciais, apoiando projetos de prevenção de fraudes em larga escala sob responsabilidade da Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização (DAFN).



Crescimento do Serviço de Assinaturas Eletrônicas Avançadas

A utilização do serviço de Assinaturas Eletrônicas Avançadas manteve trajetória de crescimento exponencial, impulsionada pela consolidação da plataforma Gov.br. Em 2023, foram realizadas 51.545.217 assinaturas e emitidos 8.193.070 certificados. Em 2024, o número de assinaturas alcançou 122.145.905, representando crescimento aproximado de 100% em relação ao ano anterior. Em 2025, o serviço registrou expansão ainda mais significativa, conforme apresentado na figura abaixo.



Essa demanda crescente justifica os investimentos contínuos na ampliação e modernização da infraestrutura tecnológica, assegurando que os sistemas suportem elevados volumes de acessos sem comprometer a disponibilidade, a rapidez e a segurança das transações.



Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização - DAFN

Governança da ICP-Brasil

Em 2025, a Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização (DAFN) consolidou sua atuação como eixo estratégico para o fortalecimento da governança da ICP-Brasil. As ações implementadas tiveram como foco a melhoria contínua dos processos de controle, supervisão e normatização, assegurando conformidade regulatória e eficiência operacional.

Entre as principais entregas, destacam-se: a realização de auditorias pré-operacionais para validação técnica e operacional de entidades em processo de credenciamento; a fiscalização sistemática das entidades credenciadas, garantindo aderência às normas vigentes; a gestão integral dos processos de credenciamento, descredenciamento e vinculação de Autoridades de Registro; a gestão do cronograma referencial de atividades normativas do ITI, incluindo a Agenda Regulatória; a revisão e atualização do arcabouço normativo da ICP-Brasil; a supervisão e o credenciamento de empresas de auditoria inde-



pendentes; a análise técnica de documentação apresentada por Autoridades Certificadoras (ACs) e Autoridades de Registro (ARs); e o desenvolvimento de ferramentas voltadas à modernização da gestão e fortalecimento dos mecanismos de controle.

Essas iniciativas resultaram em maior previsibilidade, transparência e robustez dos processos críticos da ICP-Brasil, contribuindo para a manutenção da confiança, da segurança e da credibilidade da infraestrutura, cuja estrutura vigente em 31.12.2025 é apresentada a seguir.

42.916 Agentes de Registro	21 ACs de 1º Nível	100 ACs de 1º Nível	2.228 Autoridades de Registro	ACUMULADO
21 Prestadores de Serviço de Suporte	9 ACT - Autoridade de Carimbo do Tempo	8 Prestadores de Serviço de Confiança	6 Prestadores de Serviço Biométrico	

Evolução da ICP-Brasil

O ano de 2025 registrou a emissão de 11,7 milhões de certificados digitais emitidos, representando crescimento de 9,03% em relação a 2024. Esse desempenho reforça a relevância da ICP-Brasil como pilar da segurança e da transformação digital no país, ampliando sua presença em serviços públicos e privados.

A seguir apresenta-se o comparativo de emissões entre 2024 e 2025 por mês, bem como a distribuição dos certificados por tipo e uso:

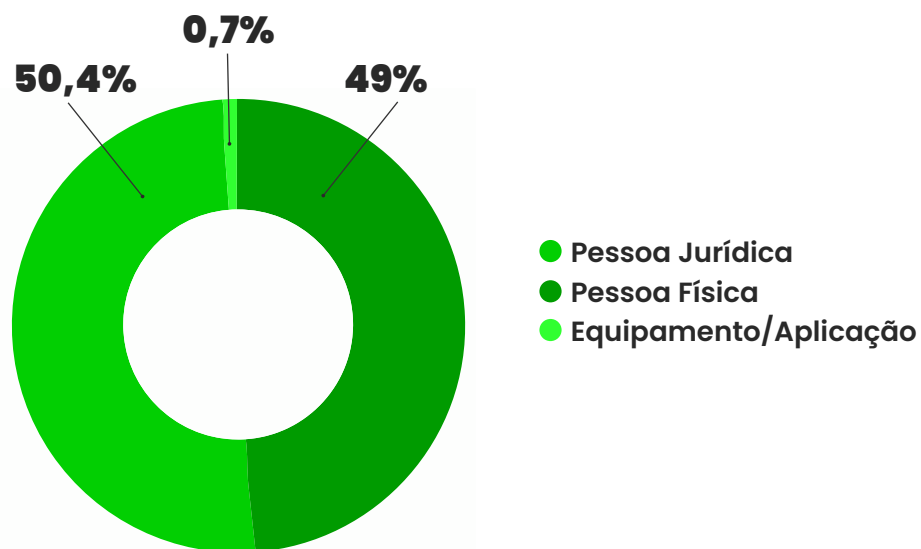
Mês	2024	2025	Crescimento 2025/2024 (%)
Janeiro	919.900	1.080.403	17,45%
Fevereiro	860.690	986.642	14,63%
Março	937.683	954.021	1,74%
Abril	1.065.363	959.818	-9,91%



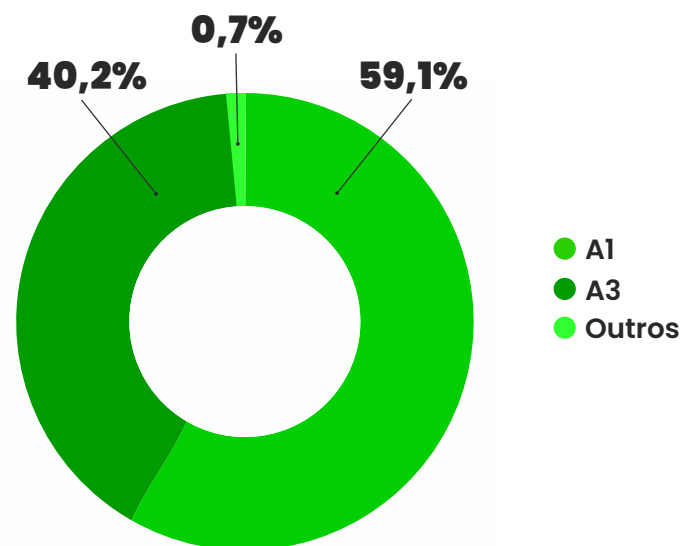
Maio	956.092	1.010.363	5,68%
Junho	863.468	962.086	11,42%
Julho	961.732	1.098.874	14,26%
Agosto	989.483	981.502	9,24%
Setembro	839.958	984.959	17,26%
Outubro	919.398	1.014.518	10,35%
Novembro	791.008	824.559	4,24%
Dezembro	707.258	830.949	17,49%
TOTAL	10.721.033	11.688.694	9,03%

Fonte: <https://numeros.iti.gov.br/> em 16/01/2026.

Distribuição de Certificados Ativos por Tipo de Assinatura Digital



Distribuição de Certificados Ativos por Tipo



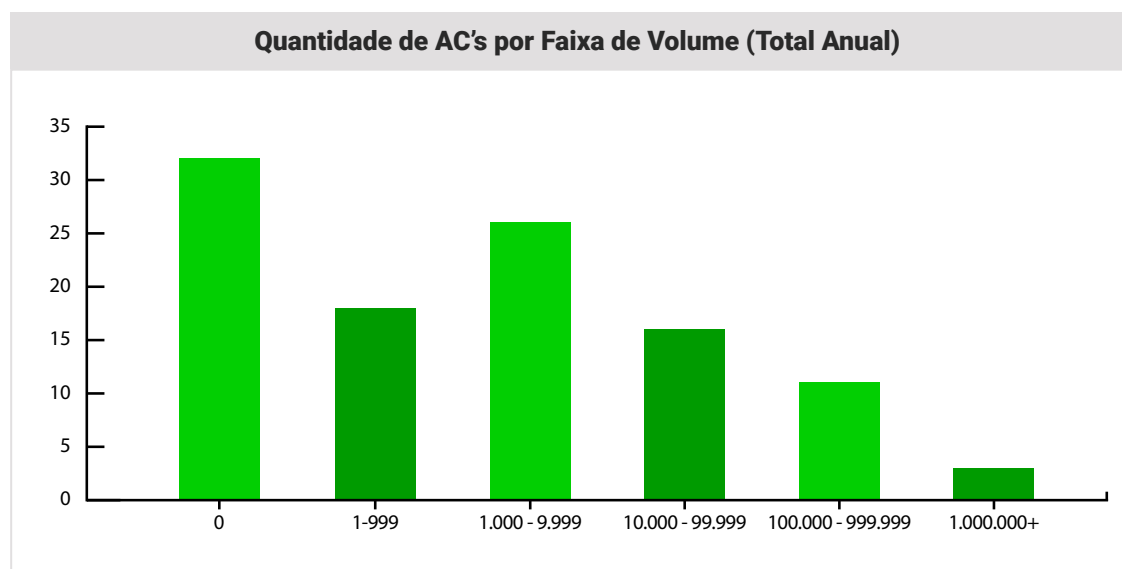


A seguir, apresenta-se o ranking das dez Autoridades Certificadoras com maior volume de emissões em 2025.

1°	AC SYNGULARID MULTIPLA	2.958.657	★	25,36%	6°	AC SERPRO RFB	541.029	★	4,64%
2°	AC SOLUTI MULTIPLA	2.275.527	★	19,51%	7°	AC CONSULTI BRASIL RFB	323.671	★	2,77%
3°	AC SAFEWEB RFB	1.936.412	★	16,60%	8°	AC DIGITALSIGN RFB	283.103	★	2,43%
4°	AC VALID RFB	708.927	★	6,08%	9°	AC CNDL RFB	228.695	★	1,96%
5°	AC CERTISIGN RFB	677.450	★	5,81%	10°	AC OAB	223.562	★	1,92%

* Dados retirados do sg2.in.iti.gov.br em 16/01/2026.

As Autoridades Certificadoras contribuíram com a emissão de certificados no ano de 2025, distribuídas nas seguintes faixas de volume.





Principais Atividades Executadas pela DAFN

A tabela a seguir consolida as quantidades das principais atividades executadas pela DAFN, demonstrando seu impacto direto nos processos de credenciamento e na continuidade da supervisão das entidades que compõem a ICP-Brasil.

Realizações	Executado
Fiscalizações	59
Credenciamentos de AR	164
Descredenciamentos de AR	218
Auditoria Pré-Operacional em AR (módulo eletrônico)	1
Auditoria Pré-operacional em AC e PSS	1
Credenciamento/renovação – Empresas de Auditoria	1
Nova vinculação	396
Desvinculação	152
Instrução Normativa	5
Portaria	1
Resoluções	6
Manutenção dos credenciamentos	305

Fonte: <https://numeros.iti.gov.br/> em 16/01/2026.

Além das ações apresentadas, a DAFN, por meio da Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa (CGNPE), mantém atuação contínua em atividades estruturantes, incluindo:

- ✓ Elaboração, revisão e atualização de Resoluções e Instruções Normativas
- ✓ Gestão do cronograma referencial de atividade normativa do ITI
- ✓ Gestão e manutenção do sistema de Object Identifier (OID)
- ✓ Atualização permanente das Listas de Confiança e do Cadastro de Agentes de Registro (CAR)
- ✓ Execução e acompanhamento do contrato de assinatura da Coleção ABNT



A Diretoria, em articulação com as coordenações CGAFI e CGNPE, também responde às demandas recebidas pelos canais oficiais, como e-Ouv, Fala.BR e correio eletrônico institucional, garantindo transparência, agilidade e consistência técnica no atendimento aos diversos públicos relacionados à ICP-Brasil.

Em 2025, a DAFN, por meio das ações de fiscalização e combate à fraude, reduziu em 71% o tempo de detecção de fraudes e em 45% o volume total de ocorrências em relação ao ano de 2024, refletindo o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e monitoramento da ICP-Brasil.

Modernização de Sistemas

Em 2025, a DAFN avançou na modernização dos sistemas corporativos que apoiam auditoria, fiscalização, credenciamento, gestão de certificados e administração da cadeia da ICP-Brasil, ampliando a eficiência operacional, a transparência e a capacidade de monitoramento. As principais entregas foram:

Auditoria: Implementação de novas funcionalidades na plataforma de auditoria interna, ampliando a análise de dados e o acompanhamento das entregas e criação da página de acompanhamento externo dos relatórios das entidades da ICP-Brasil.

Fiscalização: Desenvolvimento do novo sistema de acompanhamento das fiscalizações, destinado a aprimorar o registro e a gestão das ações fiscalizatórias. O sistema encontra-se em fase de homologação.

Credenciamento: Implantação do CASA, sistema que centraliza informações e cadastros de credenciamento; Ampliação da transparência com a disponibilização, no site do ITI, de cópias em PDF dos processos de credenciamento concluídos.

Certificados: Implementação do novo Sistema Gerenciador de Certificados (SGC), que passou a incorporar estatísticas e informações sobre possíveis fraudes em certificados, fortalecendo o monitoramento e a integridade dos dados.

Cadastro de Agentes de Registro (CAR): Integração aos Registros de Referência (CEP, CNPJ, Municípios e Países), conforme a Resolução CCGD/MGI nº 21/2024, garantindo interoperabilidade e atualização automática das informações utilizadas pelos agentes.



Visão Organizacional

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) atua, por meio da Diretoria de Tecnologias de Identificação (DITI), na governança e na operacionalização de parte dos processos relacionados à Carteira de Identidade Nacional (CIN), conforme estabelecido em seu decreto regimental. A Carteira de Identidade Nacional é o novo documento de identificação que usa o CPF como número único e possui padrão nacional.

Conforme os Decretos nº 12.103/2024 e nº 11.797/2023, a DITI possui a missão de propor regulamentações à Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão (Cefic) e gerir os processos de credenciamento, homologação, auditoria e fiscalização de sistemas biométricos e gráficos. O foco estratégico em 2025 foi atuar para consolidar a transição para um modelo de identificação único, seguro e interoperável, gerando valor público por meio do aprimoramento do Serviço de Identificação do Cidadão (SIC), cujo objetivo é fortalecer e modernizar o sistema de identificação no País.

Desafios e Perspectivas da Identificação Civil

A identificação civil no Brasil, embora constituída como um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, historicamente enfrentou obstáculos severos derivados da fragmentação e da insegurança dos sistemas estaduais, da ausência de um padrão nacional e da multiplicidade de normativos. Esse cenário de desarticulação impunha ao Estado brasileiro vulnerabilidades críticas, como a facilidade para fraudes documentais e a ineficiência no cruzamento de dados governamentais. Contudo, a partir de marcos como o Decreto nº 10.977/2022 e a Lei nº 14.534/2023, o país iniciou uma transição definitiva para o modelo da Carteira de Identidade Nacional (CIN).

Em 2025, o ITI, por meio da DITI, em conjunto com outros órgãos governamentais, consolidou essa evolução ao contribuir na proposição, regulamentação e implementação do Modelo Informacional da CIN (MI-CIN), instituído pela Resolução Cefic nº 24/2025, que estabelece requisitos rigorosos de segurança, integridade e interoperabilidade entre os Órgãos de Identificação Civil (OICs) das Unidades da Federação e os órgãos federais executores do Serviço de Identificação do Cidadão (SIC).



O desafio atual transcende a mera emissão física; reside na construção de uma Infraestrutura Pública Digital (IPD) que funcione como solução estruturante de identificação única, com ampla disponibilidade e validade nacional, reduzindo drasticamente as lacunas de cidadania e os custos operacionais do governo. Essa perspectiva de integração é sustentada pela governança da Cefic, que em 2025 direcionou esforços para que os serviços públicos digitais fossem plenamente acoplados ao mecanismo de autenticação da plataforma Gov.br, garantindo que a CIN seja o cerne da identidade digital brasileira.

No âmbito regulatório e operacional, reside um importante desafio que é a superação do regime provisório de credenciamento das gráficas de segurança, para migrar para um arcabouço normativo definitivo e auditável. A ausência de regras uniformes pode gerar riscos de insegurança jurídica e dificultar a fiscalização estatal.

Paralelamente, o Serviço Biométrico Federal (SBF) apresenta-se como o motor técnico para garantir a unicidade do registro civil, impedindo que um cidadão possua múltiplas identidades. A gestão da segurança da informação demonstra a escala e a complexidade de manter um ecossistema de identificação resiliente a ataques e falhas sistêmicas.

A inovação tecnológica surge como uma perspectiva essencial na mitigação de não conformidades identificadas em substratos de papel de segurança e policarbonato. Outro desafio persistente é o tratamento de inconsistências de dados, endereçado pelo Protocolo de Divergências da CIN, que estabelece fluxos claros, garantindo que o SBF mantenha uma base fidedigna.

As perspectivas futuras para a identificação civil no Brasil apontam para a consolidação de um modelo que não apenas identifica, mas habilita a cidadania plena em um ambiente digital seguro. O sucesso dessa jornada é refletido nos números de 2025, quando o país ultrapassou a marca de 42,6 milhões de CINs emitidas.

A importância da adoção de padrões internacionais, como o estabelecido pela Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), e a inclusão de elementos, como a Zona de Leitura Mecânica (MRZ), que facilitam a validade internacional do documento e a inserção do Brasil em fluxos globais de mobilidade segura, representam avanços na eficiência administrativa e de segurança do Estado.

Em última análise, o desafio de modernizar o ecossistema de emissão de CINs e unificar os processos de identificação civis sob uma governança centrali-



zada visa gerar valor público sustentável, reduzindo desigualdades no acesso a serviços e combatendo fraudes por meio de uma identidade civil íntegra e inquestionável.

Resultados e Desempenho da Gestão em 2025

A Diretoria de Tecnologias de Identificação (DITI) intensificou suas atividades ao longo de 2025, desenvolvendo um conjunto de ações que impulsionaram a consolidação do projeto da Carteira de Identidade Nacional (CIN).

Participação nos Grupos de Trabalho Técnico (GTT)

O ITI manteve participação estratégica nos GTTs 1, 2 e 3 da Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão (Cefic), instituídos pelas Resoluções Cefic nº 17, 18 e 19/2024 e posteriormente pelas Resoluções Cefic nº 25, 26 e 27/2025. A Autarquia atuou nas discussões que resultaram em propostas de solução de questões operacionais, modelos informacionais e no apoio aos institutos de identificação estaduais, viabilizando as demandas de regulamentação e fiscalização necessárias para a expansão da CIN.

Credenciamento de Gráficas de Segurança

A DITI avançou na elaboração da Análise de Impacto Regulatório (AIR) para o regime definitivo de credenciamento de gráficas e personalizadoras, conforme o planejamento definido pela Cefic. O objetivo é substituir o modelo provisório por um arcabouço sólido e auditável, exigindo certificações internacionais como ISO 9001, ISO 27001 e a norma NBR 15540, que asseguram a integridade do documento nacional. A minuta de resolução elaborada prevê o credenciamento de gráficas e personalizadoras, nos substratos papel de segurança e policarbonato, visando facilitar a transição tecnológica obrigatória para o policarbonato até 2032, conforme previsto no art. 26 do Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.

Análise de Layout Físico das Amostras CIN

No segundo semestre de 2025, conforme planejamento da Cefic, a DITI realizou a análise técnica de amostras físicas enviadas pelas Unidades da Federação, com o objetivo de verificar a aderência das amostras aos padrões técnicos, visuais e de segurança estabelecidos, com foco na conformidade, padronização e integridade do processo de emissão. Os resultados das análises evidenciam oportunidades de produção de recomendações, fundamentais para a padronização visual e a segurança do documento.

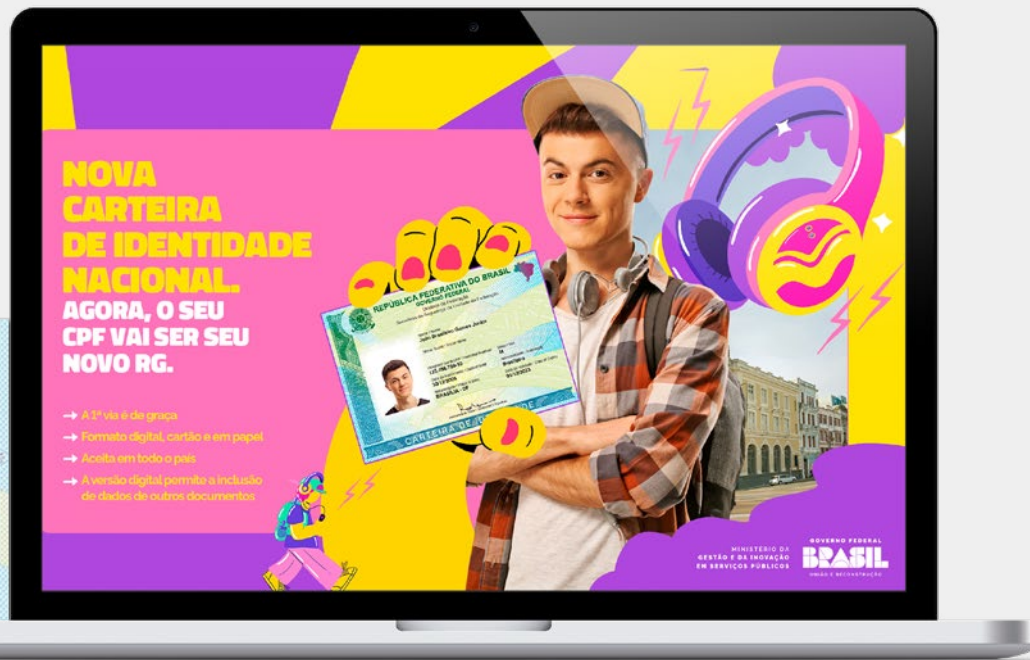


Serviço Biométrico Federal (SBF) e sua Gestão Operacional

A instituição do Serviço Biométrico Federal se deu pela Resolução nº 21, de 6 de fevereiro de 2025, alterada pela Resolução nº 22, de 5 de maio de 2025, da Cefic, com o objetivo de identificar e verificar biometricamente os requerentes da CIN, dispondo sobre o fluxograma de expedição aplicado aos OICs das Unidades da Federação e os órgãos federais executores do SIC. O ITI consolidou-se como gestor operacional do SBF, com atribuições de monitorar, avaliar e reportar a conformidade técnica da solução. A atuação da DITI visa assegurar que a ferramenta propicie a identificação única e inequívoca do cidadão, prevenindo duplicidades na identificação civil.

Modelo Informacional da CIN (MI-CIN)

O novo MI-CIN foi instituído pela Resolução Cefic nº 24/2025, define o padrão técnico de estrutura e fluxo de dados para a CIN. O modelo será de adoção obrigatória e atuação integrada para o compartilhamento de dados entre os OICs das unidades federativas e os órgãos executores do SIC, objetivando assegurar a interoperabilidade plena do ecossistema de identificação da CIN.





Reimpressão da CIN

A Resolução Cefic nº 28/2025 regulamentou o procedimento de reimpressão do documento, permitindo o reaproveitamento de dados biométricos e biográficos de emissões anteriores. O serviço é restrito a pessoas maiores de 16 anos e aos casos em que não há alteração de dados, dispensando a representação de documentos físicos para requerentes que já possuam CIN emitida na mesma unidade federativa, sendo mantida a data de validade da via anterior. A conferência biométrica será obrigatória no início ou na entrega, garantindo a segurança do processo.

Protocolo de Divergências

Foi estabelecido como o procedimento técnico padrão para resolver inconsistências detectadas durante o processo de emissão da CIN. A confirmação de identidade da pessoa natural passa pelo procedimento de reconhecimento realizado pelo sistema, por meio do processamento tecnológico. Possíveis divergências detectadas serão analisadas conforme estabelecido no protocolo, visando a integridade e a fidedignidade dos dados. A resolução correspondente foi aprovada pela Cefic em dezembro de 2025 e aguarda publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Congressos e Articulação Institucional

A DITI participou ativamente de eventos estratégicos para fortalecimento da cidadania digital que abordaram debates sobre inovação e prevenção a fraudes no ecossistema de identidade digital, bem como o SBF, IA e biometria neonatal para o acesso a serviços públicos seguros.

Capacitações Técnicas

Investindo no capital humano e na excelência técnica, a equipe da DITI participou de capacitações de alto nível. Temas como o Sistema Automatizado em Identificação Biométrica (ABIS) da Polícia Federal, documentoscopia da Carteira de Identidade Nacional (CIN) e o Programa de Liderança Digital realizado na Universidade Tsinghua, em Pequim (China), abordando governança de IA e economia digital, contribuíram para o desenvolvimento pessoal e institucional do ITI.

Visitas Técnicas

A diretoria realizou agendas técnicas em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, fundamentais para o alinhamento dos projetos relacionados ao SBF e ao credenciamento de gráficas e personalizadas.



Capacitações Técnicas

Investindo no capital humano e na excelência técnica, a equipe da DITI participou de capacitações de alto nível. Temas como o Sistema Automatizado em Identificação Biométrica (ABIS) da Polícia Federal, documentoscopia da Carteira de Identidade Nacional (CIN) e o Programa de Liderança Digital realizado na Universidade Tsinghua, em Pequim (China), abordando governança de IA e economia digital, contribuíram para o desenvolvimento pessoal e institucional do ITI.

Emissões de CIN em 2025

O ano de 2025 registrou um avanço expressivo na capilaridade do documento. Até dezembro, o Brasil atingiu a marca de 42.647.217 emissões, alcançando 20,06% da população total. O estado do Piauí mantém a liderança proporcional, com 49,7% de sua população já identificada com o novo padrão. Em termos absolutos, São Paulo (6,7 milhões) e Minas Gerais (5,2 milhões) lideram o volume de documentos emitidos, demonstrando o sucesso da política.

Entidades Anuais e Acumulada | 2022 - 2025

Ano	Emissão do Período	Emissões Acumuladas
2022	99.230	99.230
2023	2.690.726	2.789.956
2024	15.156.754	17.946.710
2025	24.700.507	42.647.217
TOTAL	42.647.217	63.483.113

Fonte: Painel de Emissões da CIN/MJSP

Emissões Acumuladas por UF | 2022 - 2025

UF	População	Emissões	Percentual por População
SP	45.973.194	6.660.406	14,49%
MG	21.322.691	5.182.387	24,30%
RJ	17.219.679	3.442.413	19,99%
RS	11.229.915	3.042.954	27,10%
PR	11.824.665	2.605.521	22,03%
BA	14.850.513	2.194.069	14,77%
SC	8.058.441	2.117.176	26,27%
CE	9.233.656	2.067.699	22,39%
PI	3.375.646	1.677.581	49,70%
GO	7.350.483	1.622.316	22,07%
Outras UFS	62.144.867	12.034.416	19,37%
TOTAL	212.583.750	42.647.217	20,06%

Fonte: Painel de Emissões da CIN/MJSP



Levantamento de requisitos do SBF

Foi iniciado o trabalho de detalhamento para especificação de requisitos do Serviço Biométrico Federal (SBF), de acordo com a Resolução nº 21, alterada pela nº 22, bem como da interface centralizada para a gestão de divergências biométricas, conforme a Resolução do Protocolo de Divergências aprovada. Os requisitos não funcionais priorizam a resiliência e segurança. O sistema deverá suportar comparações biométricas do tipo 1:1 e 1:N com alta performance, garantindo a proteção de dados sensíveis conforme preconiza a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) – Inteligência Artificial

O ano de 2025 foi marcado pelo avanço estratégico em iniciativas de inovação e o fortalecimento da infraestrutura de identificação civil no Brasil. Um marco importante do período foi a conclusão do planejamento e o início formal do Projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), focado na análise de conformidade das amostras físicas da CIN com o uso de inteligência artificial para otimizar o controle de qualidade. O projeto prevê o processamento offline de amostras encaminhadas pelos estados em ambiente isolado (sandbox), treinando algoritmos para identificar desvios em elementos de segurança, microimpressões e legibilidade do QR Code. A ferramenta visa garantir a conformidade e a uniformidade nacional, dos documentos emitidos pelos estados, de forma automatizada.

Resultados Alcançados e valor público Gerado

As ações desenvolvidas pela DITI em 2025 refletem o compromisso do ITI com a geração de valor público, promovendo segurança documental e eficiência administrativa. Ao estabelecer padrões rigorosos de credenciamento, investir em tecnologias de ponta, como IA, e apoiar a consolidação do Serviço Biométrico Federal, a gestão assegura ao cidadão brasileiro um documento de identidade seguro contra fraudes e facilitador do acesso a direitos. A atuação coordenada com os estados e a harmonização técnica pavimentam o caminho para uma cidadania digital plena e integrada.



Coordenação-Geral de Inovação, Cooperação e Projetos - CGICP

Em 2025, o Governo Federal lançou a nova versão do sistema VALIDAR, serviço oficial de validação de assinaturas eletrônicas, que passou a contar com interface mais amigável, eliminação de códigos obsoletos e fluxos de requisição e validação mais simples e eficientes.

A iniciativa reforça o compromisso com a modernização tecnológica contínua, a evolução dos serviços digitais e o desenvolvimento de novas funcionalidades, alinhados ao uso responsável dos recursos públicos e à entrega de serviços mais ágeis, seguros e de maior qualidade à sociedade.



Como resultado, o sistema atingiu 99% de disponibilidade, houve a renovação de um Termo de Execução Descentralizada (TED) e foram realizadas mais de 39,8 milhões de validações em 2025, representando crescimento de 56,47% em relação a 2024, quando foram registradas 25,4 milhões de validações, evidenciando o impacto positivo do serviço prestado à sociedade.

No campo da pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), o Instituto fomentou suas atividades de forma responsável, alinhada ao adequado uso dos recursos públicos. Destacam-se a consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) como instância colegiada do ITI, a aprovação da Política de Inovação no âmbito do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, a publicação da portaria que disciplina o relacionamento com fundações de apoio e a elaboração da portaria que regulamenta a concessão de bolsas do Instituto. Como resultado, 100% das pautas submetidas ao colegiado foram aprovadas, fortalecendo a atuação do ITI como instituição promotora da pesquisa e da inovação, com gestão transparente e responsável.

Houve, ainda, atuação conjunta com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS) e com o Ministério da Saúde para o desenvolvimento e modernização de soluções digitais voltadas ao SUS, visando à formalização de instrumentos de cooperação institucional. Como resultado, foram celebrados dois Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e um Acordo de Cooperação Técnica (ACT), que viabilizaram a concessão de 36 bolsas de PD&I, totalizando R\$ 917.581,02. Destaca-se, adicionalmente, o desenvolvimento do projeto para criação de sistema centralizado e integrado de informações sobre profissionais de saúde, com módulo específico para resposta rápida a crises e emergências em saúde.

No âmbito da articulação e cooperação técnica internacional, o ITI promoveu ações voltadas à atualização da lista de confiança regional, ao apoio técnico à República do Peru e à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em validação de assinaturas digitais, bem como à participação no Comitê de Firma Digital e na 8ª Reunião de Especialistas em Assinatura Digital. Essas iniciativas resultaram na consolidação da parceria estratégica com a ALADI e na inclusão de três novas listas de confiança (Brasil, Chile e Paraguai), fortalecendo a confiança nas transações eletrônicas transfronteiriças, com impacto estimado de aproximadamente 9 milhões de pessoas e 5 milhões de documentos por ano.

No campo da inovação tecnológica, foram realizadas ações alinhadas à modernização dos serviços do Instituto, incluindo a integração do Prestador de Serviço de Confiança (PSC) Serpro ao assinador com publicação no domínio ITI.HY; o desenvolvimento de protótipos do novo aplicativo VALIDAR, dos módulos de editais da AgSUS, do abaixo-assinado digital e do inventário, além da evolução do sistema YKUE (versão 2.8.7) para a gestão de certificados e assinaturas remotas. Essas iniciativas possibilitaram o desenvolvimento da primeira versão funcional do Sistema de Credenciais Verificáveis (SCV).



Como resultado, foi executado 100% do portfólio de projetos de PD&I previsto para o período, com a implementação de quatro novas funcionalidades nos serviços do ITI e a entrega de quatro novos protótipos demonstrativos, culminando na oferta de serviços mais inovadores, amigáveis e seguros à sociedade.



Auditoria Interna - AUDIN

A Auditoria Interna (AUDIN) do ITI é uma área vinculada ao Diretor-Presidente, com competências dispostas no Regimento Interno do Instituto. Além disso, é um órgão auxiliar do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo Federal, e está subordinada à orientação normativa e à supervisão técnica da Controladoria-Geral da União (CGU), órgão central do SCI.

De acordo com a **Instrução Normativa nº 3**, de 09 de junho de 2017, da Secretaria Federal de Controle Interno da CGU (SFC/CGU), a AUDIN governamental é uma atividade independente e objetiva, que presta serviços de avaliação e de consultoria, visando adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Além das funções típicas de auditoria, a atividade de apuração foi contemplada pela **Lei nº 10.180/2001**.



[Acesse aqui a Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017.](#)



Saiba mais sobre a Lei nº 10.180/2001, [clique aqui.](#)

Nesse contexto, no exercício de 2025, a AUDIN executou os serviços previstos no Planejamento Anual das Atividades de Auditoria (PAINT). Ao longo do ano, foram realizados trabalhos de avaliação, levantamento de informações para órgãos de controle, ações de capacitação, monitoramento de recomendações, gestão interna das atividades, tratamento de demandas extraordinárias da alta administração, como participação em reuniões, comitês, prestação de informações, além de atuação como secretaria das atividades correicionais do ITI.

A seguir, um resumo dos principais resultados decorrentes das atividades executadas por esta AUDIN.



Trabalhos Realizados e Monitoramento das Recomendações da AUDIN

Ao todo, foram realizados seis trabalhos de avaliação em 2025, divididos em três programas distintos, descritos a seguir:

TRABALHOS DE AVALIAÇÃO AUDIN 2025			
Objeto	Processo SEI	Status	Providências
Licitações e Contratos: Análise Bimestral	00100.000752/2025-17	Concluídos: 1º, 2º, 3º e 4º Bimestre	Recomendações Emitidas: 9 Recomendações Atendidas: 9
Plano Anual de Contratações – PAC	00100.000938/2025-68	Andamento: 5º e 6º bim.	Recomendações Emitidas: 3 Recomendações Atendidas: 3
PPSI	00100.001829/2025-68	Concluído	Recomendações Emitidas: 4 Em monitoramento

Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Ao longo do exercício de 2025, o ITI foi destinatário de seis demandas do Tribunal de Contas da União (TCU), detalhadas a seguir:

TRATAMENTO DE DEMANDAS DO TCU 2025			
Comunicação	Data de Envio pelo TCU	Assunto	Providências
Ofício nº 024651/2025-SEPROC	04/07/2025	Determinações/recomendações emitidas pelo TCU sobre adequação à LGPD, decorrente de fiscalização do tipo auditoria de conformidade realizada em 2024. Foram 2 determinações direcionadas ao ITI por meio do Acórdão 1372/205-TCU-Plenário.	100% das determinações atendidas
Ofício nº 033101/2025-SEPROC	15/08/2025	Pesquisa para avaliar o modelo do Relato Integrado na elaboração do relatório de gestão.	Pesquisa respondida
Ofício nº 038562/2025-SEPROC	15/09/2025	Convite para Participação no Evento "Prestação de Contas Anuais - 2025" do Tribunal de Contas da União (TCU).	Sem recomendações
Ofício nº 000262/2025/AudContratações	16/10/2025	Preenchimento de formulário com informações referentes aos critérios para adesões às atas de registro de preços e ao tratamento dos quantitativos nas prorrogações de vigência.	Formulário preenchido
Ofício nº 045121/2025-SEPROC	28/10/2025	Notificação acerca do Acórdão nº 2.099/2025-TCU-PL, o qual divulga o Painel de Acessibilidade Digital.	Sem recomendações
Ofício nº 000441/2025-AudTI	17/11/2025	Solicitação de atendimento às requisições feitas pelo TCU referente ao Pregão Eletrônico nº 90004/2025.	Requisições respondidas



Atividades de Correição do ITI

A Auditoria (AUDIN) e a Ouvidoria (OUV) atuaram, em 2025, como secretaria das atividades correicionais realizadas pelo Instituto, em conformidade com a **Portaria Normativa CGU nº 27/2022** e suas alterações posteriores. No referido exercício, foram instaurados dois procedimentos correicionais, devidamente registrados no sistema e-PAD, nos termos da **Portaria CGU nº 2.463**, de 19 de outubro de 2020. Desses procedimentos, um já foi concluído, enquanto o outro encontra-se em andamento no âmbito da Comissão de Ética.



[Saiba mais sobre a Portaria Normativa CGU nº 27/2022.](#)



[Acesse aqui a Portaria CGU nº 2.463, de 19 de outubro de 2020.](#)

PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS ITI | 2025

Procedimento	Identificador e-PAD	Status	Decisão da Comissão
SINVE	96111	Concluído	Arquivamento
--	102499	Em Instrução	Em Instrução



Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA

A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA) do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e execução das atividades relacionadas à gestão administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial, logística e de gestão de pessoas.

No exercício de suas competências regimentais, a DPOA atua no apoio à alta administração na formulação, no monitoramento e na execução do planejamento institucional, assegurando a adequada alocação, utilização e controle dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade na gestão fiscal.



Para o desempenho de suas atribuições, a Diretoria conta com o apoio de duas coordenações-gerais estratégicas: a Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração (CGPOA) e a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), responsáveis por operacionalizar, integrar e fortalecer os processos administrativos, orçamentários e tecnológicos da Autarquia.

No período avaliado, a Diretoria desenvolveu ações voltadas ao aprimoramento dos processos administrativos, à modernização da gestão, ao fortalecimento dos controles internos e à mitigação de riscos, contribuindo para o aumento da efetividade institucional e para o cumprimento dos objetivos estratégicos do ITI.

Adicionalmente, a DPOA promoveu iniciativas destinadas ao fortalecimento da governança, da integridade e da conformidade administrativa, em alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle e às boas práticas de gestão pública.

Suas atividades estiveram orientadas à garantia do adequado funcionamento das atividades-meio, ao suporte às unidades finalísticas e à promoção da sustentabilidade administrativa e operacional da Autarquia, contribuindo para a geração de valor público.

A seguir, apresentam-se os principais resultados alcançados no período avaliado.



Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração – CGPOA

A Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração (CGPOA) é responsável pela gestão orçamentária, financeira, administrativa e patrimonial de contratos, licitações e de pessoas no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), apoiando a DPOA e a alta administração na adequada aplicação dos recursos públicos.

Gestão de Pessoas | Força de Trabalho

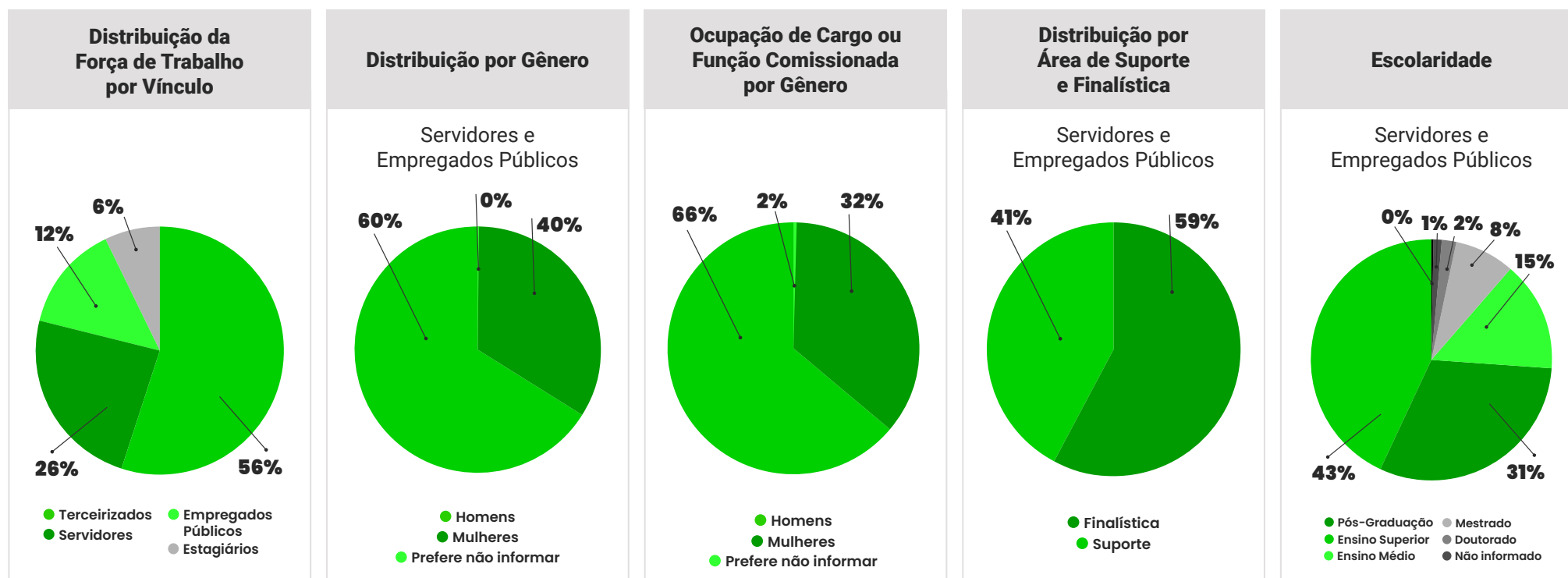
No exercício de 2025, o ITI registrou aumento de 15% no quantitativo de pessoal em relação ao ano anterior, passando de 173 pessoas em 2024 para 199 em 2025. Esse crescimento ocorreu concomitantemente ao processo de consolidação da estrutura organizacional, em consonância com a ampliação das competências atribuídas à Autarquia.



O aprimoramento da composição e do quantitativo da força de trabalho institucional permaneceu como prioridade de gestão, tendo em vista seu impacto direto no desempenho organizacional, na estabilidade operacional, na qualidade dos serviços prestados e na tempestividade da execução das atividades, contribuindo para o fortalecimento da capacidade institucional do ITI.

No tocante às políticas de gênero, diversidade e inclusão, o quadro de pessoal apresentava 39% de pessoas que se declararam do sexo feminino, 60% masculino, 1% preferiu não informar. Em relação à autodeclaração étnico-racial 43% declararam-se brancos, 42% pardos, 11% pretos, 2% amarelos e 2% não informaram.

Quanto à escolaridade, o quadro de pessoal apresentava a seguinte distribuição: 43% com ensino superior, 32% com pós-graduação, 14% com ensino médio, 8% com mestrado e 2% com doutorado.





Movimentação, Provimentos e Turnover

No exercício de referência, a gestão de pessoas contemplou a realização de 25 movimentações de pessoal, compreendendo cessões, requisições e descentralizações, conduzidas em conformidade com a legislação vigente e alinhadas às necessidades institucionais.

No mesmo período, foram efetivados 24 provimentos de cargos, com vistas à recomposição e ao fortalecimento da força de trabalho do órgão, assegurando a continuidade e a eficiência da prestação dos serviços públicos.

Adicionalmente, foram concedidas três Gratificações Temporárias do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (GSISP), observados os critérios normativos aplicáveis, como forma de reconhecimento das atividades estratégicas desempenhadas na área de tecnologia da informação.

Em complemento, no exercício de 2025, o órgão registrou índice de rotatividade (turnover) de 30%, decorrente de 25 ingressos e 17 desligamentos no período. Essa movimentação reflete a dinâmica de recomposição e ajuste da força de trabalho, associada tanto a provimentos e movimentações internas quanto a saídas por motivos diversos. A situação é acompanhada pela área de gestão de pessoas com vistas à mitigação de impactos sobre a continuidade das atividades e ao adequado dimensionamento do quadro funcional.

Processos Seletivos

Por meio do módulo Oportunidades do SouGov.br, ao longo do exercício de 2025, foram publicados 23 editais, com 1.638 inscritos, dos quais resultaram nove movimentações efetivadas para ingresso de colaboradores no órgão.

Esses processos contribuíram para a atração de perfis alinhados às necessidades institucionais, observando-se os critérios de transparência, impessoalidade e eficiência, bem como a conformidade com as diretrizes normativas aplicáveis à movimentação de pessoal no âmbito da Administração Pública Federal.



Estagiários

Inserir-se ao contexto a função educativa escolar supervisionada, em cumprimento à Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, o ITI exerce seu papel social de incentivo à formação de jovens e adultos à preparação do trabalho produtivo. Em 2025, o Instituto manteve 11 estagiários em seu quadro de apoio, sendo 72,7% do gênero masculino e 27,3% do gênero feminino, conforme autodeclaração registrada em ficha cadastral.

A contratação dos estagiários ocorre por meio do Contrato n.º 12/2022, firmado com o Instituto Nacional de Qualificação e Capacitação (INQC), com vigência até 13 de outubro de 2026, caracterizado como estágio não obrigatório, em conformidade com as diretrizes curriculares, a modalidade e área de ensino, bem como com os projetos pedagógicos dos cursos.

Essa iniciativa contribui para o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, reforçando o compromisso institucional do ITI com a formação profissional e a responsabilidade social.

Concurso Público

No exercício de referência, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) participou da segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 2), coordenado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com o objetivo de recompor e fortalecer seu quadro próprio de pessoal. Foram ofertadas 50 vagas de nível superior, distribuídas entre os cargos de Pesquisador (5 vagas), Tecnologista (27 vagas) e Analista em Ciência e Tecnologia (18 vagas), integrantes das carreiras de Ciência e Tecnologia, em alinhamento às competências técnicas, regulatórias e estratégicas do Instituto.

A iniciativa fortalece a capacidade institucional para o cumprimento das atribuições legais do ITI, incluindo a governança tecnológica da Carteira de Identidade Nacional (CIN) e a atuação como Autoridade Certificadora raiz da ICP-Brasil. Ademais, contribui para mitigar riscos decorrentes da insuficiência de força de trabalho e da dependência de vínculos não permanentes.

A adesão ao modelo unificado de provimento de pessoal reforça a transparência e a eficiência na gestão de pessoas, ampliando a capacidade do Instituto de entregar soluções seguras e interoperáveis de identidade digital, em especial relacionados à CIN, contribuindo para a sustentabilidade institucional e para a entrega de valor público à sociedade.



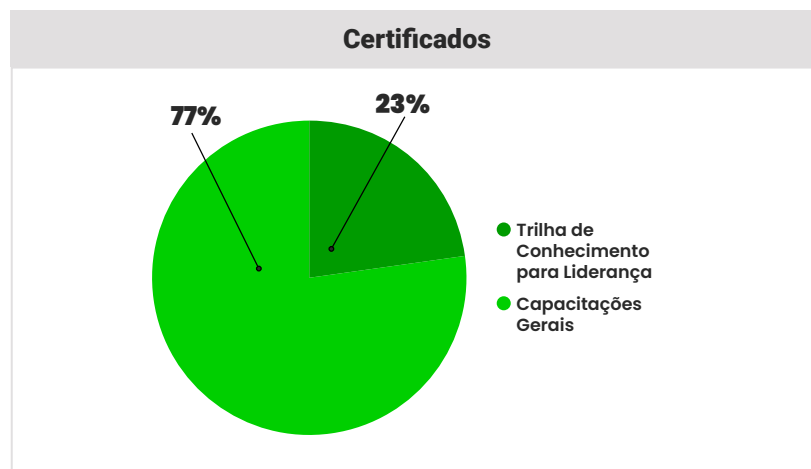
Capacitações

No exercício de 2025, as ações de desenvolvimento previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) resultaram na emissão de 238 certificados de conclusão, abrangendo capacitações de caráter geral e ações estruturadas de desenvolvimento. No âmbito específico da Trilha de Conhecimento para Liderança do ITI, foram emitidos 71 certificados, totalizando 309 certificações no período.

Os resultados evidenciam o fortalecimento das competências institucionais, a disseminação de conhecimentos transversais entre as unidades, a evolução do desempenho organizacional e impactos positivos na produtividade e na atuação colaborativa.

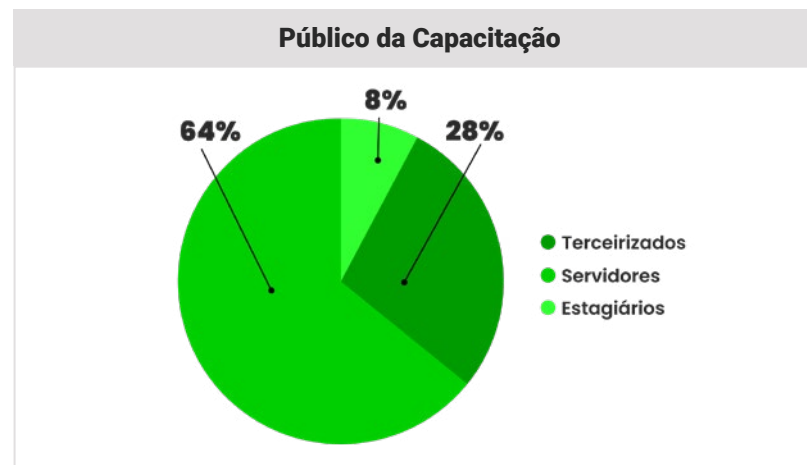
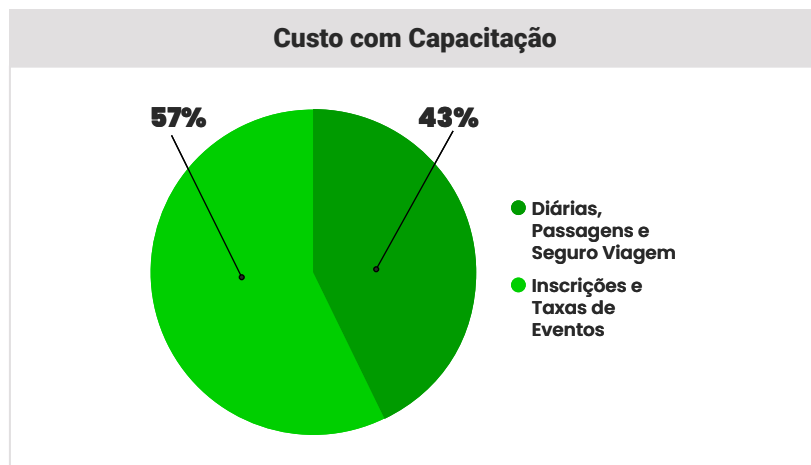
A Trilha de Liderança do ITI consiste em ações formativas estruturadas voltadas ao desenvolvimento contínuo das lideranças do Instituto, alinhadas ao PDP, ao Planejamento Estratégico Institucional e à Matriz de Competências Essenciais da Liderança no Setor Público da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), conforme a Instrução Normativa nº 21/2021, com foco no fortalecimento da governança, da capacidade de liderança e da melhoria da entrega de serviços à sociedade.

Os investimentos diretos do ITI em capacitação totalizaram R\$ 229.269,52, abrangendo inscrições, taxas de eventos, diárias, passagens e seguro-viagem, evidenciando a aplicação estratégica de recursos públicos voltados ao desenvolvimento da força de trabalho contemplada pelo PDP.





Adicionalmente, 24 trabalhadores terceirizados participaram de ações de capacitação, totalizando 1.715 horas de treinamento e 89 certificados emitidos, por meio das escolas de governo. A iniciativa demonstra o compromisso institucional com a qualificação do ambiente organizacional e o fortalecimento da atuação integrada da força de trabalho, ainda que tais participações não componham os indicadores formais do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP).



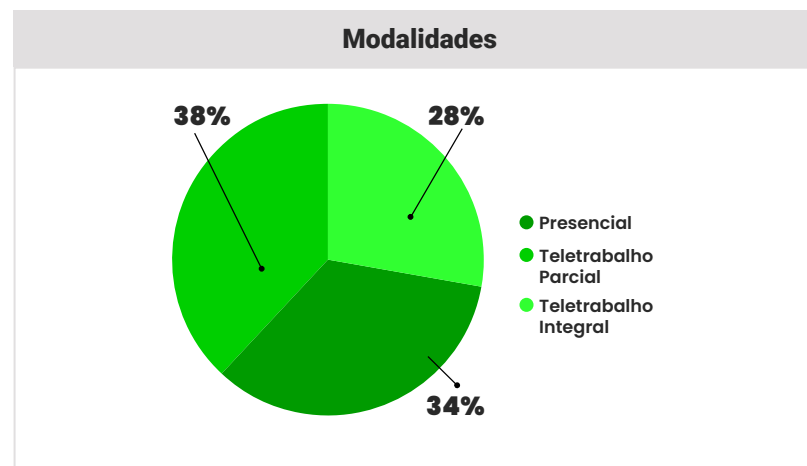
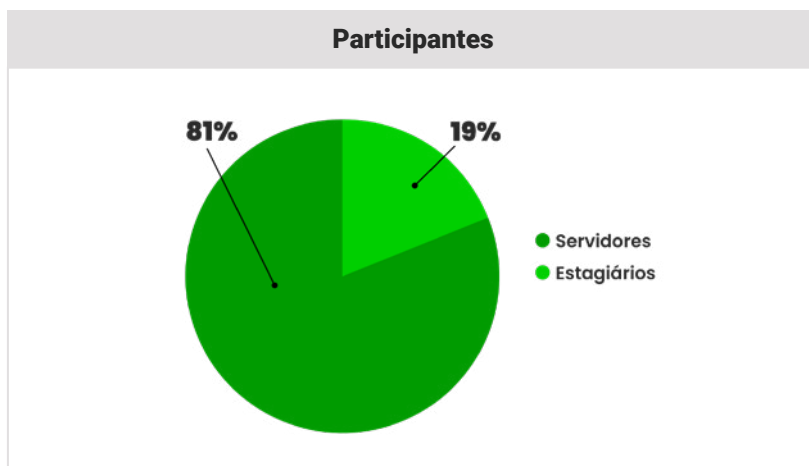
Programa de Gestão e Desempenho - PGD

No exercício de 2025, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação manteve a execução do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) como instrumento de modernização da gestão do trabalho e de fortalecimento da cultura organizacional orientada a resultados. No período, o ITI contou com 70 servidores e 11 estagiários em seu quadro, dos quais 47 servidores e a totalidade dos 11 estagiários estavam formalmente vinculados ao PGD, totalizando 58 participantes ativos, o que representa 67,1% dos servidores e 100% dos estagiários.

Entre os servidores participantes, 16 atuaram em regime presencial, 18 em teletrabalho parcial e 13 em teletrabalho integral. Os 11 estagiários desempenharam suas atividades exclusivamente na modalidade presencial, conforme diretrizes internas do Instituto. A distribuição das modalidades evidencia a adoção equilibrada dos formatos previstos na regulamentação vigente, conciliando flexibilidade, produtividade e atendimento às necessidades operacionais.



A adesão ao programa e a distribuição das modalidades refletem o alinhamento institucional às diretrizes da Instrução Normativa nº 24/2023, priorizando a gestão por resultados, a transparência das entregas e a vinculação entre os objetivos estratégicos do órgão e as atividades executadas. Registra-se que os servidores não participantes do PGD ocupam, majoritariamente, cargos ou funções comissionadas de nível igual ou superior ao 13, além de membros da Procuradoria Federal Especializada junto ao ITI, cujas atividades seguem regimes próprios, o que justifica sua não inclusão no escopo do programa.



Execução da Despesa de Pessoal

A análise da execução orçamentária e financeira das ações de pessoal do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação evidencia, no período de 2020 a 2025, uma trajetória de crescimento contínuo das despesas, fortemente concentradas em gastos de natureza remuneratória. Tal comportamento reflete a necessidade de manutenção e ampliação da força de trabalho indispensável ao cumprimento das competências institucionais do ITI, em um contexto no qual o órgão ainda não dispõe de quadro próprio de servidores efetivos.

No exercício de 2025, observou-se elevado grau de execução das dotações autorizadas, com concentração dos empenhos nas ações 20TP, 212B e 2004. Destaca-se a predominância das despesas com pessoal requisitado, responsável por cerca de 69% do total empenhado, o que evidencia a dependência estrutural do ITI desse modelo de provimento de pessoal e o impacto financeiro associado ao ressarcimento integral das despesas aos órgãos de origem.



A comparação entre as despesas com pessoal cedido e requisitado revela diferenças relevantes na composição dos gastos, especialmente no que se refere à maior participação relativa dos benefícios obrigatórios e das despesas com assistência médico-hospitalar no caso do pessoal requisitado. Esse cenário reforça a importância do planejamento orçamentário contínuo, do acompanhamento sistemático da execução e da avaliação dos impactos financeiros decorrentes do atual arranjo institucional.

Por fim, as informações apresentadas subsidiam a gestão na avaliação dos riscos e desafios associados às despesas de pessoal, fornecendo elementos objetivos para a tomada de decisão quanto ao aprimoramento do planejamento, à eventual estruturação de quadro próprio e à necessidade de negociação de créditos adicionais, de forma a assegurar a sustentabilidade fiscal e a continuidade das ações finalísticas do Instituto.

Pesquisa de Clima Organizacional - 2025





No exercício de 2025, pela primeira vez, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) participou da pesquisa “Lugares Incríveis para Trabalhar”, conduzida pela FIA Business School, com o objetivo de avaliar a percepção dos colaboradores sobre o ambiente organizacional e subsidiar o aprimoramento da gestão de pessoas.



119 colaboradores participaram da pesquisa de clima

80% do quadro de pessoal se envolveu com a iniciativa



Resultado de 73% alcançado pelo Instituto no Índice de Clima Organizacional (iCO)



Análise da Execução Orçamentária e Financeira

A análise da execução orçamentária e financeira das ações de pessoal do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação evidencia, no período de 2020 a 2025, uma trajetória de crescimento contínuo das despesas, fortemente concentradas em gastos de natureza remuneratória. Tal comportamento reflete a necessidade de manutenção e ampliação da força de trabalho indispensável ao cumprimento das competências institucionais do ITI, em um contexto no qual o órgão ainda não dispõe de quadro próprio de servidores efetivos.

No exercício de 2025, observou-se elevado grau de execução das dotações autorizadas, com concentração dos empenhos nas ações 20TP, 212B e 2004.



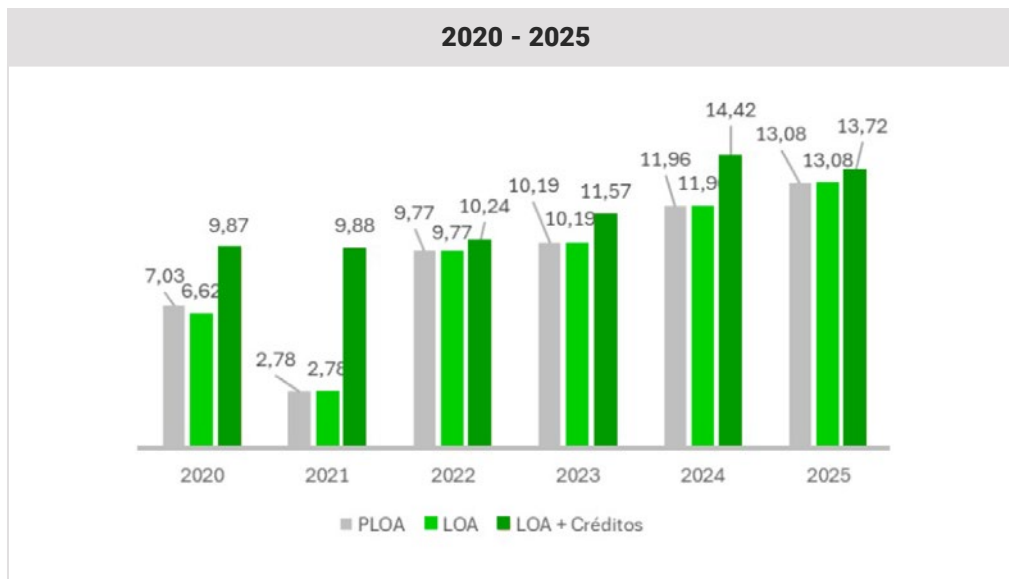
Destaca-se a predominância das despesas com pessoal requisitado, responsável por cerca de 69% do total empenhado, o que evidencia a dependência estrutural do ITI desse modelo de provimento de pessoal e o impacto financeiro associado ao ressarcimento integral das despesas aos órgãos de origem.

Execução das Ações de Pessoal do ITI

2020 - 2025						
Ano	PLOA	LOA	LOA + Créditos	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
2020	7.028.459,00	6.624.129,00	9.873.598,00	9.581.446,65	8.615.881,98	8.249.282,71
2021	2.782.928,00	2.777.098,00	9.875.439,00	9.692.363,90	8.366.167,60	7.879.181,10
2022	9.767.252,00	9.767.252,00	10.244.638,00	10.100.841,33	9.147.368,95	8.513.081,86
2023	10.188.017,00	10.188.017,00	11.572.738,00	11.533.738,36	9.830.221,05	9.567.190,92
2024	11.962.153,00	11.962.153,00	14.415.134,00	13.257.144,84	10.885.788,56	9.978.863,77
2025	13.076.277,00	13.076.277,00	13.722.582,00	13.615.343,16	11.357.610,43	10.884.102,70
Total Geral	54.805.086,00	54.394.926,00	69.704.129,00	67.780.878,24	58.203.038,57	55.071.703,06



Evolução das Despesas de Pessoal do ITI



Fonte:

A distribuição percentual das despesas empenhadas em 2025. Verifica-se que aproximadamente 95% dos gastos correspondem a despesas remuneratórias, tais como vencimentos, substituições e férias. As despesas com benefícios obrigatórios representam cerca de 3% do total, enquanto aproximadamente 2% referem-se a gastos com assistência médico-hospitalar e odontológica, custeados em caráter suplementar.

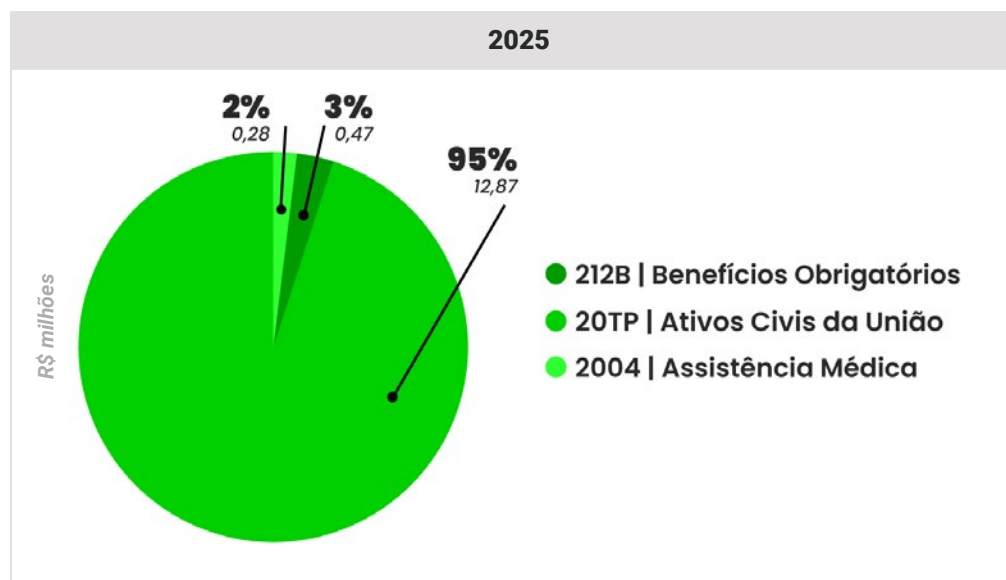
Evolução das Despesas de Pessoal do ITI

2025						
Ação	PLOA	Dotação Inicial	LOA + Créditos	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
20TP - Ativos Civis da União	12.273.536,00	12.273.536,00	12.273.536,00	12.273.536,00	10.759.562,40	10.295.273,69
212B - Benefícios Obrigatórios	405.001,00	405.001,00	478.207,00	473.111,00	378.409,92	369.850,25



2004 - Assistência Médica	184.740,00	184.740,00	277.839,00	277.839,00	219.638,11	218.978,76
09HB - Contribuição RPPS	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0181 - Aposentadorias e Pensões	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00S6 - Benefício Especial	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	13.076.277,00	13.076.277,00	13.722.582,00	13.617.486,00	11.357.610,43	10.884.102,70

Execução Orçamentária das Despesas de Pessoal do ITI



Fonte: Tesouro Gerencial.

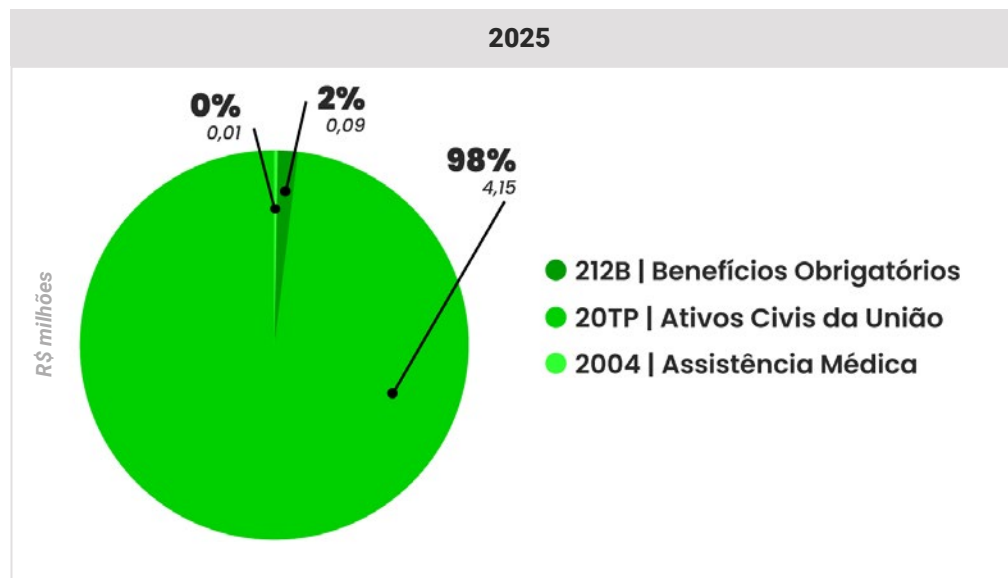
As despesas com pessoal cedido concentram-se majoritariamente em gastos remuneratórios, que correspondem a aproximadamente 98% do total empenhado, ao passo que os benefícios obrigatórios e as despesas com assistência médica apresentam participação residual.



Execução com Pessoal Cedido ao ITI

2025			
Ação	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
20TP - Ativos Civos da União	4.149.551,89	4.144.993,00	3.680.704,29
212B - Benefícios Obrigatórios	89.153,85	88.593,61	80.033,94
2004 - Assistência Médica	5.496,83	5.496,83	4.837,48
Total	4.244.202,57	4.239.083,44	3.765.575,71

Execução Orçamentária de Pessoal Cedido ao ITI



Fonte: Tesouro Gerencial / Despesas Empenhadas.



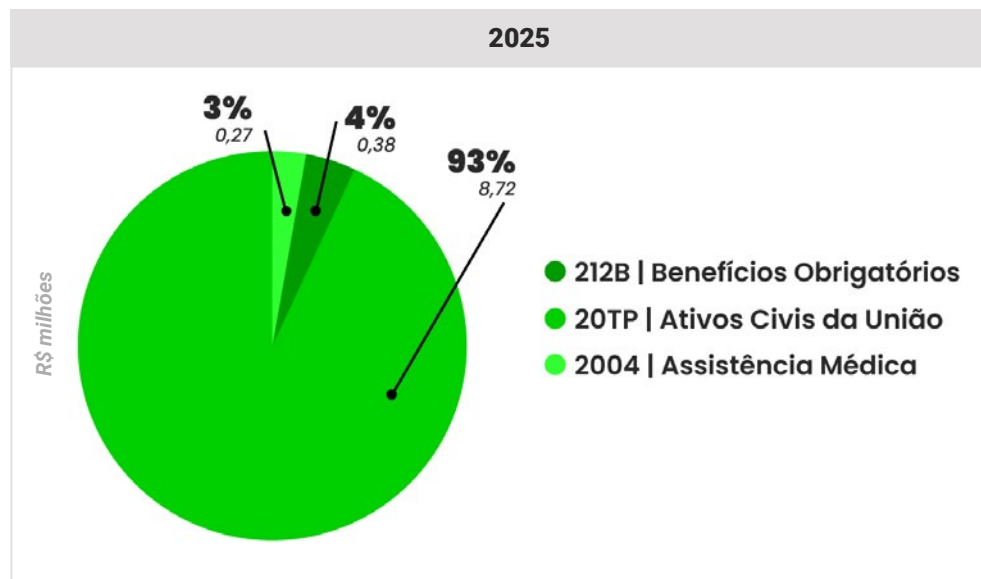
As despesas com pessoal requisitado apresentam composição distinta, com cerca de 93% dos gastos destinados a despesas remuneratórias, aproximadamente 4% a benefícios obrigatórios e o restante a despesas com assistência médico-hospitalar e odontológica. Comparativamente às despesas com pessoal cedido, observa-se maior participação relativa dessas rubricas no caso do pessoal requisitado, o que pode ser explicado pelo ressarcimento integral dessas despesas aos órgãos de origem, enquanto, no caso do pessoal cedido, parte dos benefícios é custeada diretamente nas folhas de pagamento dos órgãos cessionários.

Execução com Pessoal Requisitado pelo ITI

2025			
Ação	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
20TP - Ativos Cíveis da União	8.716.984,11	6.614.569,40	6.614.569,40
212B - Benefícios Obrigatórios	383.957,15	289.816,31	289.816,31
2004 - Assistência Médica	272.342,17	214.141,28	214.141,28
Total	9.373.283,43	7.118.526,99	7.118.526,99

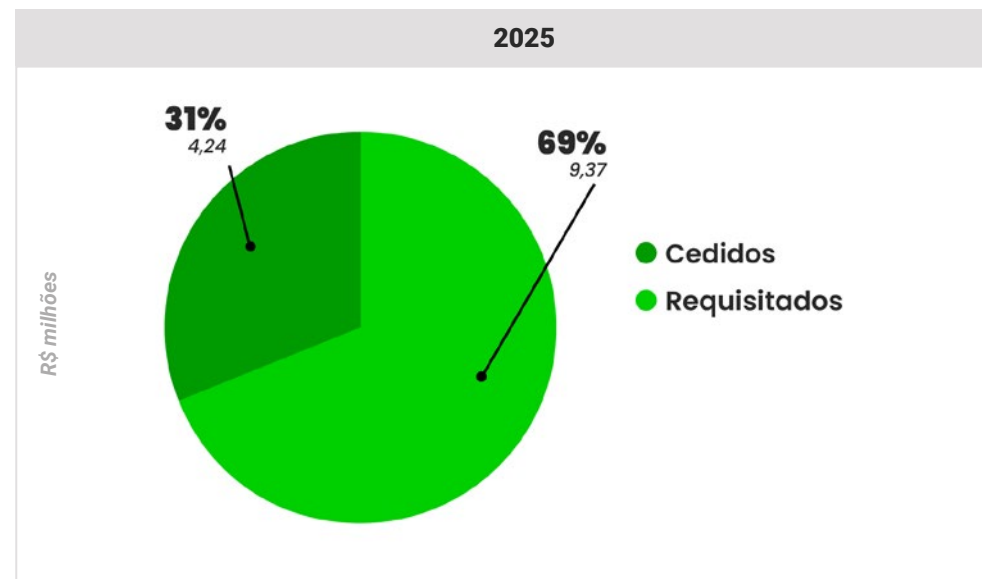


Execução Orçamentária de Pessoal Requisitado pelo ITI



Fonte: Tesouro Gerencial / Despesas Empenhadas.

Execução Orçamentária de Distribuição entre Cedidos e Requisitados



Fonte: Tesouro Gerencial / Despesas Empenhadas.

Em 2025, aproximadamente 69% das despesas empenhadas referem-se ao pessoal requisitado, percentual que supera significativamente aquele observado para o pessoal cedido.

Gestão Orçamentária e Financeira

A execução orçamentária da ação orçamentária finalística 217Z - Gestão dos Sistemas da Carteira de Identidade Nacional (CIN), da Certificação Digital da infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil) e da Assinatura Gov.br, do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), entre 2020 e 2025, apresentou variações nos valores orçados e executados, mantendo uma média anual de R\$ 24,7 milhões em empenhos. Apesar das variações significativas em relação à dotação inicial, o ITI manteve um nível constante de execução ao longo do período.

A tabela abaixo apresenta a evolução da execução orçamentária do ITI no período de 2020 a 2025. Observa-se que, apesar das alterações nos valores pre-



vistos e dotados, a execução manteve-se estável, refletindo um planejamento eficiente e uma boa gestão dos recursos disponíveis.

Execução da Evolução Orçamentária do ITI

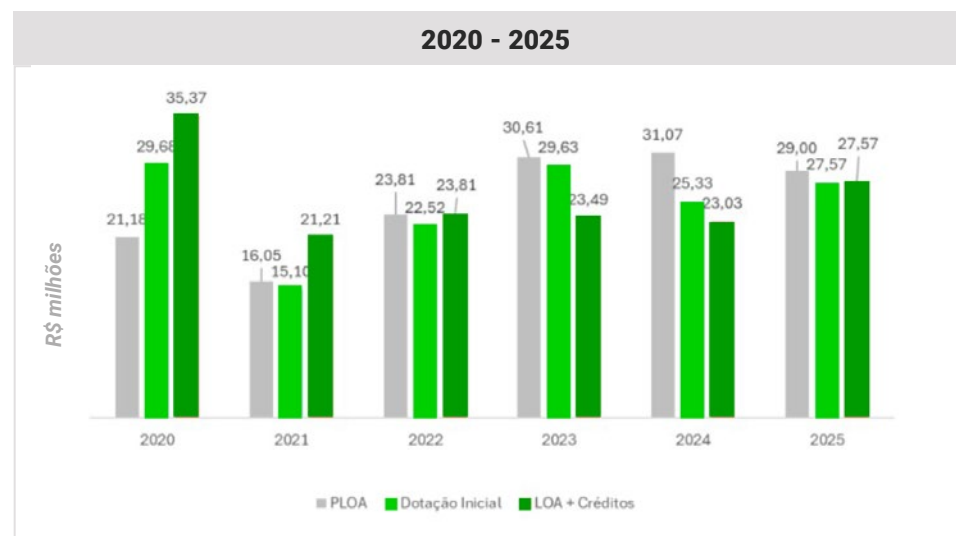
2020 - 2025						
Exercício	PLOA	Dotação Inicial	LOA + Créditos	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
2020	21.177.547,00	29.683.117,00	35.372.771,00	29.417.473,55	13.385.789,69	13.355.192,74
2021	16.045.766,00	15.095.021,00	21.210.255,00	21.104.490,41	13.130.652,64	13.119.722,07
2022	23.805.830,00	22.520.759,00	23.805.830,00	23.741.205,87	16.836.302,80	16.768.697,00
2023	30.614.929,00	29.632.253,00	23.488.012,00	23.430.156,96	15.592.440,25	15.410.441,54
2024	31.072.000,00	25.327.521,00	23.029.091,00	23.018.885,20	19.809.238,11	19.405.821,67
2025	29.000.000,00	27.569.377,00	27.569.377,00	27.569.370,63	19.089.294,89	17.807.411,45

Fonte: Tesouro Gerencial. Ação 217Z.

O Gráfico abaixo ilustra a evolução do orçamento, desde a fase do projeto de lei até a promulgação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e a obtenção de créditos adicionais. Nos últimos dois exercícios, houve uma redução dos valores inicialmente previstos no projeto de lei e na lei promulgada, principalmente em razão dos contingenciamentos impostos pela conjuntura econômica.



Evolução do Orçamento do ITI



Fonte: Tesouro Gerencial. Ação 217Z.

Em 2025, o ITI executou 99,99% dos créditos disponibilizados em sua ação finalística por meio da emissão dos respectivos empenhos. A Tabela II detalha os valores e percentuais de execução por categoria e grupo de despesas. Destaca-se que a maior parte das despesas foi destinada à administração, infraestrutura e manutenção, além de investimentos em sistemas informatizados.

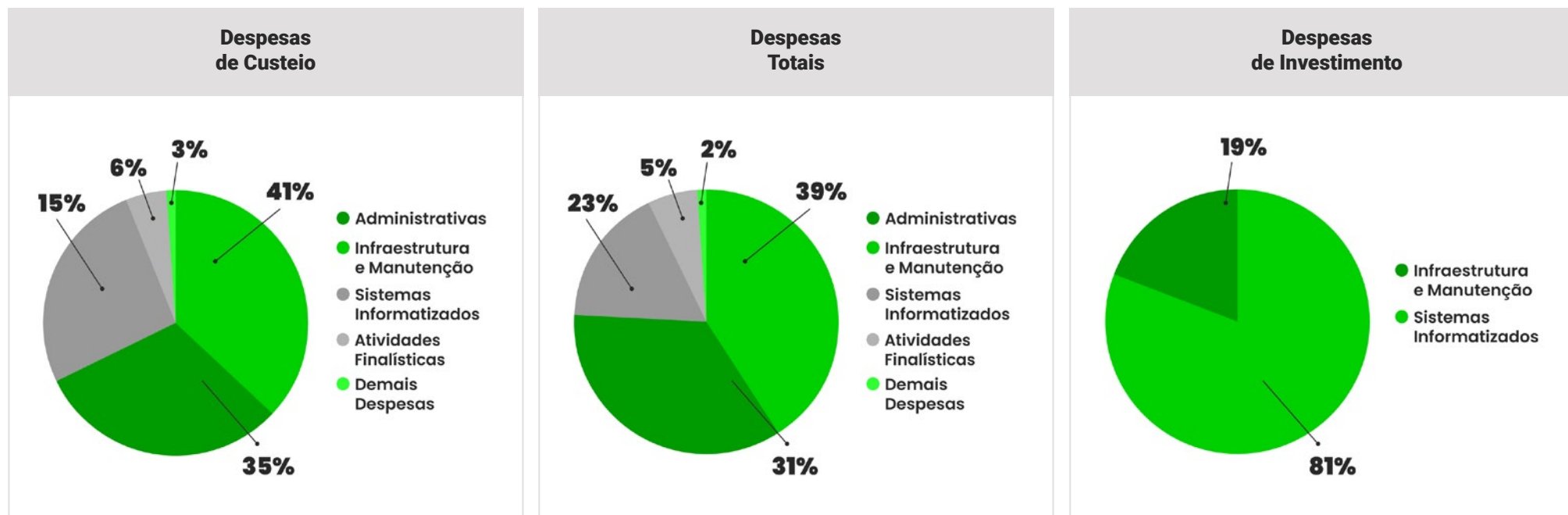
Percentuais de Execução do ITI

2025						
Categoria	Despesas de Custeio	Despesas de Investimento	Total de Despesas	Percentual de Execução em Custeio	Percentual de Execução em Investimento	Percentual de Execução Total
Administrativas	8.468.574,74	0,00	8.468.574,74	35,20%	0,00%	30,72%
Infraestrutura e manutenção	9.940.517,20	674.486,56	10.615.003,76	41,31%	19,22%	38,50%
Sistemas Informatizados	3.543.683,61	2.822.185,48	6.365.869,09	14,73%	80,44%	23,09%



Atividades Finalísticas	1.453.379,16	0,00	1.453.379,16	6,04%	0,00%	5,27%
Demais Despesas	654.731,20	11.809,59	666.540,79	2,72%	0,34%	2,42%
Totais	24.060.885,91	3.508.481,63	27.569.367,54	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial. Ação 2177/ Planilha de execução de contratos 2025 - COPEO



Fonte: Tesouro Gerencial. Ação 2177/ Planilha de execução de contratos 2025 - COPEO.

O ITI utiliza a ação orçamentária 217Z - Gestão dos Sistemas da Carteira de Identidade Nacional (CIN), da Certificação Digital da infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil) e da Assinatura Gov.br para aprimorar a ICP-Brasil. Essa ação abrange atividades essenciais, como a contratação de serviços, a aquisição de bens de tecnologia da informação e a manutenção de serviços críticos. Essas iniciativas são fundamentais para garantir a segurança e a confiabilidade dos serviços de certificação digital no Brasil.



A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária por planos orçamentários, evidenciando a alocação de recursos em auditoria e fiscalização, gestão da infraestrutura de chaves públicas e assinaturas eletrônicas avançadas.

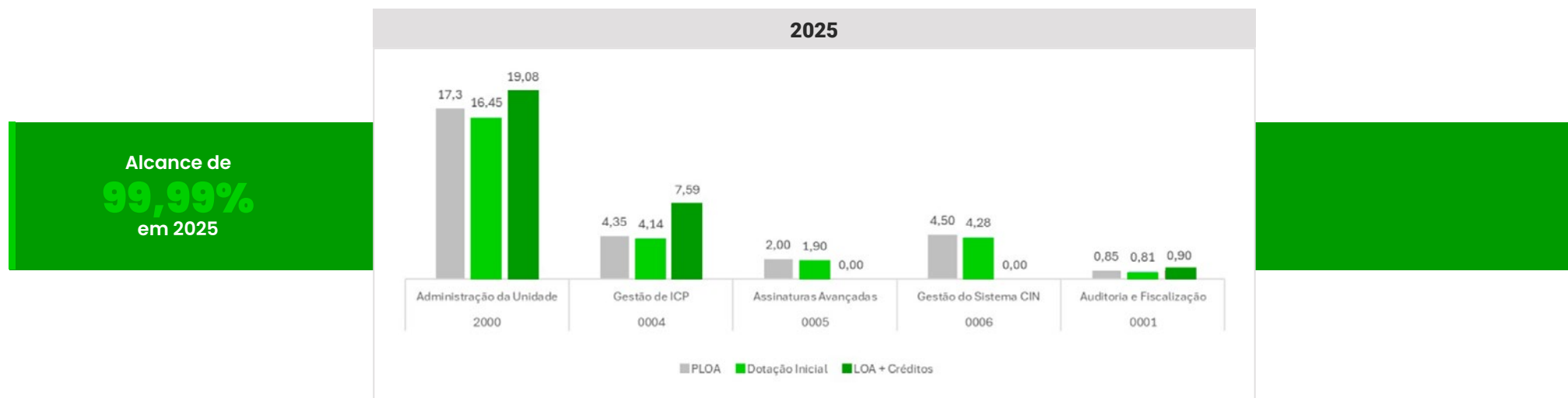
Execução Orçamentária por Planos Orçamentários

CÓDIGO PO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	PLOA	DOTAÇÃO INICIAL	LOA + CRÉDITOS	EMPENHOS	LIQUIDAÇÕES	PAGAMENTOS
0001	Auditoria e fiscalização nos prestadores de serviços	850.000,00	808.071,00	901.261,00	901.261,00	156.860,85	156.860,85
0004	Gestão de infraestrutura de Chaves Públicas	4.350.000,00	4.135.406,00	7.589.458,00	7.589.457,66	5.047.170,51	4.802.503,19
0005	Assinaturas eletrônicas avançadas da plataforma Gov.br	2.000.000,00	1.901.336,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0006	Gestão do Sistema da Carteira Identidade Nacional	4.500.000,00	4.278.006,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000	Despesas administrativas	17.300.000,00	16.446.558,00	19.078.658,00	19.078.651,97	13.885.263,53	12.848.047,41
TOTAL GERAL		29.000.000,00	27.569.377,00	27.569.377,00	27.569.370,00	19.089.294,89	17.807.411,45

O Gráfico a seguir ilustra a redução dos recursos destinados a planos orçamentários finalísticos e o aumento das dotações para despesas administrativas, reflexo das restrições orçamentárias e remanejamentos necessários ao longo de 2025.



Distribuição do Orçamento por Planos Orçamentários



Fonte: Tesouro Gerencial. Ação 217Z.

Apesar dos desafios enfrentados, a execução orçamentária do ITI foi altamente satisfatória, atingindo 99,99%. Esse desempenho é resultado do trabalho conjunto entre a gestão e as equipes envolvidas, que se dedicaram à otimização de recursos, à gestão eficiente dos contratos e à racionalização das compras, garantindo a continuidade das atividades essenciais do Instituto.

Gestão de Licitações e Contratos

No exercício de 2025, o Instituto atuou de forma contínua no planejamento, consolidação, acompanhamento e monitoramento das contratações, assegurando a observância do Plano de Contratações Anual (PCA), elaborado e gerido por meio do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), em conformidade com o art. 12, inciso VII e §1º, da **Lei nº 14.133/2021**, e o **Decreto nº 10.947/2022**.



Conheça a Lei nº 14.133/2021 [clikando aqui](#).



[Saiba mais sobre](#) o Decreto nº 10.947/2022.



Ao final do exercício, o PCA 2025 registrou 132 demandas cadastradas (DFDs), das quais 71 foram aprovadas e 61 permaneceram sem andamento, em razão de indisponibilidade orçamentária, não havendo registro de demandas reprovadas com impacto financeiro. O valor global das demandas planejadas totalizou R\$80.242.321,72, sendo R\$42.610.075,41 correspondentes às demandas aprovadas e R\$37.632.246,31 às demandas em fase de aprovação, conforme dados consolidados no PGC e divulgados no PNCP.

As contratações efetivamente realizadas mantiveram aderência aos objetivos estratégicos institucionais, aos instrumentos de planejamento setoriais aplicáveis (PDTIC/PAT e Plano de Logística Sustentável – PLS) e aos projetos estruturantes da cadeia de valor do ITI, com destaque para as iniciativas relacionadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), à segurança da informação, à transformação digital e ao apoio às atividades administrativas.

No âmbito da governança, gestão de riscos e conformidade, o Instituto assegurou a adoção dos artefatos obrigatórios de planejamento e contratação (DFD, ETP, TR, análise de riscos e pesquisa de preços), promoveu orientação contínua às áreas requisitantes, realizou o monitoramento da execução do PCA, inclusive quanto a riscos, entraves e medidas mitigatórias, e contribuiu para a transparência ativa, com a consolidação e divulgação das informações nos sistemas oficiais, especialmente no PNCP.

As informações ora apresentadas evidenciam a coerência entre planejamento, execução e resultados, em alinhamento às boas práticas de governança e às exigências de prestação de contas dos órgãos de controle.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura Predial

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) não dispõe de imóvel próprio. No exercício em referência, manteve contrato de locação de imóvel de terceiros localizado no Setor Comercial Norte – SCN Quadra 02, Bloco E, em Brasília, com área total de 3.211 m², destinado à instalação de suas dependências administrativas, conforme Processo SEI nº 99990.000296/2017-77.

Ressalta-se que o Instituto não utilizava imóveis de propriedade da União nem imóveis funcionais.

No período, foi firmado o Contrato nº 06/2025 com a empresa Rei de Ouro Mudanças e Transportes Ltda., para execução da mudança da sede institucio-



nal. O processo de transferência teve início em 12 de dezembro de 2025, com a nova instalação nas dependências da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), após a assinatura do Termo de Compartilhamento nº 2/2025.

PATRIMÔNIO	
Descrição	Quantidade
Movimentação de Bens	32

AQUISIÇÃO DE BENS	
Conta	Valor
12.311.02.01	R\$450.428,05

RECEBIMENTO DE DOAÇÃO	
Conta	Quantidade
12.311.01.02	R\$1.039,13

DOAÇÃO FEITA PELO ITI	
Quantidade de Bens	
0	

Almoxarifado

Foram atendidas 13 requisições de pedidos de materiais de diversos setores. Os pedidos e requisições de material de consumo do ITI são registrados diretamente no controle de Almoxarifado DILOG.

Setor	Quantidade
Gabinete	3
CGOPE	3
Protocolo	2
COGED	1
DITI	1
CGNPE	2
CGAFI	1
Total de Requisições Atendidas	13

Concessão de Passagens Aéreas

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) utiliza o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), ferramenta informatizada destinada à gestão de viagens oficiais no âmbito da Administração Pública Federal.

No exercício de 2025, foram registradas 48 viagens a serviço do ITI, sendo 6 internacionais e 2 realizadas exclusivamente com pagamento de diárias, conforme registros do sistema.

Ressalta-se que, nos termos do Art. 12 da Instrução Normativa nº 03, de 11 de fevereiro de 2015, todas as viagens realizadas no âmbito de órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem ser registradas no SCDP, inclusive nos casos de afastamento sem ônus ou com ônus limitado.



Setor	Qtde	Origem	Destino	Valor da Diária	Valor da Passagem
DINFRA	05	Brasília	São Paulo	R\$5.443,13	R\$5.093,51
GABIN	06	Brasília	São Paulo	R\$3.616,40	R\$3.479,70
GABIN	01	Brasília	Rio de Janeiro	R\$1.458,65	R\$2.083,53
GABIN	01	Brasília	Manaus	R\$1.458,65	R\$2.005,96
GABIN/INT	01	Brasília	Lisboa/Portugal	R\$4.910,90	xxxx
GABIN/INT	01	Brasília	Amsterdã/França	R\$7.838,84	R\$16.683,63
GABIN/INT	02	Brasília	Assunção/Paraguai	R\$5.537,02	xxxx
GABIN	01	Brasília	Porto Alegre	R\$776,60	R\$1.915,73
DITI	08	Brasília	São Paulo	R\$10.560,10	R\$5.720,53
DITI	02	Brasília	Rio de Janeiro	R\$4.580,95	R\$8.103,37
DAFN	02	Brasília	BSB/FLO/SP/BSB	R\$2.877,00	R\$4.665,54
DAFN	01	Brasília	Porto Alegre	R\$776,60	R\$1.768,29
DAFN	02	Brasília	Rio de Janeiro	R\$2.479,80	R\$2.083,53
CGPOA	01	Brasília	São Paulo	R\$641,60	R\$1.125,39
GABIN	01	Curitiba	Salvador	R\$1.577,75	R\$1.240,03
GABIN/CCOP	01	Brasília	Salvador	R\$1.715,70	R\$1.554,56
CGPOA /INT	01	Brasília	Estados Unidos	R\$10.363,21	R\$11.455,28
DINFRA/INT	01	Brasília	Estados Unidos	R\$ 9.606,75	R\$11.455,28
GABIN/CCOP	01	Brasília	Belo Horizonte	R\$1.243,20	R\$597,43
GABIN/PFE	01	Brasília	Belo Horizonte	R\$1.246,15	R\$612,43
DITI/INT	01	Brasília	Amsterdã/França	R\$7.838,84	R\$16.683,63
DINFRA	07	Brasília	Rio de Janeiro	R\$13.733,52	R\$12.153,67

Viagens Taxigov/Mobgov

TaxiGov é o sistema do Governo Federal destinado ao gerenciamento e à otimização do transporte de servidores em atividades institucionais, utilizando aplicativos de táxi, permitindo o controle de gastos e a racionalização do uso de transporte administrativo, com utilização restrita a fins laborais e observância de regras específicas. No exercício de 2025, foram realizadas 182 viagens a serviço do ITI, utilizando os sistemas TaxiGov e MobGov.

Mês	Viagens	Valor
Janeiro	15	R\$198,62
Fevereiro	20	R\$242,20
Março	24	R\$246,69
Abril	17	R\$269,20
Maio	6	R\$87,53
Junho	26	R\$353,88
Julho	5	R\$59,90
Agosto	3	R\$52,29
Setembro	40	R\$1.093,66
Outubro	10	R\$173,05
Novembro	8	R\$137,97
Dezembro	8	R\$148,49
TOTAL DE VIAGENS	182	R\$3.063,48



Protocolo

E-mails Recebidos e Gerenciados

No exercício de 2025, **foram recebidos e gerenciados mais de 1.476 e-mails**, assegurando agilidade e eficiência no atendimento às demandas encaminhadas ao setor e fortalecendo a comunicação institucional como instrumento de suporte ao cumprimento dos objetivos estratégicos.

Processos Criados no SEI

Foram autuados **2.313 processos (NUPs) no Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**, contribuindo para a modernização da gestão documental, a otimização dos fluxos internos e o fortalecimento da rastreabilidade das informações.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) manteve-se como **canal essencial de atendimento** às solicitações de acesso à informação e de esclarecimento ao público. Destacam-se as seguintes atividades:

- Atendimento e orientação ao público;
- Esclarecimentos sobre o acesso a informações sob competência do ITI;
- Informações sobre a tramitação de documentos e processos relacionados à ICP-Brasil, tais como credenciamento, descredenciamento, novas vinculações e alterações cadastrais de Autoridades de Registro;
- Orientações sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com suporte por meio da plataforma Fala.br (COGED).

Atendimentos Telefônicos e Presenciais

Foram **registrados 1.200 atendimentos telefônicos e presenciais**, contemplando pedidos de informações públicas, manifestações de ouvidoria e esclarecimentos relativos à ICP-Brasil.

Protocolo Digital

O Protocolo Digital, integrado ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), facilitou o envio eletrônico de documentos e requerimentos por usuários externos, pessoas físicas e jurídicas, eliminando a necessidade de deslocamento presencial e contribuindo para a redução de custos administrativos.



No exercício de 2025, foram realizados 3.146 atendimentos por meio do Protocolo Digital, reforçando o compromisso do ITI com a inovação, a modernização dos serviços e a eficiência dos processos administrativos.

A integração com o SEI permitiu que os usuários protocolassem eletronicamente documentos e requerimentos, submetidos à triagem do Protocolo, sem a necessidade de comparecimento físico à Autarquia, bem como evitando gastos com envio de correspondências postais aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Adicionalmente, o atendimento telefônico do Protocolo integrado ao e-SIC (Fala.br) possibilitou que os cidadãos, com um único cadastro, realizassem pedidos de acesso à informação e manifestações de ouvidoria em ambiente unificado.

ANO	SIC		PROTOCOLO			
	LIGAÇÕES RECEBIDAS	INFORMAÇÕES PRESENCIAIS	PROCESSO GERADOS	E-MAILS R RECEBIDOS	PROTOCOLO DIGITAL	PROCESSOS CERTIFICADOS FÍSICOS/DIGITALIZADOS
2017	3224	32	5348	5348	---	---
2018	5610	71	20915	21832	---	---
2019	2027	40	3933	3526	---	---
2020	2160	72	2893	6656	---	---
2021	2640	48	4224	6912	---	1591
2022	2841	55	2262	2491	2862	---
2023	3120	35	3338	2360	3338	---
2024	3050	192	3620	2240	3783	---
2025	1200	30	2313	1476	3146	---

O Relatório do protocolo 2025 evidencia os resultados alcançados destacando a modernização tecnológica, a eficiência no atendimento ao público e a transparência nos processos administrativos. Com foco na melhoria contínua, o setor reafirma seu compromisso com a qualidade dos serviços prestados à sociedade e à gestão pública.



Administração Predial

Ao longo do exercício de 2025, a Divisão de Recursos Logísticos (DIALOG) executou ações de manutenção predial, infraestrutura e apoio operacional nas dependências do ITI, visando assegurar a adequada conservação das instalações e o pleno funcionamento dos ambientes de trabalho.

Entre as principais atividades realizadas, destacam-se:

- ✓ Vistoria e leitura diária dos sistemas da Neoenergia e da CAESB;
- ✓ Acompanhamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e sistemas de ar-condicionado;
- ✓ Acompanhamento de serviços de cabeamento estruturado;
- ✓ Substituição de placas de gesso danificadas;
- ✓ Troca de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED;
- ✓ Instalação de dispensers de papel toalha e álcool em gel;
- ✓ Limpeza de exaustores dos banheiros e manutenção semanal das instalações sanitárias;
- ✓ Limpeza das grelhas da garagem;
- ✓ Identificação e correção de vazamentos nas instalações hidráulicas;
- ✓ Poda de árvores, corte de grama e limpeza das áreas externas;



Limpeza e manutenção da casa de bombas;



Limpeza da cobertura do edifício;



Montagem e desmontagem de baias e divisórias;



Remanejamento de mobiliário e apoio à carga e descarga de equipamentos;



Apoio à conferência do almoxarifado e organização de depósitos;



Manutenção de armários na sala de apoio dos vigilantes;



Manutenção de cadeiras;



Manutenção das placas de identificação dos andares;



Isolamento de vidro na sala da COLIC.

Reformas Programadas e Realizadas

No período, também foram executadas reformas e adequações estruturais, dentre as quais:



Reforma, remanejamento de tomadas e montagem/desmontagem de divisórias e mobiliário na sala da CGPOA;



Isolamento de vidro na sala da COLIC;



Remanejamento de mobiliário na sala da DITI;



Remanejamento de aparelhos de ar-condicionado na sala da CGAFI;



Substituição de placas de gesso danificadas na garagem e instalação de protetores de colisão;



Revitalização da pintura da logomarca do ITI.

Planejamento de Contratações

Foram elaborados 18 processos de contratação em 2025.

RESUMO FINANCEIRO

Modalidade	Quantidade	Valor PREVISTO	VALOR CONTRATADO
Adesão a Ata	6	R\$ 3.732.872,62	R\$4.324.509,43
Pregão Eletrônico	2	R\$ 312.570,43	R\$ 273.004,76
Dispensa de Licitação	2	R\$ 12.499,00	R\$ 14.535,84
ColaboraGov	4	-	R\$ 586.578,50
Em planejamento	2	R\$ 8.810.004,47	-
Descontinuados	3	R\$ 2.525.422,64	-
TOTAL	18	R\$ 15.393.365,16	R\$ 5.198.628,53

RESUMO DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS GERADOS PELO PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO

Itens	Documentos	Quantidade
1	Documento Oficialização/formalização da Demanda - DOD/DFD	17
2	Estudos Técnicos Preliminares – ETP	16



3	Mapa Comparativo de Preços – MCP	16
4	Mapa de Riscos – MR	15
5	Termo de Referência – TR	10
6	Cotações	15
7	Despacho/encaminhamento	17
8	Notas Técnicas – NT	10
TOTAL		116

Observação: Quantidade em média gerada pela DILOG.

Fiscalização Técnica e Gestão de Contratos

A Divisão de Recursos Logísticos (DILOG) é responsável pela fiscalização técnica e gestão de todos os contratos listados abaixo. O acompanhamento técnico tem como objetivo avaliar a execução do objeto conforme os termos contratuais, aferindo aspectos como quantidade, qualidade, prazo e forma de prestação dos serviços. Essa verificação garante a conformidade com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estabelecidos no ato convocatório, sendo esses parâmetros essenciais para emissão dos atestos de execução dos serviços, com base nos resultados apurados.

Item	Objeto	Empresa	Período	Valor Anual
1	Serviços de telefonia fixa	Algar Telecom S/A	-	18.472,08
2	Serviço de manutenção de ar-condicionado	Bravo Ar	-	108.879,37
3	Prestação de serviços de vigilância patrimonial armada	Essencial Sistema de Segurança LTDA	-	922.865,28
4	Prestação de serviços de recepcionistas	JDR services LTDA	Até junho de 2025	63.990,36
5	Cabeamento estruturado (lógico e elétrico)	APC Tecnologia e engenharia	-	100.299,17
6	Limpeza e asseio	Real JG S. A	-	395.934,12
7	Fornecimento Energia elétrica	Neonergia	-	295.638,10
8	Abastecimento de água	Caesb	-	35.546,60



9	Manutenção elevadores	Over Elevadores	-	5.670,48
10	Aluguel Predial	NAZA	-	2.076.000,00
11	MOBGOV	MOBGOV	-	1.211,07
12	Aluguel espaço físico no Palácio do Planalto – PR	Sala Cofre	Até março de 2025	23.797,74
13	Materiais de consumo	Almoxarifado Virtual Nacional	-	33.258,19
14	Serviço de dados móveis e voz (CHIP)	Vivo	-	1.387,92
15	Agenciamento de viagens nacionais e internacionais	VOETUR	-	252.350,00
16	Apoio Especializado em Gestão	Atenas	Até maio de 2025	1.153.285,00
17	Apoio Especializado em TI	Atenas	-	3.544.916,28
18	Manutenção Predial	Atenas	Até maio de 2025	64.426,20
19	Monitoramento ONLINE	RCS Tecnologia	-	532.237,08
20	Assistente Técnico no serviço Público	G4F	-	2.416.505,96
21	Copeiragem	Raio JDR	Até junho de 2025	197.784,36
22	Manutenção NOBREAK	PHD	-	62.006,55

Principais Desafios e Ações Futuras



Desafios para 2026



Aperfeiçoar o controle patrimonial e de materiais de consumo;



Capacitação de novos servidores;



Implementação do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), com racionalização do consumo, ocupação de espaços físicos, inovação sustentável e inclusão de negócios de impacto nas contratações.



Ações Futuras



Aquisição de equipamentos modernos para controle patrimonial;



Capacitação de novos servidores;



Aprimoramento da **sustentabilidade ambiental**;



Divulgação e capacitação em **logística sustentável**.

Diante do exposto, a DILOG evidencia, em 2025, a consolidação da gestão logística, patrimonial e administrativa do ITI, com destaque para a mudança da sede institucional, modernização dos serviços de protocolo digital, fortalecimento da gestão de contratos e planejamento estruturado das contratações. As ações realizadas asseguraram a continuidade operacional, a racionalização de custos e a melhoria da eficiência administrativa, ao mesmo tempo em que foram estabelecidos desafios e ações futuras voltados à sustentabilidade e ao aprimoramento da governança logística.



Gestão de Tecnologia da Informação – CGTI

Modelo de Governança de TI e Conformidade Legal

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação do ITI está estruturado por atos internos e em conformidade com o arcabouço normativo aplicável à Administração Pública Federal, consolidado no Quadro 1 - Legislação correlata (Anexo I deste Relatório). Destacam-se, nesse conjunto, as diretrizes do Sistema de Administração dos Recursos de TIC - **SISP** e da Estratégia Federal de Governo Digital - **EFGD 2024-2027**, além de boas práticas de governança e gestão de TI. Interface gráfica do usuário.



[Acesse aqui](#) o Sistema de Administração dos Recursos de TIC - SISP.



[Saiba mais](#) sobre a Estratégia Federal de Governo Digital - EFGD (2024-2027).

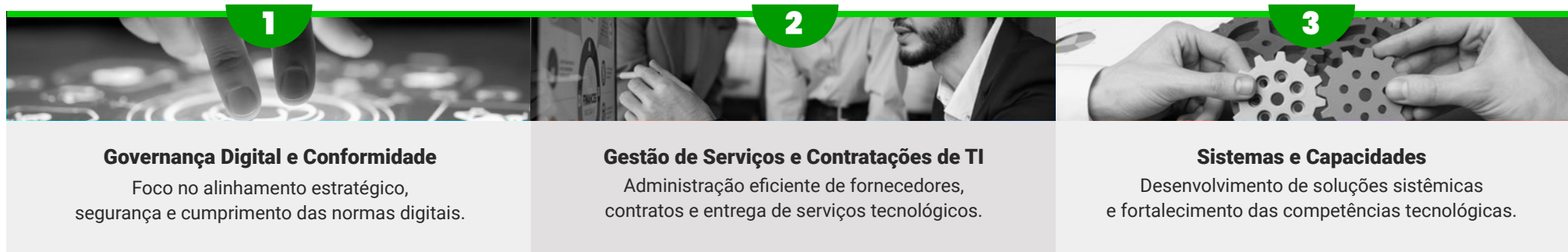


Figura: Macroprocessos CGTIC/DPOA

Conforme o [Decreto nº 12.103](#), a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) é unidade subordinada à [Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração \(DPOA\)](#). No exercício de 2025, três macroprocessos principais orientaram o planejamento, a execução e o monitoramento dos projetos e atividades da CGTIC/DPOA, conforme ilustrado nos quadros acima. Essa organização reforçou a aderência às diretrizes do SISP e alinhou as iniciativas à EFGD, incluindo a integração com a Infraestrutura Nacional de Dados. Como resultado, o Instituto:

- I - reduziu passivos de conformidade;
- II - fortaleceu a rastreabilidade decisória, com deliberações registradas em instâncias formais; e
- III - priorizou entregas obrigatórias e de maior impacto institucional.

Nesse contexto, destaca-se a estruturação das instâncias de governança do ITI, com a criação do [Comitê de Governança Estratégica \(CGE\)](#), instância máxima responsável por diretrizes e estratégias institucionais e pela supervisão de resultados associados à governança digital, segurança da informação e proteção de dados pessoais.

Para apoiar o CGE, foram instituídos subcomitês especializados, com destaque para o [Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação \(SGDSI\)](#), responsável por articular governança digital e cibersegurança e por promover padronização, priorização e melhoria contínua de instrumentos estruturantes [Plano de Transformação Digital - PTD](#); [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC](#); Política de Segurança da Informa-



ção – POSIN; e **Plano de Dados Abertos - PDA**. No exercício de 2025, o SGDSI direcionou esforços para sanear passivos e estabilizar a governança desses instrumentos, com entregas concretas do **PDA ITI 2025-2027, PTD ITI 2025-2027** e da nova **POSIN**.

Recursos Aplicados em TI

O montante executado em 2025 no âmbito dos contratos sob gestão da CGTIC/DPOA, totalizou **R\$ 1.987.138,15**, conforme o quadro abaixo:

CONTRATOS VIGENTES EM 2025 CGTIC/DPOA		
Contrato N°	Solução	Valor Pago (R\$)
14/2021	Suporte e Sustentação de infraestrutura de TI (n3)	706.452,59
65/2021 (ColaboraGov)	Serviços de Conexão à Infovia	286.983,49
04/2022	Licenças de Sistema Operacional	270.277,36
22/2022*	Licenças Adobe	0,00
03/2023	Subscrições de licenças de softwares e ferramentas de colaboração	289.501,53
04/2023	Atendimento ao usuário de TI	231.673,18
09/2023	Segurança para privilégio e acessos a sistemas críticos	202.250,00
60/2023 (ColaboraGov)	Moving de Datacenter	389.121,66
41/2024 (ColaboraGov)	Outsourcing de Impressão	1.331,88
TOTAL		1.987.138,15

Em 2025, o uso de compras compartilhadas via ColaboraGov gerou economia de

R\$ 727.658,50

e viabilizou a renovação de 57,7% do parque computacional do ITI.

Observação: Renovação paga integralmente em 2026.

No período, a carteira contemplou nove contratos vigentes, incluindo o Contrato nº 22/2022 (Licenças Adobe), cuja renovação foi liquidada integralmente em 2026 e, portanto, não compõe esse montante. Também não está incluída nesse total a aquisição de estações de trabalho no âmbito do Programa ColaboraGov, por não ter gerado despesas no exercício.



Além da execução contratual em 2025, a CGTIC/DPOA estruturou contratações estratégicas, com impacto financeiro concentrado em 2026 e nos exercícios subsequentes, abrangendo serviços essenciais, aquisições de bens e reforço da infraestrutura de TI. Conforme o Quadro 3, parte dessas iniciativas já registrou execução em 2025, como o outsourcing de impressão e o moving de datacenter, enquanto as demais terão efeitos financeiros predominantes a partir de 2026. Assim, os valores apresentados distinguem a execução orçamentária do exercício de 2025 das contratações formalizadas com efeitos financeiros futuros.

NOVOS CONTRATOS DE TI CGTIC E DPOA				
Resumo do Objeto	Instrumento	Ref.	Pago em 2025 (R\$)	Valor (R\$)
Outsourcing de Impressão	CT nº 41/2024 (ColaboraGov)	Set/25	1.331,88	1.614,40
Aquisição de computadores e notebooks	NE000137 e NE000138	Fev/26	0	538.184,82
Suporte de hardware (infraestrutura de datacenter)	CT nº 01/2026	Jan/26	0	42.000,00
Desenvolvimento de software (Fábrica)	CT nº 02/2026	Jan/26	0	3.400.149,66
Apoio em TI**	CT nº 06/2022 (ColaboraGov)	Jan/26	0	1.193.952,00
Atendimento e suporte de infraestrutura (N1, N2 e N3) ***	CT nº 07/2026	Jan/26	0	2.569.009,68

** Valor considerado para 6 meses de OS (CT nº 06/2022 encerra em agosto de 2026). | *** Valor contratual considerado para 24 meses.

Contratações mais Relevantes de Recursos de TI

Em 2025, a CGTIC/DPOA estruturou as contratações mais relevantes com foco na modernização da infraestrutura crítica, que é o conjunto de sistemas, redes, serviços e ativos tecnológicos, e no fortalecimento de segurança e continuidade operacional. As iniciativas priorizadas sustentam a atualização de ativos de rede, armazenamento, segurança e backup, bem como a implantação de soluções estruturantes de virtualização e orquestração, conectividade SAN e expansão da capacidade computacional (servidores de rede), com previsão de conclusão ainda no primeiro semestre de 2026.

Principais Entregas e Resultados na Área de TI

As principais entregas e resultados da CGTIC/DPOA em 2025, com destaque para os avanços na governança digital, segurança da informação e capacida-



de operacional de TI, foram estruturados a partir dos principais macroprocessos, conforme apresentado a seguir:

Macroprocessos	Principais Iniciativas e Ações	Impacto e Resultado
GOVERNANÇA DIGITAL E CONFORMIDADE	Instalação e Operacionalização do Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação	Rastreabilidade e Accountability: encaminhamentos em instância formal e coordenação entre governança digital, privacidade e segurança.
	Atualização dos Planos e Políticas de Governança Digital, Privacidade de Dados e Segurança da Informação	Conformidade Legal e Transparência: estabilização dos instrumentos em conformidade com obrigação legal; Elevação dos níveis de maturidade.
	Desenvolvidas Ações Aplicáveis ao ITI, no Âmbito do PPSI (Ciclos 4 e 5)	Aumento do nível de maturidade e resiliência dos controles institucionais de segurança e privacidade.
GESTÃO DE SERVIÇOS E CONTRATAÇÕES DE TIC	Concluídos Processos de Contratação de Bens e Serviços de TI	Continuidade e Eficiência: regularização de serviços críticos, incluindo: outsourcing de Impressão, aquisição de computadores/notebooks, Fábrica de Software, Apoio em TI e Suporte de TI unificado.
	Ampliação do Consumo de APIs no Âmbito do Programa de Interoperabilidade ConectaGov	Integração e Segurança de Dados: compartilhamento seguro de dados entre órgãos e melhoria no gerenciamento centralizado de ativos.
	Implantado Novo Contrato de Sustentação e Desenvolvimento de Software.	Modernização da Gestão: modelo de esteira de inovação, reduzindo riscos de descontinuidade e permitindo entregas mais rápidas.
	Unificação de Suporte Técnico (N1, N2 e N3)	Conformidade contratual, sincronismo entre equipes e economia processual.
SISTEMAS E CAPACIDADES	Implantação do Módulo TramitaGov	Ampliação da capacidade de tramitação e integração de processos via SEI.
	Conclusão do Projeto de Moving de Datacenter	Segurança Crítica e Disponibilidade: migração de 131 ativos de rede e manutenção da disponibilidade de sistemas críticos durante a mudança.
	Modernização do Parque Tecnológico	Produtividade: renovação de 57,7% do parque computacional (superando a meta de 25%), substituindo estações de trabalho obsoletas e fora da garantia.
	Atualização e Padronização da Documentação do ambiente tecnológico	Padronização da rastreabilidade técnica e do suporte à operação.



Evolução da Diversidade, Equidade e Inclusão



A CGTIC e a DPOA avançaram de 0% de representatividade feminina em 2024 para **33,3% em 2025**, alcançando **22,2% de mulheres em posições de liderança**, fortalecendo a governança e a pluralidade na tomada de decisão.

Segurança da Informação

Em 2025, o ITI cumpriu o 5º Ciclo do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), com vistas à elevação do nível de maturidade dos controles de segurança e privacidade no âmbito do SISP. Foram desenvolvidas ações aplicáveis ao ITI nos ciclos 4 e 5 do PPSI, resultando em elevação comprovada dos índices de maturidade: o iSeg evoluiu de 0,55 para 0,62, e o iPriv de 0,46 para 0,53. O indicador de Estrutura apresentou crescimento significativo, passando de 0,46 para 0,69, impulsionado, entre outros fatores, pela nomeação do gestor de Segurança da Informação e da autoridade de monitoramento da LAI.

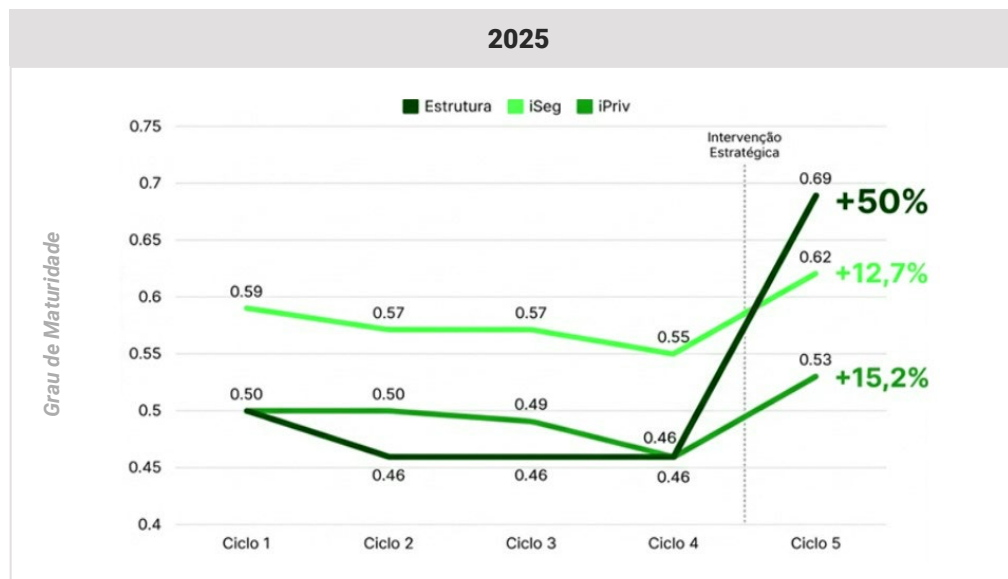


Figura: Evolução de Maturidade PPSI 2025.

Principais metas não alcançadas, desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

Conforme ilustrado na figura abaixo, o ciclo recente de atuação da CGTIC/DPOA foi estruturado em três fases complementares. O exercício de 2024 foi marcado pelo diagnóstico e pela atuação em caráter emergencial, diante de fragilidades acumuladas na infraestrutura, nos contratos e na governança de TI. Em 2025, o enfoque foi na recuperação da capacidade operacional e digital e nas contratações essenciais, criando as bases mínimas para a retomada da entrega. Já 2026 projeta-se como o exercício de consolidação e inovação, condicionado à estabilização da infraestrutura crítica, à padronização técnica e ao amadurecimento da governança digital.

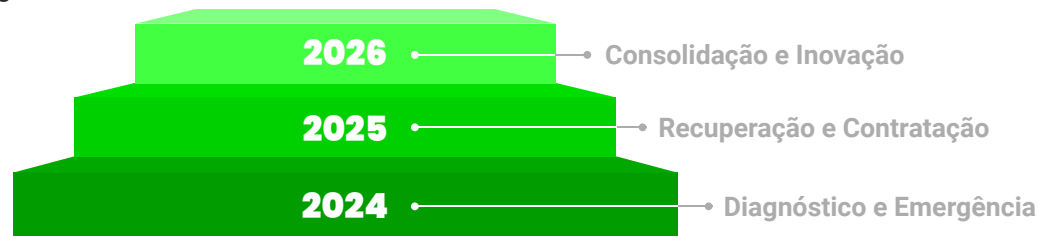


Figura: Evolução da Capacidade de Entrega da CGTIC/DPOA.



Nesse contexto, em 2025, a CGTIC/DPOA apresentou um avanço relevante em sua capacidade de entrega, impulsionado principalmente pela efetivação de novos contratos de bens e serviços. Não obstante, para o enfrentamento dos desafios existentes, seguem em curso iniciativas voltadas à capacitação contínua da equipe da CGTIC e ao ajuste da estrutura organizacional da unidade. Soma-se a esse cenário o desafio de estruturar e atualizar a infraestrutura crítica de TI, bem como de definir e consolidar padrões técnicos para a especificação, o desenvolvimento e a implantação de soluções tecnológicas, etapa fundamental para, em momento subsequente, viabilizar a implantação de uma esteira de inovação, ancorada na aplicação consistente desses padrões.

Ações e Perspectivas para 2026



Ações e Perspectivas para 2026



Modernizar a Infraestrutura Crítica de TI;



Implantar **Base de Conhecimento Digital Corporativa** de TI;



Implantar nova ferramenta de ITSM, visando maior padronização, rastreabilidade e eficiência na gestão dos serviços;



Fortalecer as instâncias de governança digital;



Elaborar inventário de necessidades para publicação e execução do novo PDTIC;



Concluir processos de contratação em andamento e dos elencados no PCA 2026;



Evoluir nos indicadores de maturidade em governança digital, com foco no iESGo e no Autodiagnóstico do SISP;



Amadurecer processos e fortalecer a estrutura organizacional;



Capacitar continuamente as equipes de TI e os colaboradores do ITI para o ambiente digital;



Elaborar a política/estratégia de uso de software;



Criar processo estruturado para o gerenciamento de ativos de TI.



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CAPÍTULO 4



Este item apresenta as informações sobre a execução orçamentária, financeira e contábil do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) no exercício de 2025, em conformidade com a legislação vigente.

São evidenciados os principais resultados da gestão dos recursos públicos, com foco na transparência, na prestação de contas e no fortalecimento dos mecanismos de controle.

Informações do Setor de Contabilidade

A função contábil no âmbito da Autarquia é exercida pelo Serviço de Contabilidade (SECON), vinculado à Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração (CGPOA), responsável pela gestão, execução e controle das atividades contábeis.

As atividades são desenvolvidas em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional.

Compete ao SECON:



Executar e supervisionar os registros contábeis;



Cumprir obrigações acessórias;



Realizar a conformidade contábil e de registros de gestão;



Atender às demandas dos órgãos de controle.



Elaborar demonstrações contábeis e notas explicativas;

Demonstrações Contábeis e Conformidade

As demonstrações contábeis do exercício de 2025 foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), em conformidade com a Macrofunção nº 020315.



As demonstrações refletem, de forma geral, a situação patrimonial, financeira e orçamentária do ITI, estando disponibilizadas em meio eletrônico no

Portal Institucional.



Acesse o Portal Institucional [clcando aqui.](#)

Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas observaram:



Dispositivos constantes da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações;



Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP;



Macrofunções da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;



Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP;



Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Essas práticas asseguram a comparabilidade, a transparência e a confiabilidade das informações.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas;



Balço Orçamentário - BO | Resumo

RECEITAS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	1.950.000,00	1.950.000,00
Receitas de Serviços	-	-	1.950.000,00	1.950.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	1.950.000,00	1.950.000,00
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	1.950.000,00	1.950.000,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	1.950.000,00	1.950.000,00
DEFICIT	-	-	38.370.280,52	38.370.280,52
TOTAL	-	-	40.320.280,52	40.320.280,52
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	646.305,00	-	-646.305,00
Créditos Cancelados	-	646.305,00	-	-

Balço Orçamentário - BO | Despesas

DESPESAS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	37.555.982,00	37.783.471,00	34.211.799,55	28.236.663,26	27.028.329,75	3.571.671,45
Encargos Sociais	12.486.536,00	12.966.536,00	12.864.393,16	10.759.562,40	10.295.273,69	102.142,84
Outras Despesas Correntes	25.069.446,00	24.816.935,00	21.347.406,39	17.477.100,86	16.733.056,06	3.469.528,61
DESPESAS DE CAPITAL	3.089.672,00	3.508.488,00	6.108.480,97	-	-	-2.599.992,97
Investimentos	3.089.672,00	3.508.488,00	6.108.480,97	-	-	-2.599.992,97



SUBTOTAL DAS DESPESAS	40.645.654,00	41.291.959,00	40.320.280,52	28.236.663,26	27.028.329,75	971.678,48
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	40.645.654,00	41.291.959,00	40.320.280,52	28.236.663,26	27.028.329,75	971.678,48
TOTAL	40.645.654,00	41.291.959,00	40.320.280,52	28.236.663,26	27.028.329,75	971.678,48

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	910.065,08	5.397.275,83	3.565.877,22	3.565.877,22	490.467,75	2.250.995,94
Encargos Sociais	189.620,47	2.160.612,22	766.998,97	766.998,97	143.138,60	1.440.095,12
Outras Despesas Correntes	720.444,61	3.236.663,61	2.798.878,25	2.798.878,25	347.329,15	810.900,82
TOTAL	910.065,08	5.397.275,83	3.565.877,22	3.565.877,22	490.467,75	2.250.995,94

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	1.328.309,12	1.328.309,11	-	0,01
Encargos Sociais	-	937.838,20	937.838,20	-	-
Outras Despesas Correntes	-	390.470,92	390.470,91	-	0,01
TOTAL	-	1.328.309,12	1.328.309,11	-	0,01



Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

No âmbito do ITI, houve receitas realizadas para o período no montante de R\$ 1.950.000,00. Essas receitas de serviços são advindas das tarifas cobradas das autoridades certificadoras pelos serviços de certificação digital.

Despesas Orçamentárias

Em relação às despesas, o montante total previsto para o exercício de 2025 foi de R\$40.645.654,00, com atualização posterior para R\$41.291.959,00. O total de despesas empenhadas em 2025 foi de R\$40.320.280,52, com liquidação no montante de R\$28.236.663,26. As despesas correntes representaram 84,85% do montante empenhado no exercício.

Do montante de R\$34.211.799,55 das despesas correntes empenhadas, 37,60% corresponderam às despesas com pessoal e encargos sociais e 62,40% corresponderam às outras despesas correntes, que são despesas utilizadas para cobrir os gastos com as atividades do Instituto. Do total empenhado, foi pago o montante de R\$27.028.329,75.

Em relação às despesas de capital, a dotação atualizada foi de R\$3.508.488,00, tendo sido empenhadas a sua totalidade.

Balanço Patrimonial (em reais) - BP | Resumo

ATIVO	2025	2024
Ativo Circulante	6.272.541,08	1.309.071,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.105.424,42	1.147.488,03
Créditos a Curto Prazo	1.107.229,16	100.319,65
Créditos de Transferência a Receber	-	-
Demais Créditos e Valores	1.107.229,16	100.319,65
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques a Curto Prazo	59.887,50	61.263,48



Ativo Não Circulante	20.266.242,21	23.275.586,78
Ativo Realizável a Longo Prazo	22.665,11	-
Créditos a Longo Prazo	22.665,11	-
Dívida Ativa Não Tributária	22.665,11	-
Propriedades para Investimento	-	-
Imobilizado	13.107.884,55	16.139.894,23
Bens Móveis	13.107.884,55	16.139.894,23
Bens Móveis	40.625.287,85	40.167.274,28
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão/Acúmulo de Bens Móveis	(27.517.403,30)	(24.027.380,05)
Bens Imóveis	-	-
Bens Imóveis	3.450.340,00	3.450.340,00
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão/Acúmulo de Bens Imóveis	(3.450.340,00)	(3.450.340,00)
Intangível	7.135.692,55	7.135.692,55
Softwares	7.135.692,55	7.135.692,55
Total do Ativo	26.538.783,29	24.584.657,94

PASSIVO	2025	2024
Passivo Circulante	5.409.262,81	2.494.083,68
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.483.474,85	2.061.230,97
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	465.565,70	178.415,47
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.460.222,26	254.437,24
Passivo Não Circulante	-	-



Total do Passivo Elegível	5.409.262,81	2.494.083,68
PATRIMÔNIO	2025	2024
Resultados Acumulados	21.129.520,48	22.090.574,26
Resultado do Exercício	(1.000.379,44)	1.643.402,85
Resultados dos Exercícios Anteriores	22.090.574,26	24.555.234,59
Ajustes de Exercícios Anteriores	39.325,66	(4.108.063,18)
Resultados dos Exercícios Anteriores	22.090.574,26	24.555.234,59
Total do Patrimônio Líquido	21.129.520,48	22.090.574,26
Total do Patrimônio Líquido e Total do Passivo	26.538.783,29	24.584.657,94

Caixa e Equivalente de Caixa

No exercício de 2025, a conta Caixa e Equivalente de Caixa se encerrou com saldo total de R\$5.105.424,42. O saldo de caixa e equivalente de caixa, representa o montante do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (OFSS) do Instituto para fazer jus às suas despesas e/ou transferências de recursos.

A variação observada no Ativo Circulante, na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como no Passivo Circulante, em Demais Obrigações a Curto Prazo, decorre, principalmente, do registro dos saldos das contas vinculadas dos contratos administrativos, depositados no Banco do Brasil. Tais valores referem-se a depósitos em garantia constituídos em conformidade com o disposto no Manual SIAFI nº 021126, Depósitos em Garantia, sendo contabilizados de forma concomitante no ativo e no passivo, sem impacto no resultado patrimonial da entidade.

Estoques

O estoque do Instituto está representado pelo material de consumo constante no almoxarifado. Houve uma pequena redução do saldo em relação a 2024, encerrando o quarto trimestre de 2025 com um saldo de R\$59.887,50.

Imobilizado

O grupo do imobilizado, no quarto trimestre de 2025, apresentou uma redução de 18,78% em relação ao exercício de 2024, decorrente das depreciações, amortizações e desfazimento que superaram as aquisições de bens móveis.

O montante de R\$13.107.884,55, constante no grupo do imobilizado, é composto pelos valores líquidos, das contas de Bens Móveis e Benfeitorias em Propriedade de Terceiros, após



a dedução das respectivas depreciações e amortizações. Com isso, o grupo de bens móveis encerrou o ano com um saldo de R\$40.625.287,85, valor este, que sofreu uma depreciação acumulada na ordem de R\$27.517.403,30, ao longo da vida útil dos bens. Para a realização de depreciação dos bens móveis, foram utilizados os critérios descritos na Macrofunção 020330, tais como a metodologia para estimar a vida útil econômica dos bens, taxas aplicadas para os cálculos da depreciação, e percentual praticado ao valor residual dos bens.

O Instituto não possui imóveis registrados como de sua propriedade. O valor de R\$3.450.340,00, contabilizado na conta 1.2.3.2.1.08.00, Benfeitorias em Propriedade de Terceiros, refere-se a despesas para a montagem da sala-cofre do ITI, instalada em espaço físico do Anexo III, Ala A, piso inferior, da Presidência da República. A amortização desse montante passou a ser registrada no exercício de 2019 e o saldo se encontra 100% amortizado.

Intangível

O grupo do Intangível encerrou o ano de 2025 com saldo de R\$7.135.692,55, mantendo o mesmo saldo em relação ao exercício de 2024.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O saldo final das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, no ano de 2025, foi de R\$1.483.474,85, representando uma redução de 28% em relação ao exercício de 2024.

Cabe ressaltar que, como o Instituto ainda não dispõe de quadro próprio de servidores, a sua força de trabalho advém de funcionários e servidores públicos requisitados de outros órgãos, nomeados sem vínculo, e de pessoal terceirizado.

Balço Financeiro - BF | Resumo

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	1.950.000,00	-	Despesas Orçamentárias	40.320.280,52	35.147.728,58
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	34.996.799,21	34.885.643,18
Recursos Vinculados	1.950.000,00	-	Recursos Vinculados	5.323.481,31	262.085,40
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
Fundos, Órgãos e Programas	1.950.000,00	-	Fundos, Órgãos e Programas	5.323.481,31	262.085,40
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			



Transferências Financeiras Recebidas	34.871.339,98	38.236.786,37	Transferências Financeiras Concedidas	3.022.399,85	980.382,30
Resultantes da Execução Orçamentária	30.730.895,32	30.129.360,26	Resultantes da Execução Orçamentária	2.873.653,25	965.562,41
Repasso Recebido	30.730.895,32	30.129.360,26	Repasso Concedido	2.873.653,25	965.562,41
Independentes da Execução Orçamentária	4.140.444,66	8.107.426,11	Independentes da Execução Orçamentária	148.746,60	14.819,89
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.765.283,49	8.107.426,11	Transferências Recebidas para Pagamento de RP	148.158,24	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	375.161,17	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	588,36	14.819,89
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	16.071.186,89	16.071.186,89	Pagamentos Extraorçamentários	5.591.910,11	8.398.439,24
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.208.333,51	1.226.746,71	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.328.309,11	328.992,17
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	12.083.617,26	5.397.275,83	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.565.877,22	7.750.908,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.778.647,76	318.538,25	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	694.753,06	318.538,25
Outros Recebimentos Extraorçamentários	588,36	14.819,89	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.970,72	-
Arrecadação de Outra Unidade	588,36	14.819,89	Demais Pagamentos	2.970,72	-
Saldo do Exercício Anterior	1.147.488,03	479.871,10	Saldo para o Exercício Seguinte	5.105.424,42	1.147.488,03
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.147.488,03	479.871,10	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.105.424,42	1.147.488,03
TOTAL	54.040.014,90	45.674.038,15	TOTAL	54.040.014,90	45.674.038,15

Ingressos

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie (disponível) provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o exercício seguinte. O balanço evidencia o somatório das operações realizadas durante o exercício e é um indicador de equilíbrio financeiro.

Dispêndios

O grupo Transferências Financeiras Concedidas apresentou resultado de R\$3.022.399,85, representando um aumento de R\$2.042.017,55 em relação ao exercício de 2024.



Trata-se de descentralizações orçamentárias e financeiras mediante TEDs firmados em projetos de parcerias junto ao Serpro, CNPq, Ministério da Saúde e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), além de acordos de utilização do TáxiGov e despesas na sala cofre situada na Presidência da República.

Os pagamentos extraorçamentários apresentaram uma redução de 33,41% em relação ao exercício anterior, encerrando o exercício com montante de R\$5.591.910,11.

Saldo para o Exercício Seguinte

O Resultado Financeiro do Exercício foi superavitário no período em R\$5.105.424,42, o que corresponde ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa do Balanço Patrimonial, sendo esse saldo transferido para o Balanço Financeiro do exercício seguinte.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) | Resumo

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.957.936,39	6.457.068,16
INGRESSOS OPERACIONAIS	39.600.576,10	38.570.144,51
Receita de Serviços	1.950.000,00	-
Outros Ingressos Operacionais	37.650.576,10	38.570.144,51
Ingressos Extraorçamentários	2.778.647,76	318.538,25
Transferências Financeiras Recebidas	34.871.339,98	38.236.786,37
Arrecadação de Outra Unidade	588,36	14.819,89
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-35.642.639,71	-32.113.076,35
Demais Despesas	-31.619.035,77	-30.500.020,35
Administração	-31.619.035,77	-30.500.020,35
Transferências Concedidas	-303.480,31	-314.135,45
Intragovernamentais Concedidas	-303.480,31	-314.135,45
Outros Desembolsos Operacionais	-3.720.123,63	-1.298.920,55
Dispêndios Extraorçamentários	-694.753,06	-318.538,25



Transferências Financeiras Concedidas	-3.022.399,85	-980.382,30
Demais Pagamentos	-2.970,72	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-5.789.451,23
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-	-5.789.451,23
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-5.688.681,35
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-100.769,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.957.936,39	667.616,93
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.147.488,03	479.871,10
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.105.424,42	1.147.488,03

Atividades Operacionais

O fluxo das atividades operacionais apresentou resultado positivo no valor de R\$3.957.936,39, 38,70% menor quando comparado ao mesmo período de 2024, que apresentou o valor de R\$6.457.068,16. Não houve, no período, atividades de investimento e financiamento. Dessa forma, a geração líquida de caixa no período foi de R\$3.957.936,39.

O ingresso com maior representatividade foi no grupo outros ingressos operacionais no valor de R\$37.650.576,10. O subgrupo transferências financeiras recebidas, no valor de R\$34.871.339,98, representa quase a totalidade dos ingressos nos fluxos de caixa operacionais. São recursos recebidos decorrentes de transferências financeiras de outros órgãos do governo federal, correspondentes ao orçamento atual.

Em relação aos desembolsos, o grupo pessoal e demais despesas representa 88,71% do total dos desembolsos, sendo quase em sua totalidade representada pelo subgrupo administração.

Atividades de Investimento

Não houve, no período apresentado, nenhum ingresso e desembolso relacionado às atividades de investimento.

O ITI não possui caixa e equivalente de caixa em moeda estrangeira. Dessa forma, o total apresentado de R\$5.105.424,42 se refere a caixa e equivalente de caixa em moeda nacional.



Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP | Resumo

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	38.369.225,34	38.336.257,83
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.950.000,00	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.950.000,00	-
Transferências e Delegações Recebidas	35.312.692,98	38.321.437,94
Transferências Intragovernamentais	34.871.339,98	38.236.786,37
Outras Transferências e Delegações Recebidas	441.353,00	84.651,57
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.105.944,00	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	917.581,02	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	188.362,98	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	588,36	14.819,89
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	588,36	14.819,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	39.369.604,78	36.692.854,98
Encargos	11.898.327,35	11.478.758,73
Remuneração a Pessoal	3.785.984,67	2.819.450,94
Encargos Patronais	302.785,43	313.666,93
Benefícios a Pessoal	446.811,64	481.154,81
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	7.362.745,61	7.864.486,05
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	245.910,73	275.696,91
Aposentadorias e Reformas	-	1.847,66
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	245.910,73	273.849,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	22.989.784,22	23.870.768,98
Uso de Material de Consumo	4.395,83	15.160,33
Serviços	19.495.365,14	19.287.795,47



Depreciação, Amortização e Exaustão	3.490.023,25	4.567.813,18
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.221,84	2.391,91
Juros e Encargos de Mora	1.221,84	2.391,91
Transferências e Delegações Concedidas	3.022.399,85	980.382,30
Transferências Intragovernamentais	3.022.399,85	980.382,30
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.136.155,15	-
Incorporação de Passivos	1.105.944,00	-
Desincorporação de Ativos	30.211,15	-
Tributárias	75.295,00	81.263,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	62.811,38	69.516,83
Contribuições	12.483,62	11.746,72
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	510,64	3.592,60
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	510,64	3.592,60
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.000.379,44	1.643.402,85

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

No período, houve variação aumentativa no montante de R\$1.950.000,00. Essas receitas de serviços são provenientes das tarifas cobradas das autoridades certificadoras pelos serviços de certificação digital.

Transferências e Delegações Recebidas

O grupo transferências e delegações recebidas, junto com o grupo exploração e venda de bens, serviços e direitos, representou quase a totalidade das variações patrimoniais aumentativas do período analisado. O saldo desse grupo foi de R\$35.312.692,98, representando um decréscimo de 7,85% em comparação com o exercício 2024.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representando 58,39% do montante das variações patrimoniais diminutivas, o grupo apresentou uma diminuição de 3,69% em relação ao mesmo período de 2024, encerrando o quarto trimestre de 2025 com saldo de R\$22.989.784,22. Trata-se dos gastos em geral para a manutenção das atividades do Instituto.



Transferências e Delegações Concedidas

Nas transferências e delegações concedidas houve aumento de 308% em relação ao exercício de 2024, encerrando o trimestre com saldo de R\$3.022.399,85. Trata-se de repasse de valores para a Presidência da República, Imprensa Nacional, Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Universidade de Santa Catarina, CNPq, dentre outros, por serviços prestados e parcerias em projetos.

Resultado Patrimonial do Período

O resultado patrimonial do Instituto em 2025 foi negativo em R\$1.000.379,44, ante o resultado positivo em 2024 no valor de R\$1.643.402,85.

O resultado negativo decorre, principalmente, da queda nas transferências intragovernamentais recebidas, que representaram uma diminuição de R\$ 3.365.446,39 em relação ao ano de 2024. Simultaneamente, houve elevação nas transferências concedidas de R\$980.382,30 para R\$3.022.399,85, ampliando as variações patrimoniais diminutivas de R\$36.692.854,98 para R\$39.369.604,78.

Esse duplo movimento, menor ingresso e maior repasse de recursos intragovernamentais, explica a inversão do resultado patrimonial, de superavitário em 2024 para deficitário em 2025.

Rol de Responsáveis - SIAFI | UG 243001 – ITI

A publicação do Rol de Responsáveis do ITI atende ao disposto nos arts. 7º e 8º da Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, e tem como finalidade identificar os agentes responsáveis pela gestão. Incluem-se os titulares e seus respectivos substitutos que, ao longo do exercício ou do período de prestação de contas, tenham ocupado cargos ou funções equivalentes às previstas na referida norma.



Para consultar o rol completo, [clique aqui](#).



Anexos e Apêndices

Legislação Correlatada de TI

PRINCIPAL ARCABOUÇO NORMATIVO DE GOVERNANÇA DIGITAL, SEGURANÇA E CONTRATAÇÕES DE TI		
TEMA	INSTRUMENTO	FINALIDADE / ESCOPO
Sustentabilidade	IN SLTI nº 01/2010	Critérios de sustentabilidade ambiental em aquisições e contratações.
Transparência e acesso à informação	Lei nº 12.527/2011 (LAI)	Regula o acesso a informações públicas e reforça transparência ativa e passiva.
Transparência e acesso à informação	Decreto nº 7.724/2012	Regulamenta a LAI no âmbito do Poder Executivo Federal.
Dados Abertos (INDA)	IN SLTI/MPOG nº 4/2012	Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA).
Dados Abertos	Decreto nº 8.777/2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.
Proteção de dados pessoais	Lei nº 13.709/2018 (LGPD)	Dispõe sobre tratamento de dados pessoais, privacidade e proteção de dados.
Compartilhamento de dados na APF	Decreto nº 10.046/2019	Dispõe sobre governança do compartilhamento de dados e institui o Comitê Central de Governança de Dados.
Governo aberto	Decreto nº 10.160/2019	Institui a Política Nacional de Governo Aberto.
Governança de TI no SISP	Portaria SGD nº 778/2019	Dispõe sobre governança de TIC nos órgãos e entidades integrantes do SISP.
Governo Digital da APF	Lei nº 14.129/2021	Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para a transformação digital e aumento de eficiência na Administração Pública.
Contratações de TI (processo)	IN SGD/ME nº 94/2022	Regras do processo de contratação de soluções de TIC no âmbito do SISP (Lei 14.133/2021).
Contratações de TI (adesão à ARP)	IN SGD/MGI nº 6/2023	Requisitos e procedimentos para aprovação de contratações e/ou formação de ARPs de TIC no SISP.
Modelo – Outsourcing de impressão	Portaria SGD/MGI nº 370/2023	Modelo de contratação de serviços de outsourcing de impressão.
Modelo – Fábrica de Software	Portaria SGD/MGI nº 750/2023	Modelo para contratação de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software.
Modelo – Infraestrutura e suporte	Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023	Modelo de contratação de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC.
Modelo – Estações de trabalho	Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023	Modelo de contratação e gestão de estações de trabalho (desktops/notebooks etc.).
Modelo – Uso de Software e nuvem	Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023	Modelo de contratação de software e serviços de computação em nuvem.
Governo Digital e dados	Decreto nº 12.198/2024	Institui a EFGD 2024-2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados.
Segurança da informação	Decreto nº 12.572/2025	Institui a Política Nacional de Segurança da Informação.



Estrutura de Governança do ITI	Portaria ITI nº 52/2025	Institui/organiza a estrutura de governança do ITI (CGE, SGDSI e SGPE).
Plano de Dados Abertos ITI	Portaria ITI nº 77/2025	Institui o PDA ITI 2025-2027.
POSIN ITI	Portaria ITI nº 1/2026	Institui a Política de Segurança da Informação (POSIN) do ITI.



ITI
Instituto Nacional de
Tecnologia da Informação

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO